



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado Acadêmico**

Jéssica Maria de Souza Mélo

**Fim de ciclo de desenvolvimento no Brasil: perda de hegemonia
dos governos Lula-Dilma e inflexão neoliberal frente aos direitos do
trabalho**

JOÃO PESSOA, 2016

**Fim de ciclo de desenvolvimento no Brasil: perda de hegemonia dos governos
Lula-Dilma e inflexão neoliberal frente aos direitos do trabalho**

Jéssica Maria de Souza Mélo

Dissertação apresentada a Universidade Federal da Paraíba, como exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e requisito para a obtenção do título de Mestre na área de Serviço social e Política Social e linha de pesquisa em Serviço Social, Trabalho e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Costa Gomes.

JOÃO PESSOA

2016

M528f Mélo, Jéssica Maria de Souza.

Fim de ciclo de desenvolvimento no Brasil: perda de hegemonia dos governos Lula-Dilma e inflexão neoliberal frente aos direitos do trabalho / Jéssica Maria de Souza Mélo.- João Pessoa, 2016.

176f. : il.

Orientadora: Cláudia Maria Costa Gomes

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Serviço social. 2. Política social. 3. Classe trabalhadora - crise. 4. Neoliberalismo. 5. Neodesenvolvimento. 6. Partido dos Trabalhadores.

UFPB/BC

CDU: 36(043)

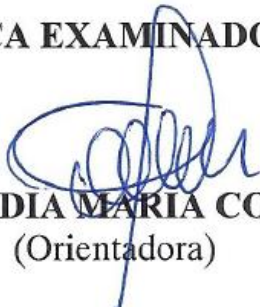
JÉSSICA MARIA DE SOUZA MÉLO

**Fim de ciclo de desenvolvimento no Brasil: perda de hegemonia dos governos
Lula-Dilma e inflexão neoliberal frente aos direitos do trabalho**

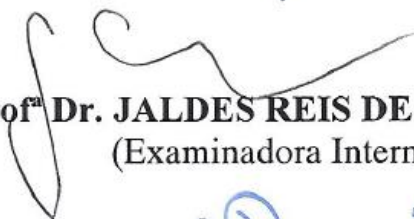
Dissertação apresentada a Universidade Federal da Paraíba, como exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e requisito para a obtenção do título de Mestre na área de Serviço social e Política Social e linha de pesquisa em Serviço Social, Trabalho e Política Social.
Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Costa Gomes.

APROVADA EM: 12 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª CLÁUDIA MARIA COSTA GOMES
(Orientadora)



Profª Dr. JALDES REIS DE MENESES
(Examinadora Interna)



Profª Dr. GONZALO ADRIÁN ROJAS
(Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida.

Aos meus pais João Batista e Maria da Conceição e a minhas irmãs Jeane, Nathália e Nayara por terem sempre me oferecido amor, atenção e apoio nos melhores e piores momentos dessa trajetória. Em especial minha mãe, que nunca me deixou só, esteve sempre disponível a ouvir meus lamentos, reclamações e angústias, e depois disso tudo me incentivar a continuar.

A minhas amigas-irmãs Fernanda Marques, Jakeline Estevão e Raquel Araújo, que me acompanharam com tamanha proximidade, me ajudando a não desistir dos meus objetivos, não me deixando faltar forças e me amparando nos momentos mais delicados e sensíveis; estarão pra sempre em meu coração.

A minhas colegas de pesquisa Emanuelle Galdino e Conceição Cruz, as quais não tenho palavras para descrever tamanha gratidão, por todo o conhecimento compartilhado, pela compreensão e pela ajuda depositadas neste trabalho.

A meus amigos, que a distância não apaga, agradeço por estarem sempre presentes nessa caminhada me lembrando da coragem e da determinação assumidas nesse compromisso: Myrelly Gomes, Idalina Carla, Daniel Pereira, Marcus Vinícius, Filipe Erick e Valter Alves.

A minha orientadora/amiga, Cláudia Gomes, que desde o segundo período da graduação está presente na minha caminhada. Faltam-me adjetivos para qualificar a sua dedicação na construção, não só deste trabalho, mas da minha jornada enquanto profissional comprometida. Agradeço a paciência, o carinho e a disponibilidade que sempre tivestes comigo.

As companheiras de grupo de GEPET, em especial Liana e Fabiana, que estiveram, desde o início, nessa jornada. Os debates realizados fortaleceram meus estudos e permitiram a interlocução com a professora Leidiane, a qual ofertou riquíssimas contribuições na construção da dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e a Capes, pelo fundamental auxílio financeiro à pesquisa.

Aos colegas da turma de pós-graduação que iniciaram esse percurso em conjunto, foi de uma imensurável satisfação dividir momentos com todos, em especial com Thalita Eliziário e Ricardo Leão, amigos que transpassaram os muros da universidade e que levarei para a vida.

Ao corpo docente da Pós-Graduação nas pessoas de Jaldes Meneses, Bernadete Almeida, Lourdes Soares e Maria Augusta com quem tive a oportunidade de aprender e conviver, partilhar conhecimento e debater a cerca dos rumos dessa pesquisa.

A Gonzalo Roja e Jaldes Meneses pela disponibilidade de participar da qualificação e banca de avaliação deste trabalho, e pelas contribuições realizadas em torno da nossa pesquisa.

RESUMO: A dissertação tem como objetivo central estudar a realidade do neodesenvolvimentismo e seus impactos para os direitos da classe trabalhadora, durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT no Brasil, identificando a tendência do fim desse ciclo que é apontada desde meados do primeiro mandato (2011-2014) da presidenta Dilma Rousseff. Nossa pesquisa partiu da hipótese de que o ciclo de desenvolvimento administrado pelos governos do PT, desde 2013, mostrava tendências de ter chegado ao fim. Para isso tomamos como base, além dos protestos que aconteceram pelas principais capitais do país, o aumento do índice da inflação e de desemprego, a estagnação dos gastos sociais e do aumento do salário mínimo e a redução expressiva do consumo e do acesso ao crédito, esse que foi extremamente significativo durante os governos do PT. Nossa pesquisa teve caráter teórico, assim buscamos ler, analisar e sistematizar as principais obras que tratam do tema neodesenvolvimentismo, realizando um contra-ponto entre aqueles que o defendem como um momento de superação do neoliberalismo como Bresser-Pereira e Emir Sader, e aqueles que o apontavam como uma inflexão do modelo neoliberal apresentada ideologicamente como pós-neoliberal, como Castelo, Gonçalves e Rojas. Utilizamos ainda dados secundários fornecidos pelo IBGE, DIEESE, IPEA, MDS, CEPAL, Banco Central e ONU, com o objetivo de extrair ainda mais determinantes da realidade a qual pesquisamos. Utilizamos o método materialista histórico dialético, o qual, por aproximações sucessivas da realidade, nos permite compor uma análise que transpasse as cortinas da aparência, chegando à essência do objeto estudado.

Palavras-chaves: crise, neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT: The main objective of this dissertation is to study the reality of neodevelopment and its impacts on the rights of the working class during the governments of the Workers Party - PT in Brazil, identifying the tendency towards the end of this cycle that has been pointed out since mid - (2011-2014) of President Dilma Rousseff. Our research started from the hypothesis that the development cycle administered by the PT governments, since 2013, showed tendencies to have come to an end. In addition to the protests that took place in the main capitals of the country, we took as a basis the increase in inflation and unemployment, the stagnation of social spending and the increase in the minimum wage, and a significant reduction in consumption and access to credit, Which was extremely significant during the PT governments. Our research had a theoretical character, so we sought to read, analyze and systematize the main works dealing with the theme of neodevelopment, performing a counterpoint among those who defend it as a moment of overcoming neoliberalism such as Bresser-Pereira and Emir Sader, and those who Pointed him as an inflection of the neo-liberal model presented ideologically as post-neoliberal, as Castelo, Gonçalves and Rojas. We also used secondary data provided by IBGE, DIEESE, IPEA, MDS, ECLAC, Central Bank and UN, in order to extract even more determinants from the reality we are researching. We use the dialectical historical materialist method, which, through successive approximations of reality, allows us to compose an analysis that transcends the curtains of appearance, reaching the essence of the object studied.

Keywords: crisis, neoliberalism, neodevelopment, Workers' Party.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de desemprego entre pessoas com 16 anos ou mais (Brasil 1995-3003) (%)

Gráfico 2 – Evolução do Índice de Gini na América Latina

Gráfico 3 – Ganho Real do Salário Mínimo (1995-2014)

Gráfico 4 – Evolução do investimento e famílias beneficiadas com o PBF

Gráfico 5 – Evolução das classes 2003-2009

Gráfico 6 – Taxa de Desemprego no Brasil 2003-2009

Gráfico 7 – Taxa de Desemprego no Brasil (%) 2011-2016

Gráfico 8 – Inflação (%) 2011-2015

Gráfico 9 – Gastos Sociais do Governo Federal 2011-2015 (% do PIB)

Gráfico 10 – Gastos do Governo Federal com a Seguridade Social 2011-2015

Gráfico 11 – Dívida bruta em % do PIB 2011-2015

Gráfico 12 – Ativo total dos maiores bancos do Brasil 2011-2015

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicação
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Bando Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CSN	Companhia de Siderúrgica Nacional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação da Receita da União
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IED	Investimento Externo Direto
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MGI	McKinsey Global Institut
MLP	Modelo Liberal Periférico
MPC	Modo de Produção Capitalista
MSI	Modelo Substituição de Importações
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ND	Nacional Desenvolvimentismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PCO	Partido da Causa Operária
PCS	Programa Comunidade Solidária
PDP	Projeto Democrático-Popular
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto interno bruto
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei

PMA	Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Parcerias público-privadas
PPS	Partido Popular Socialista
ProUni	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTRM	Programas de Transferência de Renda Mínima
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO - Crise, neoliberalismo e a especificidade da década de 1990 no Brasil.	19
1.1 A crise na contemporaneidade.	21
1.2 – O neoliberalismo como expressão da crise do capitalismo.....	37
1.3 – Configurações do neoliberalismo no Brasil.	56
CAPÍTULO 2 - Social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil: uma saída tautológica à crise.....	71
2.1 – O neodesenvolvimentismo enquanto modelo de inflexão neoliberal nos anos 2000	72
2.2- Neodesenvolvimentismo e as mudanças socioeconômicas no cenário nacional brasileiro.....	97
CAPÍTULO 3 – Fim de um ciclo de desenvolvimento: a perda de hegemonia de um projeto neodesenvolvimentista pautado pela crise.	112
3.1 – Fim de ciclo de desenvolvimento e perda de hegemonia do projeto neodesenvolvimentista.....	114
3.2 O outro lado da moeda: precarização do trabalho, diminuição e desregulamentação das leis trabalhistas.	137
Considerações finais	155
Referências.....	161

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, sob o título ***Fim de ciclo de desenvolvimento no Brasil: perda de hegemonia dos governos Lula-Dilma e inflexão neoliberal frente aos direitos do trabalho têm*** como objetivo central analisar o modelo de desenvolvimento no Brasil, no marco dos governos Lula-Dilma, enquanto inflexão do modelo neoliberal e os impactos dessa conjuntura no campo dos direitos do trabalho. A suposição que orienta esse trabalho parte do pressuposto que as mudanças que tomaram o campo social durante o chamado neodesenvolvimentismo conformam um fim de ciclo, que levou a perda de hegemonia dos governos do PT a partir de 2013. Trata-se de investigar se o Brasil apresentou características que são capazes, ou não, de distinguir a presença de um novo ciclo de desenvolvimento, rompendo com a “herança maldita” deixada pelo neoliberalismo.

A opção por investigar o referido tema, além de partir da sua relevância e atualidade, vem das aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa, realizadas durante a nossa jornada acadêmica. Está, portanto, diretamente relacionada à participação em pesquisas na Iniciação Científica¹, que tinham como objetivo analisar o debate e as teses sobre o neodesenvolvimentismo na América Latina, identificar a relação entre desenvolvimentismo e equidade neste debate, bem como examinar as formas de combate a pobreza nos países que adotaram os programas de transferência de renda.

Dos estudos na iniciação científica procuramos aprofundar o tema fazendo um corte analítico a partir da realidade brasileira, levando-nos a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso² no ano de 2013, com o tema: *O novo-desenvolvimentismo na América Latina e a especificidade do governo Lula*.

¹ Participei na condição de bolsista CNPq, do Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de Iniciação Científica da UFPB no período de 2010 a 2013, com os respectivos Projetos de Pesquisa: *Os programas de transferência de renda na agenda do novo-desenvolvimentismo latino-americano* (2010-2011), e *Conceito e crítica: o novo-desenvolvimentismo na América Latina* (2012-2013), ambos vinculados ao Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (GPT) do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB. Os dois projetos foram orientados pela Prof. Dra. Cláudia Gomes.

² Foi apresentado no dia 09 de setembro de 2013, sendo a banca de avaliação composta pela Profa. Dra. Cláudia Gomes, Profa. Dra. Maria Augusta Tavares e o Prof. Me. Jamerson Murillo Anunciação de Souza.

As reflexões e os resultados da pesquisa nos levaram a ampliar o debate sobre os modelos de desenvolvimento econômico implantados ao longo dos últimos anos na região latino-americana, para um estudo mais focalizado na experiência brasileira no último decênio, que vem assumindo na agenda política do país, posição relevante frente aos desdobramentos político-econômicos do contínuo processo de contrarreformas instituídos pelos governos do PT (2003-2016) na gerência do Estado.

Amparados pelos estudos já sinalizados, verificamos que a estratégia do neodesenvolvimentismo esteve presente na América Latina a partir dos anos 2000, caracterizada pela forma de gerência do Estado no marco da regulação neoliberal; abrindo-se um período de sublevações de governos progressistas de centro-esquerda que contraditoriamente promoveram um consenso, por meio de uma estratégia transformista de conciliação entre as frações de classe do bloco no poder e setores organizados da classe trabalhadora (KATZ, 2016).

Do resultado das pesquisas, foi possível inferir ainda que os Programas de Transferência de Renda foram a principal estratégia utilizada pelos governos neodesenvolvimentistas para combater a pobreza na região, e que estes foram particularmente ampliados no Brasil durante a gestão dos governos do PT. Todos os registros do período indicam uma forte característica destes programas na melhoria dos índices sociais, medidores da pobreza.

Contudo, ao longo das nossas pesquisas, realizamos uma análise para além dos números apresentados nas estatísticas oficiais, o que nos levou a compreender que esses programas tem como base o consumo e não a garantia de direitos, permitindo aos usuários acessarem de maneira lateral o mercado de trabalho, reproduzindo a condição dos trabalhadores pobres, em particular o subproletariado, beneficiados desses programas (bolsa família, BPC, Brasil sem miséria, minha casa, minha vida).

Essa dissertação, portanto, procura dar continuidade aos estudos já iniciados sobre a temática, colocando em evidência um novo objeto de estudo problematizado a partir de uma pergunta orientadora: os indicadores sociais e econômicos que vem desenhando a crise do Estado brasileiro desde 2013 permite-nos afirmar que o país

passa pelo fim de um ciclo de desenvolvimento, que foi colocado em pauta durante os governos do PT, denominado de neodesenvolvimentista?

Com o objetivo de extrair da realidade as mediações e contradições que nos permitissem capturar desse problema o fenômeno investigado, tomamos como hipótese – em termos de resposta provisória ao real – a suposição de que as mudanças realizadas na conjuntura estudada, não foram suficientes para se afirmar que houve uma ruptura entre o modelo de regulação neoliberal do governo FHC e o neodesenvolvimentismo do PT.

Num primeiro momento e pressupondo uma compreensão parcial ou aproximação sucessiva do objeto de pesquisa na busca da captura de sua estrutura e dinâmica real (MARX, 1974) e diante das análises feitas, deduzimos que o Brasil passou por um momento de inflexão neoliberal conduzido pelos governos do PT, que não reverteu a si as drásticas consequências daquela ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, mas permitiu determinadas concessões a setores populares pobres, beneficiados pelo crescimento da economia e conjuntura internacional favorável a algumas melhorias no campo social, blindando os interesses estratégicos de acumulação do capital e de suas frações burguesas.

Para a análise dessas determinações que envolvem a dinamicidade e a complexidade da realidade, nosso esforço teórico se apresenta como um desafio na possibilidade de capturar a totalidade do nosso objeto de estudo, o qual parte do real para o concreto pensado (MARX, 1978). Desta forma, realizamos uma pesquisa que se preocupa em ir além da descrição dos fenômenos e realizar uma reflexão crítica que nos permite atravessar a aparência e chegar à essência do problema.

Do ponto de vista teórico-metodológico, escolhemos fazer o estudo da arte do tema pesquisado, a partir da literatura que trata a conjuntura política nacional, cuja quantidade significativa de autores e trabalhos acadêmicos, expressa um levantamento bibliográfico minucioso sobre os governos do PT e o exame das considerações econômicas e políticas, completadas pelo quadro da luta de classes no país, os quais se encontram na formulação de autores que analisam o chamado neodesenvolvimentismo.

As referências levantadas nos permitiu conceber que não há um consenso sobre o que seria o neodesenvolvimentismo. Alguns autores, como João Sicsú

(2007) e Bresser-Pereira (2012), assinalam os governos Lula e Dilma como pós-neoliberais, o que indica a importância das análises a serem realizadas no recorte brasileiro, aonde aparentemente vinha se conformando um novo consenso de classes. Esses autores afirmam que em alguns países da América Latina, em especial no Brasil, a partir dos anos 2000 começou a se traçar uma nova estratégia de desenvolvimento, que se apresenta como uma superação tanto da ortodoxia neoliberal, como do antigo nacional desenvolvimentismo.

João Sicsú, professor do Instituto de Economia da UFRJ, na mesma linha de Bresser Pereira, defende a ideia de que o Brasil estaria em uma nova fase de desenvolvimento, iniciada nos governos do PT e responsável por compor uma forma de gerir o Estado que atrela desenvolvimento econômico e equidade social, ampliando e melhorando a industrialização do país e o uso de novas tecnologias, sem deixar de investir no campo das políticas sociais.

Ainda entre os autores que apontam os governos do PT com um direcionamento à realização de medidas anti-neoliberais, estudamos a tese do reformismo fraco de André Singer (2012), o qual faz um exame dos dois mandatos do presidente Lula, apontando que apesar de lento e gradual, tal reformismo fez grandes mudanças no quadro socioeconômico brasileiro. O autor argumenta que esses governos, com uma defesa pelos mais pobres, optaram por combater a pobreza e os desequilíbrios regionais, como forma de reduzir a desigualdade.

Verificamos ainda aqueles estudiosos que defendem os governos do PT a partir de uma política híbrida, iniciada no segundo mandato de Lula, caracterizada por não abandonar as soluções neoliberais para a economia, ao mesmo tempo em que investe em políticas sociais que atingem maciçamente a população mais pobre. Saad-Filho e Moraes (2011) indicam que apesar dos resultados positivos, não podemos classificar os governos do PT como pós-neoliberal, pelo fato de as medidas sociais serem um respaldo para o desenvolvimento e equilíbrio do mercado.

Outra tese estudada acerca das reflexões sobre a política que rege a contemporânea conjuntura brasileira é a de Rodrigo Castelo (2013), cuja importância foi fundamental para a construção do nosso objeto por termos dialogado de maneira mais próxima com o próprio autor através do intercâmbio realizado com o nosso

grupo de pesquisa³. Trata-se do social-liberalismo, o qual tem como finalidade reformar o atual projeto de supremacia burguesa, ao passo de tentar reunir equidade e responsabilidade social a preceitos tipicamente neoliberais, como o ajuste fiscal.

Esse modelo lançou a proposta de harmonização entre os preceitos liberais e da esquerda tradicional, com o objetivo de não haver nem radicalização, nem mudanças estruturais. As modificações não atingiram a estrutura basilar do modo de produção capitalista, ou sequer algum dos pilares neoliberais, mas ao contrário, lançaram mão de intervenções mínimas do Estado em situações onde há intensas expressões da questão social. Nesse sentido, as ações do Estado seguem atreladas ao objetivo de legitimação e manutenção da hegemonia burguesa.

Embora tenhamos dialogado com essa linha de reflexão na nossa pesquisa, os caminhos percorridos em termos analíticos nos conduziu a não tomar a tese do social-liberalismo como substancial para a hipótese sustentada em nossa dissertação.

Como achado da pesquisa, os estudos de Giovanni Alves (2014), lançam luz sobre o nosso objeto, no que diz respeito às características do neodesenvolvimentismo, uma vez que para o referido autor, esse modelo se compôs como uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, não apresentando um rompimento com os presságios e características que compõem o bloco histórico do capitalismo flexível.

A tese de Alves trouxe à tona a ligação entre o neodesenvolvimentismo e a precarização das condições de trabalho, o que nos permitiu avançar em nosso objeto de pesquisa, a partir da problematização do par conceitual neodesenvolvimentismo e trabalho, levando-nos a identificar como esse momento de aparentes melhorias econômico-sociais guardava uma ofensiva contra os direitos do trabalho.

³ Professor Doutor da Escola de Serviço Social da UNIRIO- RJ e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile – LEMA. Participou do Ciclo de Debates A ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA E A HEGEMONIA DO NEODESENVOLVIMENTISMO, no período de 20 a 21 de novembro de 2014, organizado por nosso grupo de pesquisa, onde proferiu a palestra na mesa intitulada: **O Neodesenvolvimentismo em Questão – crítica e ideologia**. Participou ainda, na condição de mediador, de um encontro de grupos de pesquisa vinculados a UFPB/UEPB/UFPE, cujo objetivo foi à qualificação das pesquisas desenvolvidas nos respectivos programas de pós-graduação e nos projetos de iniciação científica.

No entanto, foi com a tese de fim de ciclo, apreendida a partir dos estudos de Gonzalo Rojas, a qual identifica como desde 2013 o governo Dilma perdia legitimidade e governança frente ao Estado brasileiro, que aprofundamos o nosso problema de pesquisa, o qual aponta exatamente para uma intensificação do enfrentamento capital x trabalho, num momento fundamentalmente marcado pela derrocada de um projeto de desenvolvimento gerenciado pelos governos do PT na gerencia do Estado brasileiro à frente de Lula e Dilma.

Nessa direção, tais estudos nos possibilitaram trabalhar com a seguinte hipótese: para além de um projeto político e econômico, o neodesenvolvimentismo apresenta-se como uma estratégia de classe, que permitiu a continuidade do bloco neoliberal na condição hegemônica e garantiu as ferramentas de exploração da força de trabalho, expressas pela constituição de uma nova e precária condição de trabalho, marcada pela flexibilização e retirada de direitos.

Amparada pelos distintos estudos sobre a desenvoltura do cenário econômico durante os governos do PT, de Reinaldo Gonçalves (2012), avançamos com a hipótese da nossa dissertação, ao constataremos como o neodesenvolvimentismo se compõe enquanto mais uma fase do neoliberalismo no Brasil, um novo ato de uma mesma peça, onde se mudam os atores e o cenário, mas o roteiro a ser seguido continua o mesmo. A tese do autor foi crucial para a de problematização da hipótese levantada, uma vez que aponta que este processo se constitui como um desenvolvimento às avessas, fundamentado numa frágil conjuntura internacional de boom nos preços das *commodities*. Para reafirmar seus apontamentos, Gonçalves se utiliza de um valioso banco de dados que em muitos momentos nos ajudou a fundamentar a nossa pesquisa.

Para capturar elementos da realidade a qual estudamos, foi importante estudar alguns conceitos como, Estado, crise, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. Neste sentido, de acordo com o método de análise e estudo desenvolvido por Marx, partimos da premissa que a crise enquanto categoria inerente ao modo de produção capitalista tem o papel fundamental de apontar novas possibilidades de retomada da taxa de lucro, bem como de realizar a harmonização da composição orgânica do capital, imprimindo saídas para o capital, que se convertem em “mudar para continuar o mesmo”, ou seja, transformam-se os instrumentos de acumulação, as formas do capital, os meios de exploração da mais-

valia, contudo, a essência do capitalismo permanece a mesma, com a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza.

O Estado, categoria importante nas nossas análises, tem sido o responsável por garantir a hegemonia da dominação burguesa, ao mesmo tempo em que usa da ideologia para aparentar ser uma instituição que opera acima das classes. É o Estado que responde em momentos de crise, ao oferecer mecanismos de contenção e prevenção, visa garantir a legitimidade e continuidade do capitalismo, ao mesmo tempo em que respalda a reprodução da força de trabalho a partir das estratégias políticas sociais.

O neoliberalismo é um exemplo de reconfiguração do papel do Estado, que se constitui enquanto uma mudança dentro da ordem. O modelo foi proposto como alternativa a crise dos anos 1980 e levou o Estado a abandonar seu papel interventor e provedor do bem estar social colocado em prática durante os 30 anos gloriosos do capital (1940-1970). Tomamos esse conceito como ideário político, econômico, social e ideológico, que foi capaz de alcançar todos os quadrantes do mundo, levando sua prática as mais longínquas regiões.

Com o neoliberalismo, o Estado passa a se ater no objetivo primeiro de garantir liberdades, principalmente a de mercado, proteger a propriedade e os contratos privados, bem como intervir na economia e na organização dos mercados, no sentido de prevenir os momentos de crise e garantir as melhores condições para o desenvolvimento pleno do capital.

Desta forma, o Estado tem a permissão dos mercados para atuar em momentos de crise, e de intervir nas expressões mais perversas da questão social, pois ao capitalismo interessa a miséria dentro de certos limites, pois se extrapola o aceitável pode gerar rebeldia na classe trabalhadora, como imaginara Marx em o Manifesto Comunista, ou também reduzir as vendas ao ponto de gerar uma estagnação nos mercados. Assim, a miséria tem que ser mantida num nível que não fira a harmonia do sistema capitalista, e para isso o Estado faz uso de mecanismos de combate à pobreza via as políticas sociais, ou serviços e programas ofertados por instituições da sociedade civil que acabam por incorporar as responsabilidades do Estado.

O neodesenvolvimentismo, elemento central dentro das indagações e concepções da pesquisa, foi estudado como parte integrante do bloco histórico neoliberal. O termo é utilizado para caracterizar esse momento como uma inflexão do modelo neoliberal, marcado por um contraditório e funcional aumento dos gastos sociais, paralelo à intensificação da flexibilização e retirada dos direitos do trabalho.

Essas categorias, pensadas e analisadas em momentos históricos distintos, são colocadas à luz da contemporaneidade no intuito de responder os objetivos específicos da nossa pesquisa, que foram: 1- Discutir os fundamentos da crise e o neoliberalismo como estratégia para retomada das taxas de lucro, apontando a especificidade desse modelo no Brasil; 2- Analisar a realidade brasileira durante a década de 2000, identificando o neodesenvolvimentismo enquanto uma inflexão neoliberal; 3- Verificar se a atual crise do Estado brasileiro aponta para o fim de um ciclo hegemônico constituído nos marcos do neodesenvolvimentismo e suas consequências para os direitos do trabalho.

A partir de uma análise do par conceitual neodesenvolvimentismo e trabalho, inferimos que esse nova configuração do Estado não se constitui enquanto uma saída a favor do trabalho, pois ofertou ganhos para essa classe no âmbito da reprodução, ao mesmo tempo em que no âmbito da produção foram tomadas medidas que aprofundam as formas de exploração e flexibilizam o acesso a direitos sociais. É ainda mais contraditório analisar essa dualidade quando levamos em consideração que essa contrarreforma foi gerenciada por um partido, historicamente orgânico à classe trabalhadora, mas que após um processo de apassivamento e transformismo, operados pela via da conciliação de classes, aceita medidas que vão de encontro aos seus próprios interesses.

Embora a literatura que trata sobre a conjuntura faça uma qualificação do lulismo, como um fenômeno específico nesse quadro analítico, optamos por trabalhar durante a composição do texto, com o termo governos do PT para referenciar a gerência do Estado brasileiro na direção de Lula da Silva e Dilma Rousseff entre os anos 2003-2016.

No que concerne à metodologia do nosso trabalho enquanto estudo exploratório, buscamos investigar o nosso objeto sob a perspectiva indicada por Minayo (1996, p.23), que referencia a pesquisa como “[...] a atividade básica das

ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”.

Do ponto de vista teórico-metodológico, trata-se de uma pesquisa teórica, fundamentada no materialismo histórico dialético. Nesse método o desenvolvimento do conhecimento sobre os fenômenos sociais ocorre mediante aprofundamentos na explicação dos condicionamentos históricos.

Nessa perspectiva a sociedade é vista como uma totalidade complexa, constituída por um sistema de relações sociais. Nessa dinâmica sujeito e objeto relacionam-se em busca das determinações históricas, cujo método permite-nos maior apreensão na abordagem da realidade, o que favorece a identificação da diversidade das relações sociais implicadas.

Optamos pela realização de uma pesquisa do tipo quali-quantitativa, através da utilização de levantamento bibliográfico e documental, seguido da apreciação de dados secundários publicados por instituições oficiais como o FMI, ONU, IBGE, CEPAL, IPEA, MDS, DIEESE e Banco Central.

Para a realização da pesquisa bibliográfica e documental foram adotados como recursos de construção do conhecimento as técnicas de leitura, fichamento e sistematização⁴ da bibliografia utilizada. O acesso a estas sistematizações foi otimizado com o uso de pesquisa na Internet através dos sites: cartamaior; cartacapital; blogdaboitempo; esquerdadiario; brasil.elpais; folha.uol, cujo objetivo foi extrair os dados de realidade sobre a conjuntura brasileira, os quais vem sendo apontados através da mídia digital. Fizemos ainda um levantamento de Dissertações e Teses sobre o tema.

O procedimento metodológico e os instrumentos de pesquisa que foram adotados são: a) pesquisa bibliográfica e documental; b) coleta, organização e sistematização dos dados; c) análise dos dados coletados e construção teórica da pesquisa; d) qualificação da dissertação; e) Defesa da Dissertação.

⁴ A sistematização é feita a partir do uso de um instrumento de análise criado pelos participantes do grupo de pesquisa.

Realizamos um aprimoramento dos dados pesquisados de modo a expor a problemática investigada como uma síntese deste processo de aproximação à realidade pesquisada. No momento da coleta das informações, categorias de análise foram elencadas e estudadas a partir de uma sistematização quanti-qualitativa dos dados.

Após a consecução dos procedimentos da pesquisa elaboramos as reflexões-sínteses do processo investigativo com o objetivo de articular os debates teóricos já iniciados a partir da discussão do objeto com os principais resultados encontrados na pesquisa. O que nos levou a capturar de forma especial, as determinações e os fundamentos econômicos, sociais e políticos que atravessam as relações sociais e trabalhistas no “novo” ciclo de desenvolvimento administrado no Brasil dos governos PT, bem como analisar as implicações da derrocada desse projeto para a classe trabalhadora.

Em termos de exposição, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo: ***Crise, neoliberalismo e a especificidade da década de 1990 no Brasil***, buscamos realizar, num primeiro momento, uma discussão acerca da categoria crise a partir dos estudos de Mészáros e Mandel, apresentamos como a crise é inerente à dinâmica do modo de produção capitalista e como o processo de financeirização do capital foi capaz de acelerar e aprofundar os ciclos de crise. Posteriormente fizemos referência ao processo de surgimento e disseminação das ideias liberais e neoliberais, que aparecem como a salvação do capitalismo, a partir da apresentação de um escopo de orientações ideológicas, que posteriormente se tornam uma pragmática neoliberal com características próprias em cada parte do mundo, tornando esse modelo imperial e vitorioso no que diz respeito à aceitação de suas estratégias e do seu alcance mundial. Num segundo momento, referenciamos como o neoliberalismo se apresenta na realidade brasileira, suas principais características e efeitos, apontando alguns dados relevantes que nos ajudam a delinear o cenário brasileiro na década de 1990.

No segundo capítulo: ***O social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil: uma saída tautológica à crise***, procuramos fazer um levantamento sobre as principais teses que discutem o neodesenvolvimentismo enquanto um novo momento político e econômico vivenciado no Brasil e na América Latina, com um

aprofundamento na análise nacional, buscando expor os argumentos de autores que defendem que o Brasil vivenciou um momento pós-neoliberal, contrapondo-os com autores que apontam o neodesenvolvimentismo como uma estratégia ideológica de pouca expressão material. No segundo ponto deste capítulo, fizemos um levantamento de dados com a intenção de delinear como foi, principalmente para a classe trabalhadora, a vivência do momento de êxito do neodesenvolvimentismo sob a administração dos governos do PT.

No terceiro capítulo: ***Fim de um ciclo de desenvolvimento: a perda de hegemonia de um projeto neodesenvolvimentista pautado pela crise***, partimos da suposição que o neodesenvolvimentismo, pautado principalmente pelo aumento das exportações de *commodities* e ampliação das exportações do Brasil com a China, vinha apresentando tendências do seu fim desde meados do primeiro mandato da presidente Dilma (2011-2014), tanto pela conjuntura mundial de crise econômica, como pela crise política e institucional que vivenciamos no Brasil, a qual desdobrou-se num golpe institucional-parlamentar, que deixa claro que a carapaça do neodesenvolvimentismo não encobre mais a face das decisões políticas no Brasil, onde os retrocessos acontecem abertamente. Amparada pelos dados da pesquisa, demonstramos como a estratégia neodesenvolvimentista foi capaz de encobrir decisões como a reforma da previdência, medidas e leis provisórias que iam de encontro aos interesses dos trabalhadores, mas que não encontraram resistência devido ao caráter passivizador das políticas sociais realizadas pelos governos do PT. Analisamos ainda, a partir de alguns indicadores sociais e econômicos, como o projeto neodesenvolvimentista encontrou seus limites dentro do capitalismo, deixando como herança uma realidade desastrosa para a classe trabalhadora com o recrudescimento das medidas neoliberais.

CAPÍTULO I

**Crise, neoliberalismo e a especificidade da década
de 1990 no Brasil.**

CAPÍTULO 1 – Crise, neoliberalismo e a especificidade da década de 1990 no Brasil

Nesse capítulo apresentaremos de início uma discussão sobre a categoria crise, tomando como principais referências Marx, Mandel e Mészáros, para entender os fundamentos da crise no capitalismo como essencial para a compreensão do nosso objeto de estudo em sua totalidade, pois são exatamente nos momentos de crise em que o capitalismo lança mão de mudanças superficiais, para manter os seus pilares estruturais sem alteração.

Partimos do pressuposto que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, e se constituem enquanto mecanismos de renovação das estratégias de expansão e desenvolvimento desse modo de produção. As crises aparecem no decorrer de todo o capitalismo, seja de forma conjuntural, seja estrutural, em diversos momentos históricos e sob diversas situações.

Caracteristicamente, no capitalismo as crises não são de escassez, mas de superprodução de mercadorias, inclusive de superprodução de capital. O movimento de financeirização do capital, hoje em sua fase madura, que contempla todos os quadrantes da esfera terrestre, nos permite compreender como esse processo deixou a estabilidade do capitalismo ainda mais frágil, potencializando suas contradições e aumentando a incidência dos momentos de crise.

Mandel explica que após os momentos de crise, há sempre uma retomada de crescimento e recuperação das taxas de lucro, esses momentos estão cada vez mais curtos, pois apesar de sempre reinventar saídas, o capitalismo não encontra mais fronteiras pra onde se expandir. Partindo do geral para o particular, tomamos o neoliberalismo - modelo político, social e econômico - como uma saída estratégica utilizada pelo capitalismo em resposta a crise de 1980.

O neoliberalismo teve como berço a ditadura Chilena (1973-1990) sob o comando do General Pinochet, mas ficou mundialmente famoso pelo Consenso de Washington em 1989. Suas protoformas foram seguidas de forma pioneira pelos governos de Thatcher (1979-1990) e Reagan (1980-1988), bem como no. De início esse modelo foi capaz de retomar as taxas de lucro e até de potencializa-las, no

entanto, as taxas de crescimento a níveis das décadas anteriores, não foram retomadas. Para atingir seus objetivos o neoliberalismo procurou enxugar o que ele via como “excesso” de direitos sociais e trabalhistas, de forma que suas primeiras ações foram no sentido de desorganizar os sindicatos, partidos e movimentos da classe trabalhadora.

No Brasil o neoliberalismo foi inicialmente implementado pelo governo com Collor (1990-1992), mas suas estratégias foram aprofundadas com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e se consolidou com Lula (2003-2010), através de um programa de privatizações, terceirizações, reformulação do papel do Estado, e principalmente pela ofensiva aos direitos do trabalho.

Esse capítulo, portanto, compactua com o nosso primeiro objetivo de pesquisa, que é aprofundar a análise da categoria crise, examinar o neoliberalismo enquanto uma saída à crise dentro dos contornos capitalistas, e seus determinantes na realidade brasileira.

Com três subseções, iniciamos fazendo um levantamento acerca da categoria crise; depois analisamos o neoliberalismo em sua conotação mundial; e por último as definições do neoliberalismo no Brasil.

1.1 A CRISE NA CONTEMPORANEIDADE.

O Modo de Produção Capitalista (MPC⁵) desde a sua constituição apresenta fases de expansão e acumulação de capital, seguidas por períodos de crise. Esse modo de produção permitiu a humanidade produzir mercadorias em uma proporção nunca antes pensada, ao mesmo tempo em que socializou a incapacidade do consumo, o que prova que o capitalismo se desenvolve com base em grandes contradições. No prefácio da Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política, Marx define o conceito de Modo de Produção:

⁵ A partir daqui utilizarei a sigla MPC sempre que for me referir ao modo de produção capitalista.

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas (p.47, 2008a).

Tais obstáculos podem ser referidos hoje nos seguintes termos: por mais que exista uma produção de mercadorias que exceda a capacidade de consumo da humanidade, há milhões de pessoas que não tem suas necessidades mais básicas satisfeitas por todo o mundo, pelo fato do sistema estimular a superprodução, mas criar barreiras que impedem o consumo, seja produtivo, seja pessoal. Em outras palavras,

Enquanto os capitalistas inundam o mercado com as suas mercadorias, a capacidade de consumir dos contingentes trabalhadores permanece limitada; esse descompasso entre a magnitude da produção de mercadorias e a possibilidade de sua realização deve-se ao fato de as massas trabalhadoras não disporem de meios para comprá-las (Netto e Braz, 2011, p.171).

Essa contradição é expressa, por exemplo, pela concentração de riqueza no mundo: segundo a Oxfan⁶, em 2014, 1% da população mundial mais rica detinha de 37% de toda a riqueza mundial. Em 2016 essa concentração se intensifica ainda mais, a projeção é de que os 37 milhões de indivíduos, que compõem a parcela do

⁶ A Oxfan é uma ONG britânica que toma como base os dados da rede de bancos Credit Suisse. Esses dados foram divulgados no Fórum Econômico Mundial, em 2015, com o relatório “Uma economia a serviço de 1%”.

1% mais rico da população do mundo, concentraram uma riqueza maior do que a soma dos 99% restantes da população, essa projeção foi atingida ainda no ano de 2015.

A desigualdade social é crescente. A organização aponta que 62 pessoas detêm uma quantia de capital equivalente à metade mais pobre da população mundial. Cinco anos atrás, essa riqueza era distribuída entre 388 pessoas. Para estar entre o 1% mais ricos do mundo é necessário possuir um patrimônio superior a 500 milhões de dólares. O relatório identifica ainda que os 50% mais pobres detêm apenas 1% de toda a riqueza mundial.

Ao nos reportarmos a concentração de renda no Brasil, em 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os 10% mais ricos concentravam 41,7% de toda a renda *per capita* nacional, enquanto os 10% da população com menor rendimento detinha apenas 1,2% da renda *per capita*.

Ainda se tratando da realidade do Brasil, podemos expressar, a partir da realidade da fome, a contradição entre produção e consumo: segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2013, 7,2 milhões de pessoas passavam fome no país, enquanto isso, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o país bate recordes na produção de grãos entre 2014/2015 colhendo aproximadamente 209,5 milhões de toneladas.

Ao estudar o MPC, Marx pôde notar que as contradições inerentes ao capitalismo o faziam passar sempre por períodos de expansão seguidos por momentos de estagnação e/ou depressão, desta forma, há um período de grande acumulação de capital sempre seguido de um momento de depressão, onde a taxa de lucro é diminuída. Esse fato acontece devido à dinâmica contraditória que perpassa o modo de produção capitalista. As principais contradições que se desdobram em fatores desencadeadores da crise são segundo Netto e Braz,

[...] 1ª a contradição entre a *progressiva racionalidade* que organiza a produção nas empresas capitalistas (planejamento, cálculo das relações custo/benefício etc.) e a *irracionalidade do conjunto da produção capitalista* (a ausência de um planejamento *global* dessa mesma produção); 2ª a contradição entre a necessária ação de cada capitalista para *maximizar seus lucros* e o resultado objetivo dessa ação, a *queda da taxa de lucro*; e, 3ª o crescimento da produção de mercadorias *sem* um correspondente crescimento da capacidade aquisitiva (a “demanda solvável”) das massas trabalhadoras (2011, p.173-174).

Tais contradições são imanentes à própria lógica e gênese do capital. Explica Grespan:

É necessário, portanto, determinar rigorosamente a categoria de capital e perceber, em primeiro lugar, que é por sua negatividade inerente que Marx concebe a dinâmica do capitalismo enquanto movimento de constante superação e reposição de suas contradições, de modo que a crise – enquanto manifestação privilegiada da autonegação do capital – se apresenta como integrante da dinâmica global. E não como um aspecto secundário e acessório, mas como elemento essencial para compreender seu *modos operandi* (2012, p. 23).

Assim, as contradições inelimináveis do MPC sempre vão proporcionar o surgimento de momentos de crise. Ao contrário dos modos de produção anteriores⁷ que sofriam com a subprodução, o capitalismo tem a superprodução como motivo de suas crises. Segundo Netto e Braz,

[...] a crise capitalista aparece, inversamente à crise pré-capitalista, como uma *superprodução de valores de uso* – mais precisamente: não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção (2011, p.168).

As crises que perpassam o modo de produção capitalista não são monocausais, surgem como resultado de vários fatores, sendo o principal, a transformação do produto do trabalho humano em mercadoria, criando a contradição primária valor x Valor de uso, gerando assim, no âmbito da acumulação a necessidade de uma superprodução de mercadorias⁸. Em busca de uma

⁷ Em sociedades pré-capitalistas, registram-se perturbações na produção que acarretaram empobrecimento e miséria. [...] A consequência imediata dessas crises é uma carência generalizada dos bens necessários à vida social; mais exatamente, tais crises indicam uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso, podem ser designadas como *crises de subprodução de valores de uso* (NETTO E BRAZ, 2011, p.167).

⁸ Mercadoria aqui entendidas como força de trabalho, meios de produção, capital e os próprios objetos derivados do processo de produção.

acumulação cada vez maior, o capitalista busca a racionalização da produção, diminuindo o consumo de força de trabalho e meios de produção, desta forma coloca a dispor do mercado uma quantidade sobrando cada vez maior desses elementos, ao mesmo tempo em que não reduz a produção de mercadorias que acabam não sendo consumidas, daí sua contradição fundante.

Além disso, quando há investimento na produção, os capitalistas optam pelos gastos com capital constante (máquinas, matérias-primas, ferramentas), e pagam o menos que puderem aos trabalhadores, que mesmo necessitados, são impedidos de consumir.

As razões mais profundas que permitem explicar a crise que se desdobra por todo o planeta encontram-se na própria dinâmica da acumulação que produz periodicamente uma superprodução de capital, decorrente da anarquia da produção capitalista, que conduz a uma pressão para a queda na taxa de lucro quando se esgotam as contra-tendências à queda dessa taxa. A superprodução de capital pode se manifestar através do excesso de produção vendável, não porque não haja pessoas necessitadas ou desejosas de consumirem, mas porque a concentração da riqueza vai excluindo uma parcela cada vez mais importante da população da possibilidade de comprar mercadorias (NAKATANI & HERRERA, 2011)⁹.

Para Marx a mercadoria se constitui enquanto unidade do valor de troca e do valor de uso, e tem como objetivo satisfazer uma necessidade humana, seja do corpo, seja do espírito. A mercadoria antes de tudo é produção social, pois tem como objetivo primeiro não uma satisfação pessoal, mas suprir uma necessidade social. Desta forma, ela existiu em modos de produções precedentes ao capitalismo, mas só aqui é potencializada a sua característica de valor de troca. Dessa forma, mesmo que um produto não venha a atender uma necessidade real/material, ele será fabricado com o objetivo principal de se obter lucro.

Nesse sentido, as engrenagens do MPC funcionam a partir da busca incansável pelo lucro, a necessidade de se obter cada vez mais capital, de se ampliar cada vez mais o lucro é o que permite a descoberta de novas tecnologias,

⁹ Texto disponível em <http://vermelho.org.br/noticia/149806-1>. Acesso em 25 de janeiro 2016.

novos modelos de produção, formas inovadoras de gestão e organização, em suma, a busca incansável pelo lucro, o qual impulsiona as modernizações pela via do desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, podemos afirmar que o modo de Produção capitalista não respeita nenhuma barreira na busca pelo lucro, cada vez que ele atinge um limite, procura maneiras de ultrapassá-lo.

Como apontado anteriormente, estamos num momento onde tudo é produzido para o excedente, o que antes era escasso, hoje se encontra em abundância, sendo produzidas mercadorias que inclusive excedem a capacidade de consumo da sociedade, e é aí que mora um dos mais poderosos fatores desencadeadores da crise a qual estamos tratando. Segundo Grespan,

Começando com a mercadoria e o dinheiro, no nível da circulação simples, a crise se define pela possibilidade de que não ocorra de modo fluido a passagem das vendas para as compras, a troca de mãos do dinheiro, ou a cadeia de pagamento entre quem vendeu e quem comprou e recebeu sua mercadoria, mas depende ainda de vender a sua para saldar a dívida (2009, p.30).

Para que se obtenha lucro é preciso que a mercadoria se realize, ou seja, que ela seja vendida, não precisa ser utilizada, mas é necessário que alguém esteja disposto a pagar por ela. É imprescindível que o ciclo que se inicia na produção e passa pela circulação, seja concluído no momento da venda. Se alguma dessas fases é interrompida não se pode chegar ao objetivo último que é o lucro, e sem a geração de lucro o capitalismo entra em crise.

Desta forma, quando ocorre uma superprodução de mercadorias, ou seja, quando a produção excede o consumo, a mercadoria não é vendida, o ciclo não se completa, não se obtém o lucro, o sistema entra em colapso e começa a buscar alternativas que o coloquem de volta no momento da expansão. Apesar disso, a superprodução de mercadorias não é o único fator desencadeador de uma crise. De acordo com Mandel,

A superprodução de mercadorias tem, em última instância o caráter determinante, no entanto, ela é resultado de um movimento que engloba a queda na taxa de lucro, aumento da composição orgânica do capital, aumento da capacidade de produção excedente, subconsumo, superacumulação de capitais e superaquecimento. Todavia, nenhum desses elementos, embora sejam cruciais para o seu desenvolvimento, podem, sozinhos, explicar a crise. A crise não pode ser reduzida como resultado único de nenhum desses elementos, e sim pelo conjunto (1990, p. 217).

Apontada como principal fator detonador da crise, a superprodução de mercadorias guarda suas raízes na contradição primária do MPC que aparta os trabalhadores dos seus meios de produção. Neste sentido, o capitalismo socializa a produção, ao mesmo tempo em que privatiza o acesso aos frutos do trabalho, tornando a mercadoria alienada ao trabalhador, desta forma, o trabalho que deveria permitir o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, restringe-se a repetições de movimentos mecânicos, ou seja, o trabalho no capitalismo perde o seu sentido ontológico¹⁰, não exige dos homens atividade teleológica¹¹, na maioria dos casos, o trabalhador realiza suas ações cotidianas sem saber sequer qual será o produto final da sua ação.

Numa sociedade produtora de mercadorias submetida à lei do valor, a crise se manifesta por meio de vários fatores. Para Marx, “[...] em sua primeira forma, a crise é a metamorfose da própria mercadoria, a dissociação da compra e da venda” (1980 V II, p. 945).

¹⁰ No capitalismo o trabalho perde o sentido de ação teleológica que transforma a natureza com a finalidade de satisfação das necessidades humanas (trabalho concreto) e passa a se realizar enquanto trabalho abstrato. Segundo Lessa (1999), “[...] o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumentos para a execução de necessidades de outrem”.

¹¹ Para mencionarmos à ontologia do ser social em Marx, aferida ao trabalho como atividade de reprodução material do homem, presente na genealogia prática da espécie humana, faremos uso da célebre passagem da Ideologia Alemã: “[...] O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (Marx & Engels, 2007, p. 33).

De modo mais complexo, se revela no papel do dinheiro, como capital, ao ampliar a contradição entre valor e valor de uso, constituindo, ambos, nos elementos que tornam a crise de abundância uma necessidade, numa sociedade de produtores individuais de mercadorias. Uma vez que cada ato de compra e venda envolve um grande número de relações, entre produtores diferentes e mercados distintos, o ato de produção envolve o contínuo reinício de processos produtivos que terão, por consequência, o ininterrupto lançamento de mercadorias no mercado.

Mas agora se trata apenas de acompanhar o desenvolvimento ulterior da crise em potencial – a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – enquanto provém das determinações de formas próprias do capital, as quais lhe são peculiares e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e dinheiro (Marx, 1980, V-II, p. 948).

O aparecimento do capital bancário e financeiro também potencializa as contradições existentes no MPC. É a partir da capitalização do dinheiro que o processo de circulação representado por D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro acrescido), se reduz a D-D, isso é, encurta o ciclo de produção e reprodução de capital, com o objetivo de se ampliar o lucro, mas de uma forma que esse montante não passe pela esfera da produção. Para os capitalistas que são somente investidores, de fato, é isso o que ocorre, no entanto, não é o que verificamos na realidade do processo global de produção. Segundo Miranda,

A mistificação é, portanto, a de que qualquer soma considerável de dinheiro tem a capacidade de gerar uma remuneração. Isso não é falso! Para o proprietário do dinheiro é exatamente isso que acontece. Aplica-o em alguma instituição bancária sob a condição de que sua aplicação receba uma remuneração na forma de juros. Essa remuneração lhe cabe exatamente por ser ele o proprietário dessa soma de dinheiro. Isso é correto do ponto de vista do indivíduo, mas não do ponto de vista do capital global, já que a mais-valia para ser apropriada deve ser produzida (2010, p.8).

O MPC eleva suas contradições ao extremo e muito do que acontece no processo de valorização do capital é explicado de maneira superficial, como é o caso do capital fictício que, como apontado anteriormente, é visualizado da

perspectiva do indivíduo, não do ciclo global do capitalismo, ocultando o fato do juro absorvido pelo prestamista ser parte da mais-valia explorada que lhe cabe enquanto investidor de capital. Segundo Marx,

O absurdo da concepção capitalista atinge aí o apogeu: em vez de explicar a valorização do capital pela exploração do trabalho, ao contrário, explica a produtividade da força de trabalho com a circunstância de possuir essa força o dom místico de ser capital que produz juros (2008c, p.617).

Assim, o capital aparece enquanto criador de valor e não a exploração da força de trabalho, explica-se que com o capital fictício, o capitalista consegue valorizar uma soma de capital sem relaciona-la diretamente com a criação material de valor. O espaço da circulação é sobrevalorizado e um mesmo título ou ação é usado diversas vezes, seja em forma de cobrança ou de pagamento, perdem-se as contas de quantas vezes o mesmo “papel” é utilizado para diversos fins, o que acarreta numa separação conveniente entre valor e valor-trabalho.

A promessa de lucro rápido e fácil a partir de investimentos em ações causou um aumento exacerbado da circulação de capital fictício, essa valorização, muitas vezes não tem base material, é um capital que existe duplamente: enquanto capital investido e enquanto um título de dívida. Segundo Marx, na realidade,

Esse capital não existe duas vezes, uma como valor-capital dos títulos, das ações, e outra como o capital efetivamente empregado ou a empregar naquelas empresas. Só existe na última forma, e a ação nada mais é que título de propriedade sobre proporção da mais-valia a ser realizada por intermédio desse capital. Pode A vender esse título a B, e B a C. Essas transações em nada alteram a natureza da coisa. A ou B converteu esse título em capital, e C transformou seu capital em mero título que lhe dá direito a participar da mais-valia esperada do capital por ações (2008c, p.619).

Mesmo com a possibilidade dos investimentos se esfacelarem no ar, o capital fictício ganhou o mundo e se apoderou das transações financeiras por todo o globo. Uma das explicações dessa ampliação de investimentos em bolsas e ações no capitalismo contemporâneo, é que inicialmente o capital financeiro pareceu à saída

perfeita para as crises. No entanto, esse movimento causa um deslocamento do capital que anteriormente era investido em ramos da produção e amplia os investimentos em novos capitais nos ramos financeirizados.

A financeirização foi um mecanismo utilizado como porta de saída da crise no início da década de 1980 e teve em sua base a desregulamentação dos mercados financeiros nacionais proporcionado pelo neoliberalismo, bem como posteriormente a revolução da informação. Chesnais (1996) aponta a partir de dados da OCDE que "entre 1980 e 1992, o crescimento dos ativos financeiros acumulados foi mais de duas vezes e meia mais rápido do que o da formação de capital fixo [...]" (p.244). Dessa forma, o capital fictício rendeu grandes lucros, mas a longo prazo trouxe a tona muitas contradições e limitações, como as cifras intermináveis as quais correspondem as dívidas externas e internas dos países, que são negociadas ano a ano e não tem um fim¹², correspondendo atualmente a valores inimagináveis de trilhões de dólares¹³. Segundo Mészáros,

A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando muito pior (2011, p.25).

Conforme apontado por Mészáros, os altos investimentos na financeirização não são a garantia que a economia produtiva vai ficar bem, as duas áreas estão interligadas, e a crise do sistema financeiro, leva a bancarrota também o sistema industrial produtivo. O que podemos observar com a crescente do capital financeiro, é que suas cifras estão cada vez mais altas, bem como já ficou claro que os altos rendimentos gerados nessas condições, de especulação, possuem uma liquidez em

¹² Segundo Fattorelli, "Uma vez geradas, tais dívidas não param de crescer, pois seus altos custos, condições abusivas e condicionamentos impostos por organismos internacionais levam à sua perenização" (2013, p.18).

¹³ Segundo o FMI, em 2015, existiam 60 trilhões de dólares em dívidas pelo mundo. Os Estados Unidos são o maior devedor de toda a história. Em 2013 sua dívida alcançou o valor de 15,98 trilhões, já o Brasil, nesse mesmo ano, estava com uma dívida pública de 476,6 bilhões.

grau elevado. O movimento que os vendedores de ações fazem com a especulação é aumentar o preço de ações que não tem o seu valor material aumentado na mesma proporção. Segundo Marx,

[...] O valor de mercado desses títulos é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pelo rendimento efetivo, mas pelo esperado, pelo que previamente se calcula. Seu valor é sempre o rendimento capitalizado, isto é, o rendimento calculado sobre um capital ilusório de acordo com a taxa de juro vigente. Em tempos de crise no mercado de dinheiro, esses títulos experimentam dupla baixa: primeiro, porque os juros sobe e, segundo, porque se lançam em massa no mercado, para serem convertidos em dinheiro. Essa queda de preço se verifica tanto no caso de ser constante o rendimento que esses títulos asseguram ao proprietário, como acontece com os títulos da dívida pública, quanto no caso de a produção da mais-valia do capital efetivo que representam ser atingida eventualmente pelas perturbações do processo de reprodução, ocorridas em empresas industriais. Neste caso nova depreciação se acrescenta à já mencionada. Passada a tempestade, os títulos retornam ao nível anterior, desde que não representem negócios malogrados ou fraudulentos. A depreciação deles na crise atua poderosamente no sentido de centralizar riqueza financeira (2008c, p.619-620).

Dessa forma, é como se estivessem a inflar uma bolha com investimentos que se traduzem em títulos¹⁴ e ações¹⁵, que atingem taxas de lucro exorbitantes numa velocidade bem rápida, mas que a qualquer momento, pode de se exaurir, com a grande possibilidade de causar falências e perturbações na “ordem” do capitalismo. Nas palavras de Marx, “Uma vez que a propriedade aí existe na forma de ações, seu movimento e transferência tornam-se simples resultados de jogo de bolsa em que os peixes pequenos são devorados pelos tubarões e as ovelhas pelos lobos de bolsa” (2008c, p.586).

¹⁴ Os títulos público são emitidos pelo Governo Federal com o objetivo de captar recursos para o financiamento da dívida pública e das atividades governamentais (educação, saúde etc.). Há uma grande variedade de títulos públicos, cada um com características próprias em termos de prazo (vencimento) e rentabilidade. Retirado de: portaldoinvestidor.gov.br, acesso em 05/05/2016.

¹⁵ Ação é a menor parcela do capital social das companhias ou sociedades anônimas. É, portanto, um título patrimonial e, como tal, concede aos seus titulares, os acionistas, todos os direitos e deveres de um sócio, no limite das ações possuídas. Retirado de: portaldoinvestidor.gov.br, acesso em 05/05/2016.

Para garantir que crises não aconteçam pelo máximo de tempo possível, ou seja, para refletir aos investidores certa estabilidade, o Estado intervém diretamente na economia, ou seja, “[...] o fornecimento da liquidez necessária para dar estabilidade aos mercados financeiros, é papel fundamental do Estado” (CARCANHOLO, 2011, p.14). Carcanholo explica claramente a forma pela qual o Estado age enquanto regulador das crises financeiras:

Como o Estado faz isso? Basicamente, trata-se de destinar uma fração crescente do orçamento público para a atuação nos mercados financeiros no sentido de comprar (ou dar alguma garantia para) esses ativos com excesso de oferta. Ou seja, garante-se a ampliação dos recursos públicos para o salvamento das instituições financeiras com problemas de liquidez, solvência. De que forma o Estado consegue essa ampliação de recursos? Por um lado, pode ser pela redução com outros tipos de gasto, por exemplo, e dentro da mesma lógica, dos gastos com custeio de políticas sociais. Por outro, pelo lançamento de títulos públicos adicionais no mercado que, ao possuírem maiores garantias de retorno para seus compradores, apresentam uma atratividade muito maior nos contextos de crise (2011, p. 14-15).

Com o objetivo de manter o equilíbrio no mercado, o Estado se amplia para tomar medidas que reduzam os riscos financeiros e que, muitas vezes, colocam em cheque a autonomia dos Estados-nação, que tem sua atuação política subjugada a propiciar a manutenção de uma economia sólida para a prevenção de crises. Meszáros afirma,

Portanto, a política – que nada é senão a aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo – é transformada em mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria. A política fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente, na base socioeconômica da produção auto saturante de *commodities* e da acumulação do capital que se auto invalida (2011, p.65).

O Estado intervém na economia em momentos de crise, seja para ampliar os investimentos em determinado ramo, seja para salvá-lo da bancarrota. Um bom exemplo da sensibilidade dos negócios realizados com capital fictício e do

fundamental papel do Estado nessas situações foi a crise imobiliária em 2008 nos Estados Unidos. Entre 2000 e 2008 o Banco Central Americano havia aplicado US\$ 2 trilhões para concessão de crédito imobiliário, com isso, os preços dos imóveis tiveram uma alta bastante significativa. O capital fictício se encaixa nessa atividade do seguinte modo: agências hipotecárias compravam os empréstimos imobiliários aos bancos, e os revendiam a investidores por todo o mundo. Como o Estado estava incentivando os bancos a concederem empréstimos com uma maior facilidade, bons e maus pagadores estavam dentro destes empréstimos hipotecários passados de mão em mão.

Desta forma, como os preços dos imóveis estavam atrativos, alguns vendedores começaram a especular: compravam uma casa a um preço e a revendiam um ano depois por um valor muito mais alto, repassando o imóvel e a hipoteca. Em meados de 2004 o Banco Central Americano começou a reduzir a intensidade dos investimentos na criação de crédito, assim, os juros subiram, inclusive a taxa de juros das hipotecas o que acabou por causar uma diminuição na procura de imóveis e redução dos preços dos mesmos.

Depois disso, começaram os calotes seja por parte dos especuladores que não conseguiam revender os imóveis a preços mais altos e repassar as dívidas de hipoteca, seja por parte de devedores comuns que não conseguiam quitar suas dívidas pela alta taxa de juros das hipotecas. De 2005 a 2008 a inadimplência pulou de US\$ 20 bilhões para US\$ 170 bilhões, um crescimento de 750% em quatro anos, deste modo, os ativos vendidos pelas agências hipotecárias tiveram seu valor reduzido à zero.

Com essa crise no setor imobiliário e financeiro, o Estado foi o responsável por fazer a “limpeza” de toda essa confusão: algumas empresas que estavam falidas foram nacionalizadas¹⁶, bem como alguns bancos¹⁷ foram “salvos” através de investimentos realizados pelo Banco Central, só a uma empresa seguradora de hipotecas foi repassado US\$ 125 bilhões, em troca de 80% de suas ações.

¹⁶ Como exemplo, temos a Fannie Mae e a Freddie Mac, agências hipotecárias que detinham metade das hipotecas de todo o país e foram completamente nacionalizadas.

¹⁷ Segundo Fatorelli (2011), em 2008 foram gastos mais de 16 trilhões de dólares pelo governo norte-americano para resgatar bancos que “eram grandes demais para quebrar”.

Como podemos notar, não existe mágica! A elevação dos ganhos em determinado ramo vem de investimentos e incentivos na esfera da produção, mesmo que esse incentivo seja na produção de uma massa maior de capital. O que faz parecer que no mercado financeiro o dinheiro se multiplica sozinho é justamente a especulação, responsável, muitas vezes, por aumentar ou diminuir o preço de produtos, ativos ou ações. Dessa forma, no mercado financeiro há a possibilidade dos investidores verem seus investimentos dobrarem ou triplicarem de preço, como também de vê-los reduzidos à metade ou a zero, como aconteceu com os ativos das dívidas hipotecárias na crise de 2008.

Quando se trata do mercado financeiro a especulação não tem limites, isso fica mais do que evidente quando se analisam os valores das dívidas internas e externas dos países¹⁸. A lógica do mercado financeiro se expandiu por todo o mundo, e os organismos multilaterais internacionais ofereceram o suporte para isso, visto que a dívida das nações com instituições como o FMI e Banco Mundial chegam a cifras inimagináveis, valores impossíveis de se calcular, há uma verdadeira hipertrofia do capital fictício em relação ao capital produtivo, o que acarreta em um descompasso entre a proliferação de novos capitais especulativos e a produção material de mercadorias. Aumentam-se os rendimentos financeiros sem que haja a mesma proporção de investimentos na produção¹⁹.

Fica claro que o capital financeiro diminuiu ainda mais as fronteiras para que sejam realizadas a apropriação e a exploração dos espaços pelo capitalismo. Quando uma grande empresa tem suas ações muito desvalorizadas, a queda da taxa de lucro afeta não só aquela empresa, nem só o país no qual ela está instalada, mas afeta o mundo inteiro, pois há acionistas e filiais dela espalhados por outras partes do mundo.

¹⁸ Segundo relatório do McKinsey Global Institute (MGI), a dívida da China passou US\$ 7 trilhões em 2012, para US\$ 28 trilhões, o que corresponde a 282% do seu PIB.

¹⁹ Segundo o economista Áquilas Mendes, em 2015 no Brasil tivemos um crescimento de 1.349% do capital financeiro, enquanto o capital produtivo cresceu apenas 349%.

Segundo Chesnais, "[...] estima-se que o montante de transações vinculadas ao comércio internacional de mercadorias representaria apenas 3% do montante de transações diárias nos mercados de câmbio [...]" (1996, p. 244).

Entre o final da década de 1920 e a década de 1930 (período entre Guerras) o MPC experimentou a sua mais terrível crise, que segundo Hobsbawm foi prevista por alguns especuladores norte-americanos e pela Internacional Comunista, apesar disso, segundo o autor,

Contudo, o que ninguém esperava, provavelmente nem mesmo os revolucionários em seus momentos mais confiantes, era a extraordinária universalidade e profundidade da crise que começou, como mesmo não historiadores sabem, com a quebra da Bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929. Equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros (1995, p.95-96).

A “quebra” da bolsa de Nova York atingiu de maneira intensa países de todo o globo levando-os a um cenário devastador com estagnação da produção e explosão do desemprego. Para termos uma ideia, segundo Hobsbawm, entre 1929 e 1931 os Estados Unidos tiveram uma queda de 1/3 em sua produção industrial, o desemprego atingia 27% da sua população, na Alemanha a produção foi reduzida na mesma intensidade e 44% da população estava sem emprego. Ainda segundo o autor,

A imagem predominante na época era a das filas de sopa, de “Marchas da Fome” saindo de comunidades industriais sem fumaça nas chaminés onde nenhum aço ou navio era feito e convergindo para as capitais das cidades, para denunciar aqueles que julgavam responsáveis (HOBSBAWM, 1995, p.98).

Como os Estados Unidos já era a potência mundial dentro do MPC, sendo o maior exportador e o segundo maior importador do mundo, foi o mais atingido pela Grande Depressão. O Brasil, por exemplo, tinha os Estados Unidos como grande comprador de café viu sua exportação cair drasticamente, chegando os produtores a queimar grande quantidade do produto para reduzir o estoque e não ver o seu preço ainda mais rebaixado. Para Hobsbawm,

O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (Entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham desse país) (HOBBSAWM, 1995, p. 97).

Seja detonada por um escândalo financeiro, ou pela alta do preço de uma determinada matéria prima²⁰, ou ainda por uma crise política, as crises no capitalismo sempre tem como principal causa a superprodução de mercadorias. São muitas as saídas que o capitalismo encontra para escapar aos seus momentos de crise, a financeirização do capital é uma delas, assim como o liberalismo e o neoliberalismo.

Nas crises, edificadas pelas próprias contradições do modo de produção capitalista, são os trabalhadores a sentirem as piores consequências, assim como para a recuperação da taxa de lucro é necessária uma maior exploração da mais-valia, o proletariado é também obrigado a arcar com os custos mais altos para a saída da crise, pois o capitalismo necessita da extração do sobretrabalho para se expandir e acumular, e sem o trabalho vivo o capital é inútil, não se multiplica. Nas palavras de Marx, “[...] O capital é o trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga.” (2013, p. 307).

Assim sendo, a intensificação da exploração da mais-valia pode se dar de duas formas: através da ampliação da jornada de trabalho ou pelo emprego de novas tecnologias²¹ que intensificam o ritmo do trabalho, além disso, em períodos de crise há a diminuição dos salários e o aumento do desemprego. Em muitos casos, quando há a modernização das máquinas, uma tarefa que era executada por alguns trabalhadores passa a ser feita apenas por um.

Esse aumento da exploração depende não só do momento pelo qual passa o capitalismo, como também da organização e mobilização da classe trabalhadora,

²⁰ Por exemplo, na década de 1970 se descobriu que o petróleo era um recurso natural não renovável. A descoberta ocasionou a diminuição da oferta da matéria-prima e variações de preço que chegaram a 400%.

²¹ Máquinas que ditam o ritmo do trabalho, microeletrônica, reorganização da produção a partir de novas formas de gestão e administração da força de trabalho.

que a depender da sua organização e mobilização, podem se recusar a se submeter ao aumento da exploração. Quando o poder de barganha do proletariado aumenta, mesmo em momentos de crise, a classe trabalhadora consegue aumentar ou manter seus salários sem aceitar a ampliação da jornada de trabalho.

1.2 – O NEOLIBERALISMO COMO EXPRESSÃO DA CRISE DO CAPITALISMO.

Do final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970, a classe trabalhadora pôde viver um momento de grande estabilidade econômica caracterizada com altas taxas de lucro, bons salários, políticas de pleno emprego e ampliação do acesso a políticas sociais. Foram aproximadamente 30 anos em que o capital experimentou uma onda de internacionalização e expansão, bem como acumulou e centralizou capitais.

Grande parte das políticas sociais conquistadas no período de 1940 a 1970 foi fruto da luta da classe trabalhadora, que se mobilizou de maneira organizada e eficaz. Essas três décadas foram marcadas por grande desenvolvimento econômico, altas taxas de crescimento do PIB e acesso dos trabalhadores a serviços como saúde, educação, e emprego.

Tal época ficou conhecida como à era de ouro do capital, e teve suas expressões mais evidentes nos países de capitalismo central. Muitas das suas diretrizes eram baseadas nos pensamentos de John Maynard Keynes²² (1883-1946), que defendia a intervenção estatal, a busca pelo pleno emprego e políticas sociais

²² “[...] Considerado por muitos o “pai” da moderna macroeconomia, deixou um legado sistemático e profundo sobre o funcionamento do capitalismo. O economista se debruçou em pesquisas e estudos para aquele que seria seu principal livro. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* e definiu a principal característica da escola de pensamento keynesiana, ao identificar o investimento produtivo como um fenômeno monetário, associado à poupança, o que abria espaço para a entrada do Estado como forma de gerar demanda e assim garantir o pleno emprego”. Conferir em IPEA – Desafios do desenvolvimento. http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2267:catid=28&Itemid=23. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

de caráter universal, “[...] forcejada no contexto societário do Welfare State²³ que segundo a análise gramsciana caracterizou-se pela modalidade de hegemonia do capital ao constituir mecanismos de contra tendência à queda da taxa de lucro” (GOMES, 2007, p. 103).

Mandel (1990) explica que após um período de expansão do capital e obtenção de altas taxas de lucro se segue uma crise, desta forma, a crise se revela a partir do limite de uma fase de prosperidade, e seu principal objetivo é impor a lei do valor, que determina que o preço médio de uma mercadoria deve ser calculado a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.

Assim, quando um capitalista descobre uma nova tecnologia ele produz mais produto em menos tempo e consegue imediatamente rebaixar o preço da mercadoria, vender mais e consequentemente aumentar os seus lucros, violando a lei do valor, pois distribui a mercadoria por um valor inferior ao preço médio calculado com base na quantidade de trabalho socialmente necessário.

Logo que a tecnologia se expande e a maioria tem acesso, os pequenos produtores entram em falência, pois não tem capital o suficiente para investir na compra de novos equipamentos, o que os faz vender as mercadorias a um preço, agora considerado, acima da média. Outra vez a lei do valor se impõe, colocando em xeque os produtores que vendem as mercadorias acima ou abaixo do preço médio. Esse mecanismo de crise gera sempre a incorporação de capitais menores por grandes corporações.

Outra consequência da utilização de novas tecnologias é o aumento da taxa de desemprego. Com a incorporação de máquinas mais modernas, uma parcela da classe trabalhadora é expulsa do seu emprego, com isso, mesmo que o capitalista produza mais e poupe gastos com a força de trabalho aumentando inicialmente o seu lucro, esse resultado será parcial, visto que a ampliação do desemprego diminui as vendas das mercadorias produzidas, aumentando os estoques do produtor. Aqui se revela a contradição entre a quantidade de matéria produzida e o insipiente mercado consumidor, incapaz de absorver os produtos à venda pelo preço médio, o

²³

“[...] Este, entendido como um conjunto de políticas estatais mediadoras da relação capital/trabalho, que contraditoriamente, favoreceu de um lado o acesso a direitos, até então, nunca alcançados pela classe trabalhadora na história do capitalismo, e de outro lado, possibilitou ao capital um aumento expressivo da taxa de mais valia” (GOMES, 2007, p. 103).

que obriga o produtor a reduzir a produção e rebaixar o preço das mercadorias com o objetivo de reduzir o estoque e recuperar a taxa de lucro.

Como afirmado anteriormente, o modo de produção capitalista desde a sua constituição passa por momentos de crise, e esses se revelam sempre a partir do limite de uma fase de prosperidade do capital, as crises interrompem uma fase de crescimento e expansão do capitalismo. Para que o capitalismo pudesse desenvolver todo o seu potencial foi necessário que o capitalista transformasse a força de trabalho em uma mercadoria como outra qualquer, obscurecendo o fato do trabalho gerar mais valor, do trabalho ser a fonte de mais-valia que ao final do processo de produção se converte em lucro para o produtor. O capitalista paga um salário fixo e se apropria do sobretrabalho não pago, obtendo um montante superior ao valor investido no início do processo, ao vender a mercadoria com mais-valia acumulada. Segundo Marx,

O trabalho excedente do valor do produto (gerado pelo trabalho excedente dessa força) [está] acima do valor dos elementos constitutivos do produto. O trabalho excedente da força de trabalho é o trabalho garantido para o capital e constitui, por isso, a mais-valia do capitalista, um valor que não lhe custa nenhum equivalente. O produto, portanto, não é apenas mercadoria e sim mercadoria enriquecida de mais-valia (2008b, p.51).

Para que os trabalhadores aceitassem se subordinarem a determinada situação, foi necessário que se tirasse tudo deles, deixando apenas a sua força de trabalho para sobreviver. Foram expropriadas a sua terra, suas ferramentas e tudo o mais com que ele pudesse desenvolver trabalho e criar suas condições de subsistência, dessa forma, o trabalhador fica numa situação em que é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de um salário, tornando-se dependente do detentor dos meios de produção, vertendo-se oficialmente em um trabalhador assalariado.

Marx denominou esse processo de subsunção formal do trabalho ao capital que teve como consequência a socialização da produção e a privatização dos meios e instrumentos de produção, a subsunção formal além de oficializar o trabalho assalariado como característica fundamental do capitalismo, transformou a força de trabalho em uma mercadoria como as outras, regidas pela lei do valor, que foi

incorporada no processo de capitalização como capital variável. Nas palavras de Grespan,

[...] o capital “suga” trabalho vivo, porque se apropria dele ao comprar a mercadoria força de trabalho, submetendo-a formalmente a si numa situação em que o trabalhador “livre” é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista e a produzir para este dentro de circunstâncias que lhe são impostas (2009, p. 37).

Como o capitalismo precisa sempre se reinventar para manter sua taxa de lucros ele incorpora ao processo de trabalho máquinas e tecnologias que apartam cada vez mais o trabalhador do trabalho concreto. No início os trabalhadores dominavam todo o processo de trabalho, mas a partir do momento em que ele é fragmentado e se utiliza de máquinas, o trabalhador se torna apêndice da máquina, desenvolvendo movimentos mecânicos que, na maioria das vezes, não precisam de capacidade intelectual para ser realizados. A máquina leva o trabalhador ao máximo da alienação, além de proporcionar uma maior extração de mais-valia, ele não acompanha mais todo o processo de produção, não domina o processo de trabalho, e ao final não sabe sequer que mercadoria está produzindo. Marx denominou esse processo de subsunção real do trabalho ao capital.

O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório da máquina, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender (Manifesto comunista, p. 72).

Ao que segue atestando:

“[...] Quanto mais plenamente se lhe defrontam tais condições de trabalho como propriedade alheia, tanto mais plenamente se estabelece como *formal a relação entre capital e trabalho assalariado*, o que vale dizer: dá-se a subsunção formal do trabalho ao capital, condição e premissa da subsunção real (1978, p.57).

Esse processo, além da alienação do trabalhador, permitiu o rebaixamento dos salários, visto que o trabalhador não precisa mais ser qualificado, ficando os cargos em que há a necessidade de se pensar concentrados na alta gestão das

fábricas. Além do uso de máquinas, a tecnologia atinge também a gestão das fábricas, o controle dos movimentos e do tempo utilizados pelos trabalhadores.

Nos trinta anos gloriosos (1940-1970) ao qual nos referimos anteriormente, a contagem do tempo necessário aos movimentos dos trabalhadores e o uso de novas tecnologias permitiram aos capitalistas potencializar, de uma maneira nunca antes vista, a extração da mais-valia, e dessa forma, aumentar a taxa de lucro. O novo processo de gestão implantado nas fábricas foi denominado taylorismo/fordismo, devido ao fato de ser utilizado pela primeira vez na fábrica de carros da Ford, nos Estados Unidos e usar os princípios de simplificação e padronização de Taylor. O fordismo separou projeção e execução, desqualificando o trabalhador que se resignava a realizar movimentos mecânicos e repetitivos. Segundo Antunes,

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição de tarefas, que reduzi a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. [...] Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do savoir-faire do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esperas da gerência científica. A atividade do trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (2006, p.37).

O fordismo utilizava esteiras rolantes a fim de acelerar a montagem e eliminar movimentos desnecessários, fragmentou o processo de trabalho ao ponto que o trabalhador era obrigado a acelerar ou reduzir o seu ritmo de execução das tarefas de acordo com a velocidade que a máquina determinava. Além disso, a partir dessa nova forma de gerência, foram reduzidos os custos da produção, o automóvel ficou mais barato e os salários sofreram aumentos com o objetivo de se atingir o consumo em massa. Ford queria produzir um carro²⁴ tão barato que todos pudessem comprar.

²⁴ A Ford foi a primeira empresa a inserir a montagem em série, o que possibilitou uma maior rapidez na montagem e a produção em massa de automóveis, como também a venda por um preço mais baixo. O modelo do carro mais vendido foi o Ford T, que em 1908 custava apenas US\$ 825,00, chegando a custar US\$ 360,00 em 1916 quando atingiu o número de vendas de 472. 000 unidades.

O fordismo permitiu o consumo em massa, e criou um ciclo de prosperidade que atingiu praticamente todo o mundo capitalista e os vários ramos da produção. A contradição do fordismo se concentrava no fato de que ao mesmo tempo em que forneceu ganhos reais e materiais à classe trabalhadora, como emprego formalizado, acesso a políticas sociais universais, ampliação do consumo, incentivos salariais e organização trabalhista, também elevou a níveis máximos a exploração da força de trabalho.

Neste sentido, o fordismo significou não só a produção de uma nova forma de organização do processo de produção de mercadorias, mas de reprodução do controle social, que se constituiu a partir do interior da fábrica, requerendo tanto um novo trabalhador, quanto um novo tipo homem, com atributo moral e intelectual capaz de adequar-se a nova cultura, marcado, portanto, por uma forma societal fundada pelo trabalho assalariado. De modo que, ao dizer que a “ideologia nasce na fábrica”, Gramsci quer indicar o quanto de carga ideológica de alta eficácia e expansão ativa e histórica produziram o fordismo (GOMES, 2013a, 52).

Portanto, a partir da década de 1970, combinado ao fim do Welfare State²⁵, o fordismo entra em decadência por não dar conta de conter as contradições que existiam no seu interior. Os trabalhadores que se encontravam aglomerados aos montes nas fábricas fordistas, se mostraram insatisfeitos com o trabalho extenuante e repetitivo ao qual eram submetidos e como sua organização sindical era forte, permitiu o surgimento de muitas mobilizações que reclamavam o aumento do desemprego e a alta da inflação.

Além disso, a década de 1970 é marcada pela falência dos Acordos de Breeton Woods²⁶ que selou as diretrizes da política do pós-Segunda Guerra, e pela

²⁵ Os gastos sociais e as políticas sociais universais foram indicados como as principais causas da crise da década de 1970, sendo culpadas por causar um desequilíbrio entre arrecadação e gastos estatais. O fim do Welfare State foi fixado, principalmente, pela eleição da Primeira Ministra Magareth Thatcher em 1979.

²⁶ Acordos assinados por aproximadamente 45 países em 1944, que tinham como objetivo indicar como seria ministrada a economia no pós-segunda guerra. Os acordos deram sustentação para a retomada da hegemonia norte-americana e logrou a criação de instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial – BM, e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

crise do petróleo, que teve seu preço elevado e sua distribuição diminuída, atingindo em cheio grande parte da indústria que tinha nele sua principal fonte de energia.

Com a crise do Fordismo entra em cena outro modelo de produção que foi apresentado como porta de saída da crise. Para que fossem retomadas as taxas de lucro, os capitalistas propuseram mudanças no modelo de produção. Como sempre, as raízes da crise são ignoradas e as alterações realizadas ficam na camada mais superficial da realidade. Segundo Antunes,

Atendo-se a esfera fenomênica, à sua manifestação mais visível, tratava-se, para o capital, de reorganizar o ciclo produtivo preservando seus fundamentos essenciais. Foi exatamente nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do *padrão de acumulação* (e não no *modo de produção*), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento. Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada (2006, p. 36).

O novo modelo de produção denominado Toyotismo, foi criado por Taiichi Ohno e implantado primeiramente nas fábricas da Toyota no Japão, ele surge também no fim da Segunda Guerra, mas só é difundido mundialmente após o surgimento dos limites da produção fordista.

O toyotismo tem como suas principais características a flexibilização e a horizontalização da produção, ao contrário do fordismo onde um único produtor detinha o controle de todas as partes da produção, o novo modelo terceiriza a produção da maioria das peças, ficando responsável somente pelas principais partes do carro e pela montagem.

As tecnologias informacionais, exponenciadas no toyotismo, além de aproximar os mercados do mundo, socializando ganhos, socializou também as crises, esse movimento é denominado por muitos como globalização²⁷, caracterizado pela aproximação e interligação planetária. Segundo Chesnais,

²⁷ Segundo Chesnais, “O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “*business management schools*” de Havard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M. E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa

De fato, as publicações que fazem a mais extremada apologia a globalização e do tecno-globalismo” apresentam esse mundo que está nascendo como “sem fronteiras” (*borderless*, título do livro de 1990 de Ohmae) e as grandes empresas, como “sem nacionalidade” (*stateless*, expressão empregada pela influente revista *Business Week*, 1900) (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Uma grande rede foi construída, dessa forma, não há somente a ampliação de investimentos de capitais estrangeiros em países periféricos, mas há também a socialização dos custos das crises que não atingem somente um país ou região do mundo, mas são mundializadas de uma maneira que, nem todos os países passam pelas fases de crescimento e expansão, mas todos são alcançados pelas mazelas trazidas pelos momentos de crise, ou seja, os países periféricos não se apropriam de ganhos reais, no entanto, tem que arcar com o pagamento dos déficits realizados pelos países de capitalismo central.

Dessa forma, ao invés de falar de globalização, trataremos esse processo como mundialização, pois essa expressão contemporânea do processo de mobilidade e desregulamentação financeira “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas” (CHESNAIS, 1996, p.32).

Ao mesmo tempo que às mudanças atingiram os modelos de produção, a regulação social e econômica também foi atingida por modificações bruscas, claro, sem retirar do Estado o caráter de dispositivo necessário e utilizado para legitimar as classes dominantes. Segundo Marx,

O Estado antigo e a escravidão são inseparáveis. O Estado antigo e a escravidão antiga – fracas antíteses clássicas – não estavam fundidos entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes – hipócritas antíteses cristãs. Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada (Glosas Críticas, 2010, p.60-61).

econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal” (1996, p.23).

Dessa forma, o Estado é o garantidor da reprodução das contradições de classes existentes na sociedade. É um dispositivo flexível que se molda para atender as necessárias mudanças para a continuação da dominação de classe.

Essas mudanças ficam evidentes quando comparamos a atuação do Estado enquanto provedor do bem estar social, marcado por procedimentos estatais que visavam atender às demandas popular e regular a economia (realidade pós-segunda guerra), ao Estado tomado por medidas neoliberais que objetivavam exatamente eximir o Estado de suas responsabilidades sociais bem como anular suas intervenções diretas na economia, o objetivo maior do Estado fica a cargo de garantir a propriedade privada. Para Friedman, com os princípios neoliberais a política, o Estado e a sociedade sofrem algumas mudanças positivas no intuito de potencializar o desenvolvimento máximo de cada indivíduo. Segundo o autor,

Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como o objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o laissez-faire internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômico ampliando assim o papel do indivíduo; e apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente. No terreno político apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos (1984, p.3).

Ainda segundo Friedman, o papel do Estado deve ser cada vez mais limitado para o bom funcionamento do mercado.

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger a nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos (1984, p.1).

Dessa forma, o papel do Estado, ao se retirar da função de garantidor das políticas de proteção social, passa a ser o de proteger os mercados, organizando sua atividade econômica e garantindo sua autonomia, e agindo na prevenção e

socorro às crises. Para a classe trabalhadora, resta um Estado opressor, controlador e mínimo ao que tange a garantia e acesso aos direitos sociais²⁸. Para Gomes,

Nesta mudança, o essencial nas novas formas de consumo da força de trabalho se materializa pelo maior controle da força de trabalho e dos salários, pela quebra de direitos sociais e uma maior subordinação do trabalho sobre o capital. Seguindo esta direção, há uma tendência do Estado mudar a regulação e o controle sobre as condições de uso da força de trabalho, bem como seu papel nas áreas de políticas de proteção social. Tais alterações são requeridas como ajuste do Estado, para potenciar ao máximo as intervenções do capital na sua história de acumulação (2013a, p.65).

Além de garantir a exponencialidade da exploração da força de trabalho pela via da flexibilização e desregulamentação dos direitos do trabalho, os Estados que aderiram aos princípios neoliberais, tiveram de se moldar e abrir mão de limites e fronteiras, assim como da sua autonomia nacional, no sentido de afiançar as condições necessárias para que o setor financeiro espalhasse sua hegemonia mundialmente. Segundo Duménil e Lévy,

O neoliberalismo é um novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970. Ele expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente (2014, p.11).

Apesar de serem retomadas ainda no final da década de 1970, as teses neoliberais²⁹ só se consolidaram no mundo em 1990. Seus principais representantes foram Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, eleita em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, eleito em 1980. Os preceitos neoliberais foram retomados com o

²⁸ Segundo Dias, “[...] a imensa maioria dos países capitalistas vive em condições muito aquém das promessas do ‘paraíso do mercado’. E pior, muito pior, que antes. A maioria deles permanece em posição de subalternidade econômica e política, sem ter poder para decidir o seu próprio destino. Não conseguem resolver as condições de saúde e de educação, sequer as necessidades alimentares mínimas. Mesmo em países como os Estados Unidos, encontramos inúmeras regiões de ampla miséria” (1997, p.108).

²⁹ Tendo como principais estudiosos Friedrich Hayek e Milton Friedman.

objetivo de superar a crise e retomar as taxas de crescimento e expansão do capitalismo. Segundo Harvey,

O neoliberalismo é, antes de tudo, uma teoria de práticas político-econômicas que afirma que a melhor maneira de promover o bem-estar do ser humano, consiste em não restringir o livre desenvolvimento das capacidades e das liberdades empresariais do indivíduo, dentro de um marco institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, fortes mercados livres e liberdade de comércio. O papel do Estado é criar e preservar o marco institucional apropriado para o desenvolvimento destas práticas. (2007, p.8)

O neoliberalismo se populariza e passa a ser apontado por muitos economistas como a única saída para a crise, colocando em cheque mudanças que apontassem numa direção pós-capitalista. Desta forma, suas premissas foram difundidas e tomadas como atitudes fundamentais para que os países retomassem suas taxas de lucro e crescimento.

Como pioneiros na implantação das medidas neoliberais, Thatcher e Reagan enfrentaram as entidades trabalhistas, principalmente os sindicatos, com o objetivo de acabar com sua organização e autonomia, apagaram de suas ações qualquer procedimento que remetesse ao Estado de Bem-estar social, privilegiaram as privatizações das estatais, incentivaram a entrada de capital estrangeiro e reduziram os impostos, inclusive sobre grandes fortunas.

Seguindo essa direção, houve uma tendência do Estado para mudar a regulação e o controle sobre as condições de uso da força de trabalho, bem como seu papel nas áreas de políticas de proteção social. Tais alterações foram requeridas como ajuste do Estado para dilatar ao máximo as intervenções do capital na sua história de acumulação (GOMES, 2013b, p. 245).

Com efeito, adotando a cartilha neoliberal, outros países seguiram as mesmas medidas buscando a desresponsabilização do Estado, que no campo social e no mercado, passou a realizar intervenções pontuais, em casos de extrema necessidade, com o intuito de barrar as crises cíclicas do capitalismo.

No neoliberalismo, o Estado se resguarda a garantir o direito à propriedade privada, bem como as liberdades individuais e de mercado, se utilizando, quando necessário, do seu aparato militar, para asseverar que as liberdades de mercado sigam o seu “curso natural”.

Nesses termos, o Estado tem a permissão de intervir na economia em casos extremos, em momentos de crise eminente, sempre com o objetivo de beneficiar e otimizar o funcionamento do mercado, cumprindo a função de “[...] comitê executivo da burguesia”, nos termos de Marx (1848). Segundo José Paulo Netto, é a partir do capitalismo monopolista que se redefine o papel do Estado que passa a intervir de maneira direta e indireta na contenção das crises cíclicas do capitalismo. Segundo o autor,

A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise (2005, p. 26).

Segundo Harvey (2007), o neoliberalismo desafia as formas tradicionais de soberania estatal, o Estado torna-se acessório e mínimo para o funcionamento social, utilizado somente em casos excepcionais, já que o mercado assume o papel central como condutor da vida social, tornando-se o responsável por gerar equilíbrio e harmonia na convivência entre os vários setores da sociedade onde se propaga que o desenvolvimento máximo da individualidade. Segundo Dias,

Trata-se do ideologicamente chamado “Estado Mínimo”, que é na prática o “Mercado máximo”. O Estado que sempre foi um instrumento de construção das condições de desenvolvimento máximo da classe capitalista é, agora, apontado como o responsável de todas as crises. As mediações que o Estado fizera, normalmente a serviço do capitalismo, são apresentadas, abstrata e mitificadamente, como tendências estatizantes que cerceiam a liberdade dos indivíduos. Trata-se de reconstruir o nexos governamental da política-governo da economia, sob bases ainda mais totalitárias (1997, p.110).

Portanto, apesar de ter sua soberania diminuída e, em tese, seu papel reduzido, o Estado não se enfraquece, mas passa a fortalecer as funções mais interessantes a vertente neoliberal ampliando seu poder de coerção para garantir as liberdades individuais e de mercado.

É interessante destacar que apesar do neoliberalismo ser um modelo econômico e político que se desdobra de um modelo teórico, existem diferenças entre a teoria e a prática que precisam ser destacadas, a principal delas é que na teoria se prega um Estado não intervencionista, na realidade, o papel do Estado se amplia, pois além de garantir a propriedade privada foi necessário desestruturar os movimentos e sindicatos da classe trabalhadora, como também privatizar as mais lucrativas empresas estatais.

Assim, pois, frente aos movimentos sociais que buscam intervenções coletivas, o Estado neoliberal se vê obrigado a intervir, em ocasiões de maneira repressiva, negando, portanto, as mesmas liberdades que supostamente defende (HARVEY, 2007, p.77).

Em suma, foi necessário aumentar a presença do Estado para se conquistar mais liberdade de mercado e menos responsabilidades trabalhistas, o aparelho estatal segue com a responsabilidade de disponibilizar as condições necessárias para o desenvolvimento pleno do capital. Na avaliação de GOMES,

A consequência dessa ideologia foi a redefinição de um outro modelo de Estado, agora subsumido à grande burguesia transnacionalizada e as suas instituições guardiãs, como por exemplo, o FMI e o Banco Mundial. Na explicação de Edmundo Dias (1997, p. 13), “(...) é, assim, a combinação da contra-revolução com a reforma da gestão e da produção, maximizadas, uma e outra, pela aparente desaparecimento temporária do antagonismo” (2013b, p. 246).

É importante também observar, que o neoliberalismo desempenha ainda o papel de restituir o poder de frações da classe³⁰ dominante que na crise perderam

³⁰ Segundo Neto, baseado nas análises de Marx em O 18 Brumário, “[...] a burguesia não é uma classe homogênea, senão que possui distintas frações de classe que estão em constante luta pela hegemonia no interior do Estado capitalista” (2015, p.23).

seu poder e prestígio, bem como o de colocar novas frações nesse patamar. Segundo Rojas,

Muitas discussões teóricas se deram sobre o Estado e sobre as relações entre classes e frações de classes com os Estados em diferentes formações econômico sociais capitalistas, entretanto, o Estado, para obter a reprodução da sociedade, deve garantir os interesses comuns da burguesia como classe em geral não os interesses dos burgueses particulares. Esta última, repito, é uma especificidade das formações econômico sociais periféricas (2006, p.99).

Dessa forma, o poder muda de mãos e nem sempre é “restituído” para as mesmas pessoas, mas é tomado por outras frações constituintes da classe dominante, o poder não muda de classe, só passa a ser atribuído à outra franja da classe burguesa, o que permite a continuidade das contradições e desigualdades entre as classes dentro do MPC.

Na era neoliberal a financeirização atinge seu nível máximo, pois onde antes havia entraves para sua ampliação, são colocadas novas regras pelos Estados, que apesar de se endividarem, tornam possível uma maior liberalização dos mercados derrubando todas as barreiras que em modelos anteriores “dificultavam” a abertura de novos investimentos bem como novos lucros a partir da criação de novos mercados financeiros. Segundo Chesnais,

A liberalização e a desregulamentação provocam o crescimento acelerado dos ativos financeiros, cuja expansão foi muito mais rápida que a do investimento. Eles passaram de 10 para 35 trilhões de dólares entre 1980 e 1991, e continuaram crescendo sem parar. Já no início da década, um quarto desse total era representado por dívidas dos governos, inclusive porque as políticas neoliberais afundam os países em dívidas crescentes (1996, p.31).

A financeirização atingiu um nível tal que a cotação das bolsas influi diretamente nas decisões do Estado e também as decisões políticas influem na sua cotação. De acordo com a quantidade de ações, os detentores dessa riqueza influem diretamente no processo político dos Estados, podendo exercer poder de

classe em vários países ao mesmo tempo, visto que os acionistas investem nos Estados onde os rendimentos forem mais lucrativos.

Para aumentar o poder e influência do capital sobre os Estados, as empresas investiram na criação de centros e fundações que desenvolviam e desenvolvem estudos técnicos e empíricos com o objetivo geral de apoiar as políticas neoliberais, difundir mundialmente seus ideais, bem como de causar polêmicas com o Estado, quando necessário.

Para que toda a liberdade pregada pelo neoliberalismo fosse aceita e atingisse todo o mundo, além do imperialismo Norte-americano que impunha todas as vertentes neoliberalizantes ao restante das nações, principalmente as emergentes, foi primordial o apoio dos veículos de comunicação em massa que propagaram pelos quatro cantos do mundo que a única saída para a crise da década 1970-1980 era a absorção e prática do neoliberalismo, a educação e a publicidade também foram utilizadas para fazer crê e conhecer a ideologia neoliberal.

Além disso, a bandeira de liberdade individual levantada pelo neoliberalismo foi capaz de cooptar movimentos sociais que buscavam a liberdade de expressão e individual durante ditaduras, esses movimentos não levaram em conta que ao apoiar a liberdade individual – máxima do neoliberalismo, estariam abrindo mão da construção de uma possível justiça social.

A liberdade é apresentada como valor máximo para o modelo neoliberal e o cidadão é reduzido a consumidor, ao qual resta a liberdade de escolher o que e como vai consumir todos os produtos e serviços que o mercado lhe apresenta como opção, desta forma, as necessidades da população vão ser atendidas via mercado e não pela intervenção estatal via a ampliação e criação de direitos.

Amartya Sen, economista indiano, aponta que o desenvolvimento pleno da liberdade é o que permite aos cidadãos terem suas necessidades atendidas e que a pobreza está objetivamente ligada à falta de liberdade no capitalismo desenvolvido. Segundo ele,

Às vezes a ausência de liberdade substantiva relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (SEN, 2000, p.18).

Visto desta forma, o capitalismo não estaria ampliando a concentração de renda e a desigualdade social, mas diminuindo o acesso a liberdade. Ele explica ainda que o desejo das pessoas por mais renda e riqueza não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar cada vez mais novas liberdades que ao serem acessadas ampliam as capacidades individuais. O principal fornecedor dos vários tipos de liberdades e capacidades é, por excelência, o mercado, dessa forma, intervenções estatais que regulamentem as ações do mercado não são consideradas viáveis.

Restrições arbitrárias ao mecanismo de mercado podem levar a uma redução de liberdades devido aos efeitos consequenciais da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as consequências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações (SEN, 2000, p.41).

Desta forma, o acesso à liberdade está diretamente ligado à renda: se o cidadão tem uma boa renda vai acessar suas liberdades e ampliar suas capacidades, mas se não tem fica “excluído”, incapacitado. A desigualdade construída no capitalismo é recolocada como um aspecto pessoal onde cada indivíduo é responsável pelo acesso e escolha a determinadas liberdades, desta forma, se o cidadão não tem uma vida de privações de liberdades, ele é diretamente responsável pela não construção de suas capacidades. Segundo Sen,

A liberdade individual é essencialmente um produto social, e existe uma relação de mão dupla entre (1) as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e (2) o uso de liberdades individuais não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tomar as disposições sociais mais apropriadas e eficazes (2000, p.46).

O que o economista demonstra é que o cidadão deve buscar ampliar suas capacidades via o consumo. As liberdades que o mercado oferece são acessadas por quem tem renda, no entanto, esse detalhe é colocado como característica que é de responsabilidade individual, o que isenta o Estado de uma intervenção na realidade social e culpabiliza cada cidadão por sua condição de riqueza ou pobreza. Segundo Harvey, no neoliberalismo,

O êxito ou o fracasso pessoal são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como por exemplo não investir de maneira suficiente no próprio capital humano através da educação) ao invés de ser atribuído a qualquer tipo de qualidade sistêmica (como as exclusões de classe normalmente atribuídas ao capitalismo (HARVEY, 2007, p.73).

Deste modo, a isenção do Estado quanto às intervenções nas expressões da questão social e a desigualdade e pobreza produzida pelo capitalismo são colocadas como de responsabilidade de cada indivíduo que se encontra em situação de pobreza, desta forma, é encoberto o fato de que existe produção de riqueza o suficiente, mas que a concentração de renda gerada pelo capital e proporcionada pelo Estado, bem como a apropriação privada do que é produzido socialmente desencadeia as expressões e agudização da miséria na humanidade.

Com a liberdade, principalmente de mercado, em primeiro plano, são os trabalhadores que mais perdem tanto em relação a direitos antes garantidos pelo Estado, como em relação ao barateamento dos custos de reprodução da sua vida, visto que os serviços básicos como transporte, saúde e educação são por diversas vezes privatizados, ou levados ao sucateamento com o objetivo de uma posterior privatização. No neoliberalismo o papel do Estado no campo social é extremamente limitado, ele se resguarda a garantir as melhores oportunidades para o desenvolvimento pleno do mercado. Dessa forma,

A criação de um clima ótimo para os negócios foi prioritário. Isto significou utilizar os recursos públicos para construir infraestruturas adequadas aos negócios (em particular, em matéria de telecomunicações) que foram acompanhadas de incentivos fiscais e de subvenções destinadas às empresas capitalistas. O sistema de bem-estar corporativo substituiu o sistema de bem-estar para a população (HARVEY, 2007, p.53).

No neoliberalismo, mais que em outros modelos econômicos, fica evidente que os interesses de um grupo particular de corporações e investidores se sobrepõem aos interesses da maioria da população. O Estado retrocede e canaliza suas intervenções para a amortização e prevenção das crises, investindo em infraestrutura para o melhor desenvolvimento das forças produtivas, bem como busca criar relações mais íntimas com outros Estados com o objetivo de diminuir

barreiras, fronteiras e impostos com o objetivo de melhorar e ampliar os fluxos de capitais.

É a classe trabalhadora quem mais sofre com essas mudanças, pois o que ocorre é uma internacionalização da super-exploração da força de trabalho, deslanchando numa diminuição dos salários, dos direitos e uma intensificação da jornada a partir da inserção das tecnologias informacionais. Mesmo com o aumento da carga de trabalho, os salários ou diminuem, ou não sofrem alterações. Na maioria expressiva dos casos, o trabalhador recebe um salário tão baixo que é impedido de consumir o que ele mesmo produz. “Repare que é uma contradição que as políticas neoliberais não se cansam de agravar: a produtividade aumenta, mas à custa do enfraquecimento e destruição da demanda (CHESNAIS, 1998, p.32).” Ao reduzir o quadro de funcionários públicos, diminuir os salários, aumentar o desemprego e flexibilizar o trabalho, a demanda por consumo diminui.

Um exemplo claro ao qual podemos fazer referência e comparar com o padrão de consumo desenvolvido no fordismo, está nos trabalhadores das metalúrgicas que labutam todos os dias na fabricação de carros, mas não consomem este produto, utilizam-se da rede pública de transporte perdendo horas do seu dia no deslocamento de casa para o trabalho, o que torna a jornada de trabalho cada vez mais aviltante. Segundo Chesnais no neoliberalismo,

Os assalariados são explorados em excesso, as camadas mais importantes da sociedade são pressionadas através de impostos cujo produto serve para garantir o pagamento de juros da dívida pública. Os rentistas alimentam-se também dos juros de empréstimos concedidos às pequenas empresas agrícolas ou urbanas. Mas, apesar de o nível de exploração do trabalho ter aumentado, o sistema não produz valores suficientes. O investimento caiu a níveis muito baixos, de forma que, globalmente, a acumulação não produz capital novo o suficiente. O curioso é que este mecanismo de transferência de riqueza, aplicado pelas políticas neoliberais em todos os países, enfraquece a única instituição que foi capaz, nos anos 30 e no pós-guerra, de sustentar a economia e reverter à crise, quando os mercados entraram em refluxo: o Estado. Pode-se fazer muitas críticas a ele. Conservadorismo, posição monopolista, etc. Elas justificam medidas específicas para corrigir os problemas apontados. Mas não autorizam a destruição de uma instituição indispensável para sustentar a economia, corrigir os problemas dos mercados e satisfazer as necessidades básicas de vastos setores sociais (1998, p.31-32).

Ainda segundo o autor, o crescimento do mercado financeiro com sua liberalização e desregulamentação colocam os Estados nacionais em situações delicadas que tendencialmente os levam a aumentar cada vez mais suas dívidas, o que compromete sua autonomia, tornando-os cada vez mais dependentes de organismos financeiros como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que são comandados pelos Estados Unidos.

Apesar do aspecto devastador do neoliberalismo que desestruturou a organização sindical, os movimentos sociais, desregulamentou as leis e os direitos do trabalho, fragilizou o papel e autonomia dos Estados nacionais, ainda assim foi colocado como única alternativa para saída da crise da década de 1970, não sendo apontada uma saída alternativa ao Modo de Produção Capitalista.

O que percebemos é que o neoliberalismo foi positivo para uma pequena parcela da população, enquanto em outro polo leva as expressões da questão social a níveis nunca antes vistos, a pobreza, a fome, e o desemprego não foram combatidos com as suas inovações, mas exponenciados.

Uma saída à esquerda não foi colocada em pauta, os interesses no lucro foram maiores que a intenção de melhorar a vida da humanidade, a hegemonia da classe dominante permaneceu. Martins (2011) aponta que após os anos 1990 pode-se verificar que alguns governos (Lula, Tabaré Vázquez, Hugo Chávez e Cristina Kirchner)³¹ na América Latina constituíram uma espécie de terceira via, que não abandona os objetivos e preceitos neoliberais, mas os moldam no sentido de imprimir no Estado ações que busquem um equilíbrio entre o neoliberalismo e alguma intervenção estatal no campo social e econômico. Segundo o autor,

Se as políticas de terceira via não são idênticas e se diferenciam das neoliberais, tampouco lhes são antagônicas ou constituem alternativa histórica. Inscrevem-se dentro do paradigma neoliberal e dificilmente conseguem romper com suas questões e limites para impor uma agenda própria (2011, p.147).

Com a saída neoliberal sendo posta como única saída viável e o capitalismo apontado como o fim da história da humanidade, fica claro que a intervenção e

³¹

Brasil, Uruguai, Venezuela, Argentina.

organização da classe trabalhadora se coloca como fundamental neste momento, visto que as reformas que são colocadas dentro da ordem vem com o objetivo de inteirar o poder da burguesia e manter em vigência a dominância do capital sobre o trabalho. Mészáros afirma,

Remendar aqui e ali, nos tempos atuais, não conduz a parte alguma. Só conseguirá reforçar a posição dos que detêm hoje o controle do sistema do capital historicamente anacrônico. Em outras palavras, combater com sucesso as mistificações da invencibilidade neoliberal sustentada ativamente pelo trabalhismo acomodatório não é apenas uma questão de esclarecimento ideológico. A batalha não pode ser ganha apenas no terreno da persuasão política, visto que as convicções consistentemente críticas coexistem com frequência com a impotência prática. Só é possível um êxito duradouro por meio da mobilização sustentada, de forma organizada, das grandes massas para a realização de uma *alternativa hegemônica abrangente* ao modo de reprodução sociometabólico existente (2011, p.108).

O Modo de Produção Capitalista jamais vai criar uma saída que cause sua destruição, todas as mudanças, reformas ou reorganizações propostas vão ser no sentido de fortificá-lo, de blindar suas falhas para dar continuidade a sua vigência, por isso, cabe a classe trabalhadora explorada e reprimida pelo sistema, unir forças e se organizar no sentido de construir uma saída que objetivamente os coloquem numa situação de liberdade, não uma liberdade de mercado, ou simplesmente de expressão, mas uma liberdade plena, que permita aos trabalhadores desenvolver completamente todas as suas capacidades e que permita a todos os seres humanos uma verdadeira emancipação.

1.3 – CONFIGURAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL.

Desde o início da década de 1990 é possível observar os traços do neoliberalismo presentes na economia e na maneira de governar desenvolvida no Brasil. Apesar de ter como referência os governos de Thatcher e Reagan e ser recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, o projeto neoliberal se deu de maneira peculiar em cada Estado nacional.

No Brasil, se constituiu com disputas internas intensas entre as frações da burguesia, bem como foi traçando suas características mais singulares na sua própria constituição, apesar de resguardar estratégias que estiveram presentes em todos os países que adotaram o neoliberalismo.

Segundo Filgueiras, o Brasil passou por três momentos distintos que marcaram a implementação do neoliberalismo no país:

Uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI³² e implementação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula) (2006, p. 186).

Começamos com o primeiro momento. Nas eleições de 1989³³ Fernando Collor de Melo foi eleito presidente, ficou no poder de 1990 a 1992, disputou o cargo de presidência, principalmente, com Lula e Leonel Brizola, essas eleições foram marcadas pela grande quantidade de candidatos à presidência. Collor iniciou as mudanças neoliberais no seu governo, com as promessas de controle da inflação e de instauração de uma política econômica que levaria o Brasil ao primeiro mundo. Apesar das mudanças neoliberais terem mais concreticidade a partir dos anos 1990, Filgueiras (2006) aponta que já em 1974 ocorreu no Brasil uma campanha que criticava o gigantismo do Estado e apontava como solução a diminuição da participação estatal nos setores de transporte, mineração e siderurgia.

O projeto neoliberal no Brasil surge com a crise do Modelo de Substituição de Importações (MSI) e entra em disputa com um possível retorno ao projeto nacional desenvolvimentista; eram disputas idealizadas por diferentes frações da burguesia interna. No final da década de 1980, durante o governo Sarney (1985-1990) já é possível notar a presença de algumas características neoliberais, mas que sofriam

³² Modelo de Substituição de Importações.

³³ Primeira eleição democrática após vinte anos de Ditadura Militar.

forte resistência dos movimentos sociais e sindical³⁴, que nessa década, estavam bem organizados. A década de 1990 marca a vitória e consolidação do projeto neoliberal, que já estava com suas características mais nítidas, tanto no âmbito do Estado brasileiro, como em toda a América Latina.

As principais medidas neoliberais tomadas pelo governo Collor foram: o aumento das importações, o que acabou por trazer produtos mais baratos às prateleiras brasileiras; realizou a abertura comercial, o que incentivou o investimento estrangeiro no país e permitiu a transnacionalização e financeirização de grupos nacionais, bem como o fortalecimento dos capitais internacionais; ofereceu incentivos fiscais ao capital externo; e privatizou empresas estatais.

Uma das atitudes que mais marcou a política econômica em Collor, foi a decisão de confiscar o dinheiro das pessoas que possuíam mais de 50.000 cruzeiros, fosse em conta corrente, fosse em conta poupança, com a intenção de aplicar rentabilidade a esse dinheiro. No entanto, o governo não conseguiu cumprir o objetivo de diminuir os juros, o que acabou por causar um grande aumento na dívida pública. Segundo Behring, “[...] Sua intervenção de maior fôlego e largo prazo foi a implementação acelerada da estratégia neoliberal no país, por meio das chamadas reformas estruturais, na verdade o início da contra-reforma³⁵ neoliberal no país.” (2003, p. 151).

Collor realizou o enxugamento do Estado e realizou um governo totalmente orientado para o mercado, tomando medidas claramente neoliberais, como reduzir o investimento em políticas sociais, orientando os rendimentos para as indústrias e tecnologia. Essas decisões colocaram o Brasil num quadro de recessão profunda e com altas taxas de desemprego, o que o fez perder a credibilidade nacional e internacional. Ao contrário do que propunha a doutrina neoliberal, o que se observa na prática é uma ampliação e reorientação do Estado que se coloca como importante ator na aplicação do projeto neoliberal.

³⁴ A Constituição de 1988 é a maior prova da repulsa da sociedade brasileira, em especial dos movimentos sociais, ao ideário neoliberal.

³⁵ Conforme Granemann (2004, p. 30), a contra reforma pode ser entendida como um conjunto de “alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho. As contra reformas, em geral, alteram os marcos legais – rebaixados – já alcançados em determinado momento pela luta de classe em um dado país”.

Collor sofreu o primeiro processo de impeachment da América Latina, que antes de aprovado, fez com que o presidente renunciasse ao posto da presidência em 29 de dezembro de 1992, isso aconteceu porque durante os anos em que esteve à frente do governo, muitas denúncias de corrupção foram feitas. A sua saída da presidência foi apoiada maciçamente pelo povo, inclusive pelo movimento dos Caras Pintadas³⁶, que foi liderado por estudantes e tomou as ruas do Brasil com o pedido do impeachment do presidente.

Após Collor renunciar à presidência, Itamar Franco assume o cargo de dirigente do país em dois de outubro de 1992, e recebe um Estado com uma crise intensa e uma economia instável. O caos era tão grande que no ano de 1993 o IBGE chegou a registrar uma inflação acumulada de 2376,39%.

Ainda nesse ano, o então presidente privatiza a Companhia de Siderúrgica Nacional (CSN), maior indústria siderúrgica do país e uma das maiores da América Latina. É importante destacar que durante esse período de turbulência, o cargo de ministro da fazenda foi ocupado por inúmeras pessoas, até que em 19 de maio de 1993 Fernando Henrique Cardoso (FHC) ocupou essa posição. O então ministro da fazenda em 1994 lança o Plano Real³⁷ com o objetivo de estabilizar a economia do país e retirá-lo da crise inflacionária. Segundo Behring, “[...] nos primeiros tempos do Plano Real, percebe-se a queda da taxa de inflação e o crescimento do emprego” (2003, p. 161).

O Plano Real foi o carro chefe para o lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidente da república. Em sua campanha ele ficou conhecido como o “pai do Real” e foi amplamente apoiado tanto pela burguesia, quanto pela

³⁶ O movimento dos Caras Pintadas era composto, principalmente, por jovens e adolescentes que saíram as ruas em protesto contra os escândalos de corrupção que perpassavam o governo Collor. A manifestação aconteceu em resposta a um chamado do presidente que pediu que o povo fosse as ruas mostrar apoio a seu governo e ao país.

³⁷ Segundo Bresser Pereira, “O Plano Real – cujas três fases iniciais foram completadas em 1º de julho de 1994 com a reforma monetária que extinguiu o cruzeiro real e transformou a Unidade Real de Valor (URV) no Real – é certamente, entre os 13 planos de estabilização tentados no Brasil desde que se iniciou a presente crise, em 1979, o melhor concebido. Não apenas porque dá conta de forma adequada das duas causas fundamentais da inflação brasileira –, mas principalmente porque, em relação à inércia adotou uma solução rigorosamente inovadora: a coordenação prévia dos preços relativos através da URV. Dessa forma, foi possível neutralizar as defasagens nos aumentos de preços que caracterizaram a inflação crônica ou inercial” (1994, p.129).

classe trabalhadora, devido ao seu sucesso enquanto ministro da fazenda. Behring explica:

Os brasileiros, traumatizados com uma inflação de 50% ao mês (junho de 1994) e esgotados com a incapacidade de planejar sua vida cotidiana, votaram na moeda e na promessa de que, com a estabilidade, viriam o crescimento e dias melhores (2003, p. 155).

Em outubro de 1994 Fernando Henrique venceu as eleições e tomou posse do cargo de presidente no dia 1 de janeiro de 1995; governou o Brasil de 1995 a 2003. Deu continuidade as ações neoliberais desenvolvidas por Collor, mas de uma maneira mais intensa, atou fortes laços com a ofensiva neoliberal. Segundo Sader,

Quando disse que ia “virar a página do getulismo” na história do Brasil, FHC revelava a consciência clara de que o Estado regulador, protetor do mercado interno, indutor do crescimento econômico, que garantia os direitos sociais e promovia a soberania externa era um obstáculo frontal ao modelo neoliberal. Buscou desarticulá-lo, reduzindo-o ao Estado mínimo, a favor da centralidade do mercado. Desregulamentou a economia, abriu o mercado interno, promoveu a precarização das relações de trabalho, privatizou o patrimônio público a preços mínimos, submeteu a política externa às orientações dos Estados Unidos (2013, p. 137-138).

É perceptível que a política econômica foi o foco dos dois governos FHC. No período, o campo social sofreu inúmeras perdas, muito dos avanços que foram obtidos na Constituição de 1988 foram derrubados pelo governo, apesar de não acabar com os ministérios componentes da seguridade social, os governos FHC conseguiram, com mudanças de segundo grau, uma diminuição das ações desenvolvidas pelo sistema das políticas sociais.

O Estado era forte e presente para o mercado, mas fraco e ausente no que concerne à materialização das garantias sociais conquistadas no final da década de 1980. Além disso, os movimentos sociais e sindicatos foram fortemente reprimidos e criminalizados, tratados com bastante agressividade por parte do aparato estatal.

Ao que concerne à relação capital/trabalho podemos observar mudanças estruturais, tais como: o enfraquecimento da organização sindical, diminuindo o poder de barganha da classe trabalhadora frente às negociações com o patronato; a

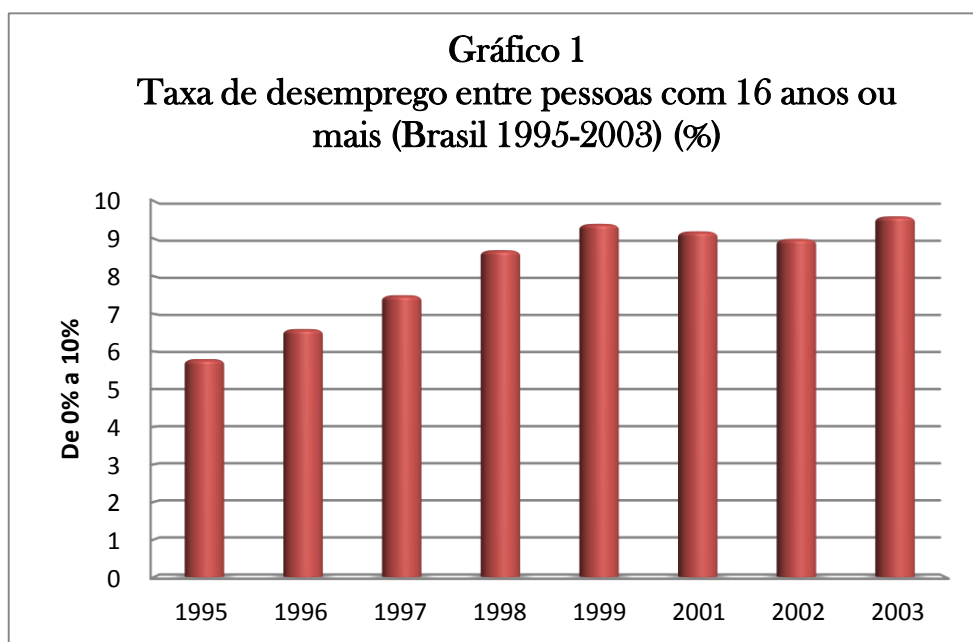
implantação de uma reestruturação produtiva; a abertura comercial e financeira, taxas de desemprego cada vez mais altas que apareciam como um fato natural; precarização do trabalho a partir da constituição de contratos instáveis que não respeitavam a legislação trabalhista; flexibilização dos direitos trabalhistas; ampliação da informalidade; diminuição da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional X crescimento da participação dos rendimentos do capital, principalmente pelos juros do capital financeiro.

A rigor, pode-se dizer que o conjunto dessas mudanças, como referência ao pragmatismo político e econômico que se instalou no Brasil, e que é parte constitutiva da hegemonia neoliberal, corresponde a uma estratégia de passivização do Estado, numa direção clara de construção de contratendências que pudessem reverter, por um lado, a crise de acumulação do capital nacional, herdeira da modernização conservadora ditatorial, e por outro, o avanço das forças de esquerda no país, anulando em todos os sentidos, a possibilidade clássica de combinação entre coerção e consenso, resultando, portanto, numa verdadeira “reforma intelectual e moral”, compatível com as novas exigências do atual projeto do capital (GOMES, 2013a, p. 67).

De acordo com Behring,

Da implantação do Plano Real até agosto de 1998, foram extintos 764,1 mil postos de trabalho formal, em que pese o crescimento da economia. Ou seja, adotou-se uma *política econômica de crescimento – ainda que pífio – sem emprego* (2003, p. 164).

O gráfico abaixo mostra a evolução da taxa de desemprego entre pessoas com dezesseis anos ou mais entre os anos de 1995 e 2003³⁸ no Brasil.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração própria.

A partir dos dados apresentados, podemos verificar que a taxa de desemprego que estava em 5,8% no ano de 1995, atingiu em 2003 9,6%, o que representava mais de 3,8 milhões de desempregados somente nas regiões metropolitanas³⁹.

Segundo pesquisa do DIEESE/Seade⁴⁰ (2010), a situação do emprego no Brasil era cada vez mais precária, ao compararmos o número de assalariados com carteira assinada no ano de 1989 (59,5%) com o de 1999 (44,7%), notamos uma redução de quase 15% no número de assalariados, enquanto os trabalhadores por conta própria aumentaram quase 6%.

Ao tratar da criação de postos de trabalho, de acordo com a pesquisa desenvolvida por Mattoso (2000), foram destruídos mais de 3 milhões de postos de

³⁸ No ano de 2000 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD não foi realizada em virtude da realização do Censo Demográfico.

³⁹ A pesquisa levou em consideração as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e o Distrito Federal.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.seade.gov.br> Acesso em 09/11/2015.

trabalho durante a década de 1990. Além das implicações para o trabalho, o país apresentava ainda forte desigualdade social.

Segundo o IBGE (2003), no ano de 2002, “[...] o 1% mais rico da população acumulava o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganhavam 18 vezes mais que os 40% mais pobres”. Nesse sentido, todas as reformas provocadas pelo projeto neoliberal tiveram impacto direto na vida da parcela mais pobre da população, principalmente a partir da privatização de serviços públicos essenciais como saúde e educação.

Na realidade a reforma neoliberal foi proposta como saída tanto para a crise do Estado, como para uma crise de governabilidade. Segundo os críticos do Estado, o aparelho estatal não funcionava corretamente, nesse sentido as medidas neoliberais tinham o objetivo de refuncionalizar a máquina de Estado e passar para o mercado a gerência da economia; desta forma, mercado e Estado agiriam em conjunto e não como forças excludentes. Bresser Pereira afirma que:

[...] o objetivo da intervenção deixara de ser a proteção contra a concorrência, para se transformar na política deliberada de estimular e preparar as empresas e o país para a competição generalizada. Estado e mercado não mais podiam ser vistos como alternativas polares para se transformarem em fatores complementares de coordenação econômica (p.11, 1997).

Bresser explicava que o Estado brasileiro necessitava de uma reforma econômica acompanhada de uma reforma interna, administrativa, que modernizasse a máquina estatal, capaz de enxugar gastos, a partir da diminuição de funcionários, visto que o funcionalismo público era visto como empecilho fundamental para a realização do ajuste das contas públicas, como também pela redução da burocracia nas instituições e órgãos estatais que travavam a evolução das ações no serviço público.

O autor aponta ainda como essencial uma reforma na Constituição de 1988, principalmente no que concerne a oferta de serviços sociais essenciais por meio do Estado. Essa reforma ficou conhecida como a “reforma gerencial do Estado” e através dela o país sairia de vez da crise fiscal. Bresser foi o pensador e responsável por dirigir a reforma administrativa do Estado e a realizou a partir do

Plano Diretor da Reforma do Estado que estava vinculado diretamente ao Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare). Segundo Behring,

Ao Plano Diretor e ao Mare cabe elaborar propostas visando aumentar a *governance* do Estado brasileiro. Ou seja, deve-se distinguir a reforma do Estado, como um projeto político, econômico e social mais amplo, da reforma do aparelho do Estado, orientada para tornar a administração pública mais eficiente (2003, p.178).

Os principais objetivos do Plano eram descentralizar os serviços sociais do Estado, isto é, transferir a prestação de serviços realizada pelo Estado para instituições públicas não estatais, transformar hospitais, universidades, centros de pesquisa, em organizações sociais, de forma que continuarão a contar com o amparo do Estado, mas serão agora instituições públicas de direito privado; o segundo objetivo era profissionalizar os trabalhadores do setor público, passando a exigir titulação de nível superior e mestrado, a depender do cargo.

A proposta de Bresser estava ligada a construção de um Estado social-liberal, o autor apontava a expressiva e nítida concentração de renda como a principal barreira para o desenvolvimento do país, no entanto, o governo FHC não estava disposto a assumir o ônus na constituição de uma “justiça social”. Segundo Costa nos governos FHC,

A meta principal do governo era o ajuste fiscal, visando à manutenção da inflação em níveis baixos. Esse talvez tenha sido o principal obstáculo enfrentado pelas reformas propostas por Bresser. O maior compromisso do governo Fernando Henrique, desde suas origens, sempre foi com a manutenção a qualquer custo do Plano Real (2002, p.28).

Essa reforma administrativa rebatia diretamente no campo econômico e político, o que demonstra que ela foi apenas uma das dimensões da reforma do Estado operada durante a década de 1990 no Brasil.

No que concerne ao campo econômico podemos perceber nitidamente a dominância do capital financeiro em relação ao capital produtivo, segundo pesquisa divulgada pela revista exame em 2002, dos cem maiores grupos econômicos

privados no Brasil, trinta tinham alguma articulação com o capital financeiro; a partir do aumento do Investimento Externo Direto (IED) o governo possibilitou a desnacionalização e internacionalização da economia brasileira.

De acordo com a mesma pesquisa, dos 100 maiores grupos econômicos privados no Brasil, ao menos 50% eram estrangeiros. Em consonância com a desnacionalização acontece o movimento de privatização de empresas nacionais já consolidadas, um dos exemplos mais expressivos foi à venda da Vale do Rio Doce em 1997, que já era uma das maiores exportadoras de ferro e exploradora de níquel, sendo hoje a terceira maior mineradora do mundo. No sentido de elucidar essa realidade observemos os números levantados por Filgueiras:

O processo de desnacionalização, que acompanhou o Plano Real, foi crescente e atingiu todos os setores: indústria, comércio e serviços. Isto decorreu da natureza dos investimentos estrangeiros no Brasil, entre 1994 e 1998. De um total de U\$\$ 65,5 bilhões, 55,4% (U\$\$ 36,3 bilhões) foram para a compra de empresas brasileiras já constituídas. O número de aquisições de empresas brasileiras por estrangeiros, entre 1994 e 1998, cresceu 146%, passando de 63 para 237, totalizando, no período, 676 operações – sem contar incorporações, acordos e associações. O estoque de investimentos estrangeiros, que correspondia, até 1995, a 6,22% do PIB, passou a representar, em 1998, 12,34% (2006, p. 190).

Para além do campo econômico e administrativo, a reforma neoliberal do Estado atingiu fortemente as políticas sociais. A classe trabalhadora, que sonhava em ver concretizadas as conquistas estabelecidas na Constituição de 1988, sofreu a duras penas com os cortes realizados pelo Estado no que diz respeito à oferta e financiamento das políticas sociais. Segundo Negrão,

O neoliberalismo aponta para o sacrifício dos direitos básicos, sociais e políticos de grande parte da população, ao negar padrões de regulação negociados entre agentes coletivos, tais como os sindicatos, os partidos e o Estado, que de forma mais ou menos atenuada implicavam em obstáculos – ainda que frágeis – a acumulação ampliada do capital e permitiam as classes subordinadas algum grau de participação na repartição do produto social do trabalho (1996, p.5).

Os direitos do trabalho, também garantidos constitucionalmente, sofreram o processo de flexibilização que buscou modernizar e diminuir o aparato legal trabalhista, ampliar e intensificar a precarização do trabalho, bem como o desemprego, o que ocasionou uma redução da pressão dos movimentos sociais dos trabalhadores.

Ao nos reportarmos a política da assistência, que também sofre com o corte de gastos e reorientação das ações do Estado, podemos perceber que o governo FHC conformou uma relação clientelista com os usuários da assistência que experimentou, a partir da estratégia de descentralização, a transferência de suas atribuições tanto à sociedade civil, como ao terceiro setor.

A mais forte expressão do clientelismo e do assistencialismo, desenvolvido durante o governo FHC, foi o Programa Comunidade Solidária (PCS) que distribuía cestas básicas à população de baixa renda e foi coordenado pela então primeira-dama Ruth Cardoso. O PCS foi criado em 1995, no primeiro mandato de FHC, fazia parte da Rede de Proteção Social e abarcou todo o país. A Rede de Proteção Social era constituída pela junção de diversos programas voltados ao atendimento das classes subalternas tendo como base parâmetros de renda e constituição familiar, iniciado também em 1995, objetivava redistribuir renda e combater a pobreza de forma imediata e mediata.

As políticas sociais e econômicas estabelecidas na década de noventa não foram capazes de reduzir o quadro de pobreza e desigualdade desenhado durante o Plano Real. Apesar de ter assinalado grandes mudanças, a Constituição Federal, não poderia sozinha transformar uma realidade ampla determinada por um sistema desigual, carregado de determinações históricas que não permitem a mudança da realidade no sentido de gerar melhorias para as classes subalternas, ainda mais quando o Estado não tem comprometimento sequer de cumprir com a garantia de direitos mínimos, como é o caso do Estado neoliberal.

Após os dois mandatos de FHC (1995-2002), preenchidos de medidas neoliberais escancaradas, surgiu a dúvida: quem será o responsável por continuar e reafirmar o projeto neoliberal no Brasil? Será que o próximo presidente vai ser capaz de romper com o ideário neoliberal? O projeto neoliberal no Brasil chegaria ao fim com a saída do presidente FHC?

Nas eleições de 2002 foram lançados quatro candidatos à presidência da república: Anthony Garotinho (Partido Socialista Brasileiro – PSB); Ciro Gomes (Partido Popular Socialista – PPS); José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB); Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores); e Rui Costa Pimenta (Partido da Causa Operária). No primeiro turno Lula e Serra foram os dois candidatos mais bem votados, seguindo para o segundo turno, onde a vitória foi do representante do PT. Lula venceu as eleições com quase 53 milhões de votos e tomou posse de um país em crise econômica e social. Nas palavras de Sader, “foi esta a “herança maldita” que o governo Lula recebeu de FHC” (2013, p.138).

Antes mesmo de entrarmos na questão se o governo de Lula seguiu o “fluxo do rio” ou não, vamos analisar como o projeto neoliberal, ainda administrado por FHC, rebateu na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos movimentos sociais. Vejamos:

Com o avanço da ofensiva neoliberal e o vasto corte dos direitos sociais, os movimentos sociais, que em 1980 se encontravam bem organizados e fortalecidos lutando pela universalidade de direitos, passaram a reivindicar a garantia de mínimos sociais, visto que a realidade da década de 1990 se desenhava de maneira muito mais perversa no que concerne ao campo das garantias sociais.

De início o neoliberalismo procurou, a partir do discurso da criação de parcerias, deslegitimar os movimentos sociais e fortalecer as ONG’s enquanto mecanismos de mediação privilegiados na relação entre Estado e sociedade civil. Desta forma, as ONG’s foram caracterizadas como o principal mecanismo de participação da sociedade civil, bem como, passaram a executar políticas sociais, a partir do movimento de privatização dos serviços antes oferecidos pelo Estado.

Além disso, ao contrário de muitos movimentos sociais que indicavam como direção a superação do modo de produção capitalista, as ONG’s, em sua maioria expressiva, apontavam para a manutenção da ordem, para reformas dentro do sistema, se contrapondo apenas a políticas ou ações específicas do Estado, não estabelecendo como horizonte a superação do capitalismo.

No que diz respeito à formação do PT, o que podemos perceber é um realinhamento dentro do partido que tira do norte o objetivo da construção de um Estado dos trabalhadores e substitui por um Estado melhor para os trabalhadores.

Após a formação do PT, Lula (ex-metalúrgico e sindicalista), concorreu quatro vezes ao posto de Presidente da República (1989, 1994, 1998 e 2002) e a cada nova eleição era lançado como candidato da oposição ao governo de neoliberal que se encontrava no comando do Estado.

Com o passar dos anos, apesar de não alcançar a Presidência, o partido vai conquistando cada vez mais espaço nas eleições, ocupando cada vez mais lugares no Congresso e no Senado. Fica perceptível que a cada nova disputa, novas alianças eram formadas e gradualmente as posturas radicais, dentro do partido, estavam sendo cada vez mais questionadas e combatidas. Segundo Chagas,

Quanto mais eleições (a cada dois anos) o PT disputava e quanto mais postos institucionais o PT conquistava (principalmente as prefeituras e os governos de Estado, que lidam diretamente com a gestão do capitalismo), mais o partido se enredava e se confundia com o Estado, com o regime e com os seus objetivos (2014, p.238).

Ao chegar ao ano de 2002, percebemos que a candidatura lançada pelo PT foi feita de uma maneira diferente das demais. Para alcançar o poder Lula teve que refazer seu discurso radical, mudar sua aparência, ser “simpático” com a imprensa e negociar com partidos de extrema direita. Além disso, para confortar banqueiros, políticos, industriais, o FMI, o Banco Mundial e as demais instituições financeiras, lançou a Carta ao Povo Brasileiro, onde afirmou compromisso em combater a inflação, manter os incentivos fiscais e o apoio econômico às indústrias e ainda em conservar o país sem crises. Chagas aponta:

Antes mesmo de assumir, durante a campanha eleitoral, Lula apresenta a famosa *Carta ao povo brasileiro*, que na verdade era uma promessa aos capitalistas nacionais e internacionais (sobretudo aos banqueiros) de que governaria sem lhes causar grandes problemas (2014, p. 282).

A carta ao povo brasileiro, afirma ainda que o então candidato estava sendo apoiado maciçamente pelo povo, pelos religiosos de todos os tipos e por parcela significativa do empresariado, em suma, o documento demonstra de maneira inquestionável que o líder do PT há muito trocou a revolução pela democracia

burguesa. Além disso, o Partido dos Trabalhadores teve de fazer alianças com o que Marcos Nobre chama de “Rei do Condomínio Político do Estado” ou “centrão” da política brasileira: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. O autor aponta a tese de que todo presidente eleito no Brasil, para governar plenamente, tinha de lidar com a prática da conquista do poio dos representantes desse partido que compunham a maioria na câmara e no senado. Dessa forma,

Apesar de o PT ter se mantido durante mais de uma década como representante por excelência do antipemedebismo, o mesmo figurino se repetiu no período Lula, após o escândalo do mensalão, em 2005. Vendo-se acossado pelo fantasma do impeachment, o governo Lula aderiu à ideia pemedebista de construção de supermaiorias parlamentares. Depois do mensalão, no restante do período Lula, completou-se o desenvolvimento das ferramentas de blindagem pemedebista, cujo uso continuou de maneira ainda mais ostensiva sob a presidência de Dilma Rousseff, a partir de 2011 (NOBRE, 2013, p. 10-11).

Outro fato a se destacar nas eleições de 2002, é que o PT decidiu se aliar diretamente ao PSDB, através da escolha do candidato a vice-presidente: José de Alencar, que foi filiado ao Partido do Movimento Democrático do Brasil – PMDB, mas que no momento da candidatura estava filiado ao PL – Partido Liberal. As lideranças do partido tinham clareza da necessidade de fazer alianças para alcançar o poder.

Por mais puros que quiséssemos ser, tínhamos a clareza de que, para aprovar alguma coisa no Congresso, tínhamos que ter pelo menos 50% mais um dos votos, tanto na Câmara como no senado. Era preciso construir essa maioria, senão você não governa (Lula em entrevista a Emir Sader e Pablo Gentili, 2013, p. 19).

Os três elementos fundamentais, nas eleições de 2002, que garantiram a vitória do PT foram esses: a formação de novas alianças, a Carta ao Povo Brasileiro, e a transformação da figura de um combatente na imagem do “Lulinha paz e amor”, com estes pontos bem objetivados, o candidato conseguiu conquistar a confiança da classe trabalhadora e da burguesia, chegando assim ao posto de presidente da república do Brasil.

CAPÍTULO 2

O social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil: uma saída tautológica à crise

CAPÍTULO 2 – O social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil: uma saída tautológica à crise.

O neodesenvolvimentismo foi apresentado enquanto um modelo de desenvolvimento capaz de pautar desenvolvimento econômico e equidade social. No entanto, a perspectiva adotada aqui parte da crítica ao conceito, identificando-o enquanto signifiicante de uma inflexão neoliberal no Brasil, que teve o objetivo de fortalecer a hegemonia burguesa, a partir da construção de um consenso de classes mediado por ganhos sociais.

A discussão do conceito ocupa espaço central na América Latina desde a década de 2000 e no Brasil foi fortemente difundido e debatido por diversos estudiosos. Com o objetivo de conhecer sua totalidade, tomamos como referências estudiosos de três vertentes: 1- os que defendem o neodesenvolvimentismo enquanto uma superação do neoliberalismo (Emir Sader; Bresser-Pereira); 2- os que consideram que o neodesenvolvimentismo é uma política híbrida que capta o que há de “positivo” no neoliberalismo e no Nacional Desenvolvimentismo (Sampaio Jr) 3- os que caracterizam o neodesenvolvimentismo como uma inflexão neoliberal, uma mudança que não foge ao bloco histórico do neoliberalismo, mas ao contrário, reafirma a sua hegemonia (Gonçalves, Castelo, Katz).

Destacamos os estudos de Castelo que indicam o neodesenvolvimentismo como uma variante do social-liberalismo no Brasil, possível de ser articulado durante a gerência do Estado pelos governos do PT.

O neodesenvolvimentismo, apesar de não superar o neoliberalismo, ofertou ganhos à classe trabalhadora, principalmente pelo aumento ao consumo embasado no aumento do salário mínimo, ampliação das ofertas de crédito e massificação dos Programas de Transferência de Renda Mínima. Destacamos que as melhorias não se constituem enquanto avanços, pois foram pautadas pela via de acesso ao consumo e não pela garantia de direitos sociais.

Portanto, neste capítulo encontram-se os resultados que convergem para o nosso segundo objetivo de pesquisa, que foi analisar a realidade brasileira durante a década de 2000, identificando o neodesenvolvimentismo enquanto uma inflexão pós-neoliberal.

O capítulo é constituído de duas subseções: a primeira trata da análise feita em torno do conceito neodesenvolvimentismo e busca fazer um contraponto entre aqueles que os defende como pós-neoliberal, e os autores que o identificam como uma inflexão neoliberal. A segunda seção tem como objetivo delinear as melhorias permitidas dentro do neodesenvolvimentismo, demonstrando seus limites pela via do consumo.

2.1 – O NEODESENVOLVIMENTISMO ENQUANTO MODELO DE INFLEXÃO NEOLIBERAL NOS ANOS 2000

Desde meados do primeiro mandato do governo Lula (2003-2007), uma série de decisões de cunho político e econômico, foi dando forma ao que alguns autores denominaram como neodesenvolvimentismo. Tal conceito é retomado a partir da construção de um suposto projeto de desenvolvimento que apareceria como alternativa às duras medidas neoliberais dos anos 1990.

O prefixo “*neo*” reitera a perspectiva da modernização conservadora⁴¹ como um traço típico da formação social brasileira, a qual expressa o caráter concentrador do desenvolvimento econômico do país, que nessa quadra histórica se reveste de um progresso no campo social, a partir da proposta de uma intervenção ativa do Estado, tanto nas políticas sociais, como no processo de industrialização e modernização do país; fazendo transparecer um novo ciclo de desenvolvimento em detrimento ao modelo neoliberal.

De maneira geral, aponta para a construção de uma nova hegemonia por meio de um desenvolvimento com equidade social e abrange, além do Brasil, alguns países da América Latina, supondo romper com o atrasado padrão de desenvolvimento dependente e desigual na região.

⁴¹ Neste sentido, entender-se-á que a sociedade brasileira fora forjada a partir de uma cultura patrimonialista, de viés classista, que em todos os momentos divisores de águas, em que houve a necessária e desejável transformação da sociedade, as classes dominantes recorreram a mecanismos jurídico-políticos conservadores, a partir dos quais fosse possível a constituição de certo arranjo político institucional, inteiramente voltado a ativação de processos de modernização conservadora, de tal forma a modernizar economicamente o país, todavia, mantendo-se seu eixo estrutural sociocultural e político (SILVA, 2015, p.8).

Todos sabem que a desigualdade que há muito acomete essa região lhe concede até hoje o título de região mais desigual do mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU chega a ultrapassar continentes como a África e a Índia. Este fato é decorrente da má distribuição de renda que acomete a região onde, “[...] 0,5% da população possui 25% da renda nacional; por outro lado, 30% da população têm apenas 7,5% da renda nacional. É a maior brecha do planeta” (KLIKSBURG, 2003, p.27).

Esta desigualdade é consequência do que ocorreu na região desde a sua colonização até o atual MPC, que tem como lei geral da acumulação, a socialização do trabalho e a apropriação privada da riqueza produzida. Segundo Marx em O capital,

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui (2013, p. 719-720).

Como vimos, dada à contradição do MPC, são constantes os momentos de crise onde o Estado é cada vez mais chamado a intervir na realidade, tanto no campo econômico, como no campo social. Durante a década de 1950, a América Latina passa a ser palco da disseminação da Teoria Desenvolvimentista, que objetivava colocar a região no patamar de desenvolvimento dos países de capitalismo central. Segundo Fonseca, ao conceito de desenvolvimento,

[...] associavam-se valores cuja ênfase variou de país para país da América Latina, e às vezes entre governos de um mesmo país, mas fundamentalmente a busca de uma sociedade mais “equilibrada”, com “harmonia”, “justiça social”, “soberania nacional” e “equidade” (FONSECA, 2014, p.48).

A divulgação das estratégias de desenvolvimento na região foi atribuída pelos organismos internacionais à Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL⁴², sendo difundida a ideia que a América Latina deveria se industrializar e se modernizar, visto que se encontrava num nível de subdesenvolvimento quando comparada aos países de capitalismo maduro.

Esse modelo de desenvolvimento voltado para a industrialização e modernização da produção dos países periféricos foi marcada por teorias que tratavam do dualismo desenvolvimento/subdesenvolvimento, as explicações não levavam em consideração a composição histórica e econômico-social ao colocar num mesmo patamar comparativo os países de capitalismo periféricos que foram colonizados, com os países de capitalismo central que foram colonizadores e obtiveram justamente o seu desenvolvimento a partir da exploração da riqueza e manutenção do quadro de dependência das nações periféricas. Segundo Francisco de Oliveira,

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (2013, p.32).

A Teoria Desenvolvimentista, portanto, tratava da solução para que a região mais desigual do mundo – América Latina se equiparasse aos países desenvolvidos. Dessa forma, era afirmado que os investimentos do Estado e do mercado deveriam

⁴² É uma das cinco Comissões Regionais das Nações Unidas e foi estabelecida em 1948 com o intuito de cooperar para o desenvolvimento econômico da América Latina.

ter como foco a industrialização e o crescimento econômico. Segundo Bresser-Pereira,

Os desafios que todos os países em desenvolvimento enfrentaram nos anos 1950, quando essa questão foi levantada pela primeira vez pelos pioneiros da teoria econômica do desenvolvimento, variam de país para país de acordo com o estágio de desenvolvimento. Primeiramente, os países devem realizar acumulação primitiva e criar uma classe capitalista mínima; em segundo lugar, eles devem completar sua modernização ou revolução capitalista, o que envolve a formação de um Estado verdadeiramente nacional e a industrialização; e, em terceiro lugar, agora dotados de uma moderna classe empresarial, uma ampla classe média profissional e uma ampla classe assalariada, e com as instituições básicas necessárias para o crescimento econômico, os países devem provar que são capazes de continuar a crescer rapidamente e de, gradualmente, chegar aos níveis de crescimento dos países ricos (2010, p.28).

A receita estava pronta: com a industrialização os países crescem, se desenvolvem, acumulam riqueza. Com isso, todos os outros âmbitos da sociedade partilhariam desse crescimento, inclusive a vertente social.⁴³

Já no final da década de 1960 foi possível perceber “que o bolo não seria dividido por igual”, ou seja, manter o foco na industrialização e políticas econômicas não trouxe melhorias para o campo social, ao contrário, agravou as expressões da questão social, deixando os trabalhadores numa situação contraditória: avanço tecnológico e modernização com um notório crescimento da miséria. Como é apontado por Maranhão, “[...] o mundo atual vive cada vez mais um paradoxo: de um lado as maravilhas da ciência e, de outro a barbárie da miséria” (2010, p.93).

Apesar do flagrante aumento da desigualdade, a CEPAL e os organismos internacionais não abriram mão do Nacional Desenvolvimentismo e continuaram apostando suas fichas na Teoria Desenvolvimentista.

Em meados de 1970 a teoria da CEPAL perde prestígio, no entanto, os estudos sobre a realidade latino-americana continuam sendo o foco da Comissão.

⁴³ Celso Furtado realizou uma análise das condições da indústria e do desenvolvimento do Brasil e da América Latina durante o Nacional Desenvolvimentismo. Cf. FURTADO, Celso. **A economia Latino-Americana (formação histórica e problemas contemporâneos)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Posteriormente, o ideário liberal é retomado na região e o Estado passa a realizar, no campo social e no mercado, intervenções pontuais, em casos de extrema necessidade, ou em momentos de crise. O trato das expressões da questão social fica a cargo da igreja, sociedade e terceiro setor, pois as políticas sociais atendem apenas a uma pequena parcela da população, sendo dotadas de um caráter focalizador e excludente.

No final dos anos 1990 o neoliberalismo se mostra insuficiente para resolver as contradições existentes na região e começa a ser questionado. Após a ortodoxia neoliberal, a região apresenta um quadro de forte desemprego, instabilidade econômica, aumento da fome e da miséria. Segundo a CEPAL (2004), na década de 1990 a taxa desocupação atingia, aproximadamente, 47% da população latino americana.

Como indicado anteriormente, no início do século XXI, governos de centro esquerda na América Latina colocaram em pauta discursos que indicavam à necessidade de uma inflexão do modelo neoliberal situando outra vez a discussão do desenvolvimento, do papel do Estado e dos governos que estavam à frente dos países latino-americanos. Segundo Castelo,

Lentamente, começou-se a perceber que o receituário neoliberal precisava de uma nova direção estratégica. Na trilha dos planos de renegociação das dívidas externas, o FMI e o BIRD propuseram medidas corretivas de promoção de reformas estruturais. A partir desta correção de rumo, os projetos neoliberais de reforma do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se, no plano ideológico, o Estado mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas (2008, p.23).

Dessa forma, a conduta neodesenvolvimentista defende uma forte intervenção estatal na procura do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e equidade social. O termo é ponto de convergência de debates e encontros, tornando-se tema constante na agenda latino-americana e sendo objeto de estudo e crítica de vários escritores. Na avaliação de Gonzalo Rojas,

Durante os últimos anos – por detrás de discursos “neodesenvolvimentistas” no Brasil e Argentina; nacionalistas ou do socialismo do século XXI na Venezuela chavista; em defesa de um capitalismo andino ou de um socialismo comunitário, usados como sinônimos na Bolívia ou um discurso ante exclusão no Chile – nos encontramos, depois de um crescimento econômico baseado fundamentalmente na exportação de matérias primas, diante de uma extensa reprimarização das economias latino-americanas (ROJAS, ESQUERDA DIÁRIO, 2015, s/n).

Seguindo o entendimento do autor, podemos dizer que as ideias neodesenvolvimentistas surgem no final dos anos 1990 como uma suposta alternativa a ortodoxia neoliberal: enquanto esta preza pela liberalização e desregulamentação dos mercados, privatização de estatais, não intervenção do Estado e investimento mínimo em políticas sociais, o neodesenvolvimentismo lança mão da intervenção ativa e direta do Estado nos campos econômico e social.

Castelo aponta que essa mudança na atuação do Estado compõe uma segunda fase do neoliberalismo no Brasil, visto que a ortodoxia do momento vivenciado na década de 1990 não garantiu os resultados esperados, mas um aumento das desigualdades sociais a nível mundial. Dessa forma, o autor classifica que durante os anos 2000 o que o Brasil passa a vivenciar é o social-liberalismo que apesar de garantir a base econômica do neoliberalismo, no campo social aponta para repasses do Estado no investimento em capital humano e bem-estar.

Para Castelo, firmou-se no Brasil uma espécie de consenso social-liberal que a partir das análises de seus estudiosos⁴⁴ seus foi capaz de indicar saídas para a redução dos índices de pobreza e desigualdade social no Brasil, e construir uma teoria com aplicabilidade, capaz de se transformar, inclusive, em políticas e delinear um modelo de desenvolvimento para o país. Para os social-liberais os investimentos do Estado no campo social deveriam estar canalizados para a educação que oferece a base da construção de um país com “igualdade de oportunidades”.

⁴⁴ Segundo Castelo, os principais representantes do social-liberalismo no Brasil são: André Urani, Francisco Ferreira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça.

No Brasil, o *Consenso Social-liberal* gira em torno de três proposições políticas e analíticas: (1) o crescimento econômico, por si próprio, não trará a redução das desigualdades, o que traz a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; (2) os gastos sociais não são baixos, pelo contrário: deveríamos torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; (3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento no “capital humano”, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (CASTELO, 2008, p.30).

Os sociais-liberais reforçam a tese de má administração do Estado, afirmando que os gastos sociais são suficientes, mas gerenciados de maneira ineficaz. Ao realizarem uma análise da realidade da pobreza concentram suas interpretações apenas na falta de renda, sem levar em consideração outros fatores responsáveis pela manutenção de muitos trabalhadores na condição de miséria, sequer passam por uma análise que leve em consideração a exploração do trabalho, base da manutenção da condição de pobreza no capitalismo.

Analizando a mesma realidade (Brasil da década de 2000), alguns autores tomam um posicionamento diferenciado quanto a esse momento e o classificam enquanto, não uma fase ou correção do modelo neoliberal, mas um momento pós-neoliberal, classificando que a partir de 2005, com os governos Lula, presenciamos uma suposta superação do neoliberalismo no Brasil e na América Latina.

Segundo Bresser-Pereira essa estratégia de desenvolvimento é criada pelos países da América Latina e se inicia com a eleição de líderes nacionalistas e de esquerda nesse continente que buscaram uma alternativa ao neoliberalismo, a exemplo de Evo Morales na Bolívia, dos Kirchner na Argentina, de Hugo Chávez na Venezuela e Lula no Brasil, para ele, o neodesenvolvimentismo baseia-se no êxito das experiências asiáticas de crescimento rápido. O autor classifica o neodesenvolvimentismo como:

[...] um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas por meio das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento (2000, p.42).

Num contraponto ao pensamento de Bresser-Pereira, Katz afirma que as desigualdades geradas no capitalismo, não permitem que todos os países sejam beneficiados com os momentos de ascensão e expansão, visto que esse sistema não é sinônimo de bem-estar geral, mas sim de ampliação de grandes desigualdades, além do mais, as peculiaridades históricas e econômico-sociais de cada região não permitem que se chegue aos mesmos resultados a partir da reprodução de um mesmo modelo de desenvolvimento. Dessa forma, indica Katz:

Nos anos 1960 o sudeste asiático não podia imitar a América Latina, e na atualidade nossa região não pode reproduzir a situação asiática, porque não tem a força de trabalho disciplinada, barata, abundante que existe no oriente, e porque não se molda as conveniências atuais de localização, subsídios e inserção global das grandes empresas transnacionais (2014, n/p).

Dessa forma, a dinâmica capitalista pressupõe que sempre existirão regiões mais favorecidas e regiões penalizadas, claro que não por opção de governos, por má administração de recursos ou por falta de investimentos, mas porque existe uma dependência mútua dos países centrais com os países periféricos, onde é necessário que existam países subdesenvolvidos para a manutenção da condição de desenvolvimento dos países de capitalismo central. Katz explica,

O neodesenvolvimentismo supõe que copiando tecnologias, conquistando novos mercados, exportando manufaturas, haverá desenvolvimento. Porém, o problema é que o capitalismo mundial não é um campo aberto para a prosperidade geral, é um norte estratificado onde não há lugar para todos, onde o desenvolvimento de um se consoma as custas de outros, recriando a desigualdade e situações de subordinação da periferia e de dependência da semi-periferia (KATZ, 2014, n/p).

O novo-desenvolvimentismo busca ainda a criação de um acordo, de uma relação de consenso entre capital e trabalho em nome do crescimento nacional, ou seja, estas duas classes antagônicas se uniriam em busca de um mesmo objetivo: o desenvolvimento econômico, que proporcionará benefícios a toda a sociedade,

diminuindo a desigualdade social e melhorando a distribuição de renda. Bresser-Pereira e Theuer ressaltam que apesar de não haver um contrato ou documento formal que comprove a consonância do Estado em relação a esse projeto, existe um acordo inerente ao conjunto da sociedade, visto que o neodesenvolvimentismo exige um razoável consenso social. O autor indica que “Nas democracias, a implementação do novo-desenvolvimentismo implica que o governo conte com o apoio do povo e de parte das elites – um amplo apoio ligado às classes sociais” (2012, p.823).

Sabemos que esse consenso firmado entre a classe trabalhadora e o Estado já rendeu, e ainda rende, grandes retrocessos nas lutas trabalhistas, que por diversas vezes abriram mão de iniciar um embate contra o próprio Estado em razão de alcançarem benefícios a partir de políticas sociais e da garantia de alguns direitos. Foi exatamente o que aconteceu na década de 2000: uma redução das lutas sociais no que concerne ao enfrentamento a decisões do Estado, seja pelo enfraquecimento dos sindicatos, seja pela cooptação de líderes de movimentos sociais.

Em detrimento a isso, o que os defensores do neodesenvolvimentismo acreditam é que no momento pós-neoliberal se firma uma tríplice comunhão entre o Estado (regulamentador e interventor, garantidor da propriedade privada), a burguesia (investidora de capitais, compradora de novas tecnologias) e a classe trabalhadora (fornecedora da força de trabalho), que seria responsável por construir uma harmonia de interesses perfeita para a realização de um desenvolvimento pleno e amplo, capaz de atingir todos os âmbitos da sociedade e todas as classes que a compõe.

No entanto, a partir de uma análise da realidade brasileira podemos notar que de fato houve uma inflexão do modelo neoliberal, mas é visível que no campo econômico o neoliberalismo persevera na sua versão mais pura, com o fortalecimento do capital externo, ampliação das privatizações e um movimento de financeirização cada vez mais perverso⁴⁵. No que tange ao campo social, apesar de

⁴⁵ O fato do presidente do banco Bradesco ser indicado pela polícia federal em investigações sobre compra de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, levou o banco a perder 7 bilhões em apenas 15 minutos após o anúncio dessa decisão. Ver notícia completa em: <http://www.infomoney.com.br/bradesco/noticia/5062242/bradesco-perde-nos-minutos-apos-noticia-dia-veja-reacao-uma> Acesso em: 02/06/2016.

uma ampliação das políticas sociais, o Estado ainda intervém de maneira mínima nas expressões da questão social, sem políticas sociais de caráter universal e, além disso, transfere a responsabilidade do combate à pobreza a instituições da sociedade civil como ONG's que são financiadas com dinheiro público, mas não se constituem enquanto fundações públicas.

As diferenças que são delineadas com o neodesenvolvimentismo/social-liberalismo⁴⁶, em relação ao neoliberalismo mais ortodoxo, puderam ser notadas no pequeno aumento com os gastos sociais, que se desdobraram em políticas sociais, aumento do salário mínimo e ampliação do acesso ao crédito, direitos que, de fato, o trabalhador não acessou durante a década de 1990. Para Katz, a única especificidade desse modelo seria a intenção de recuperar espaços para a burguesia industrial frente aos setores financeiros, mas que não é possível de se concretizar, visto que não há um rompimento com o neoliberalismo que está diretamente atrelado ao movimento de financeirização do capital.

A inflexão neoliberal exigiu ainda que a devida atenção fosse depositada no campo social, a partir de uma suposta “humanização do capital”. A proposta neodesenvolvimentista avança em consideração ao neoliberalismo, mas como afirma Castelo,

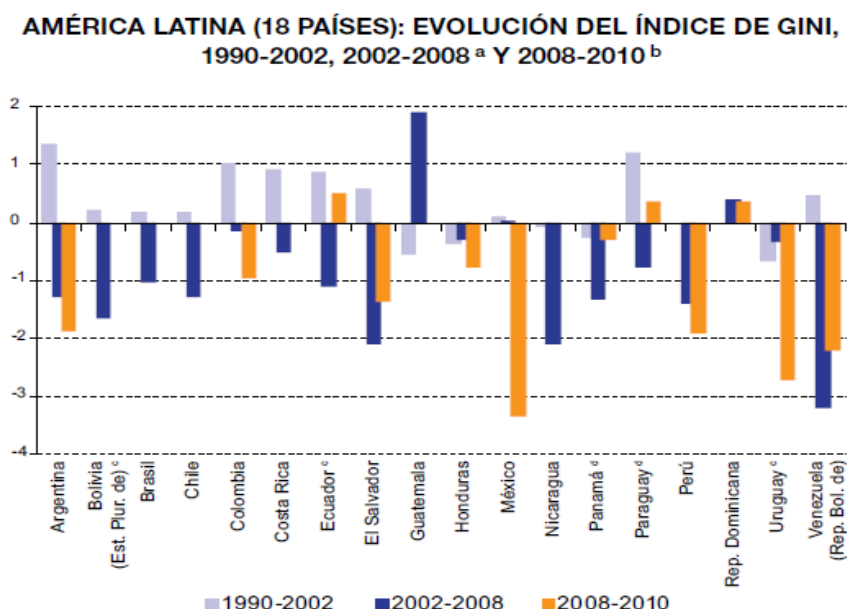
Em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando à superação do modo de produção capitalista, eternizado e naturalizado como o sistema social por excelência da natureza do *homo economicus* (2010, p. 203-204).

Dessa forma, o neodesenvolvimentismo apresenta uma proposta de inflexão do modelo neoliberal, apresentando uma perspectiva de melhoria dentro da ordem vigente, não propõe mudanças que interfiram na base de acumulação capitalista.

⁴⁶ Castelo explica que o neodesenvolvimentismo foi o modo particular como o social-liberalismo se configurou no Brasil, mas que o social-liberalismo é um projeto muito maior que o próprio neodesenvolvimentismo.

Como podemos observar no gráfico 2, o Índice de Gini⁴⁷ no período de 2002 a 2010, apresentou uma melhora em grande parte dos países da América Latina.

Gráfico2- Evolução do Índice de Gini na América Latina



Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países. **a)** Corresponde a los períodos 2004-2006 en la Argentina, 2001- 2008 en el Brasil, el Paraguay y el Perú, 2000-2006 en Chile, 2001-2004 en El Salvador y 2002-2007 en Honduras. **b)** Corresponde a los períodos 2006-2010 en la Argentina, 2004-2010 en El Salvador y 2007-2010 en Honduras. **c)** Áreas urbanas. **d)** Áreas urbanas solamente en el período 1990-2002.

Ao analisar o gráfico 2, podemos perceber como a maioria dos países no período de 2002 a 2010 tiveram uma redução do índice de Gini, o que indica uma possível redução da desigualdade de renda nesses países. Dessa forma, é possível inferir, a partir da análise do gráfico 1, que estatisticamente a situação melhorou na maioria dos países, visto que este índice se baseia na mensuração da desigualdade. No entanto, a estrutura fundante do capitalismo não se altera, o que mantém a vigência da miséria, do desemprego e da fome, que são reproduzidos e inerentes a este sistema. Apesar da melhora notada no índice de Gini, a concentração de renda

⁴⁷ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

é uma realidade na região, segundo a CEPAL (2015), na América Latina 10% das pessoas mais ricas concentram 71% da riqueza.

Com as mudanças alcançadas no que tange as estatísticas, o neodesenvolvimentismo fornece um meio de continuidade e legitimação ao MPC, munindo-o de estratégias que permitem ocultar fatos da realidade e combinar o controle da classe trabalhadora com o direcionamento burguês do Estado. Na avaliação de Coggiola,

Segundo a ONU, em relatório de 2005, o Brasil estava entre os três países mais desiguais do mundo, detendo o recorde da região: os 10% mais abastados tinham uma renda equivalente a 32 vezes o que recebem os 40% mais pobres. Isto num quadro histórico em que a região também perdeu espaço na renda mundial. Em 1980, América Latina e o Caribe tinham uma renda per capita média de 18% dos rendimentos dos países mais ricos do mundo. Em 2001, os ganhos eram de só 12,8% dos obtidos nas nações centrais (2010, p. 2).

Esses dados revelam que a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico não estão sendo acompanhados, na mesma velocidade, pela redução da desigualdade. Como apontado anteriormente, a proposta de comunhão sugerida pela estratégia neodesenvolvimentista, visa nada mais que a manutenção da ordem e a coesão social, permitindo assim, a construção de uma harmoniosa relação entre capital e trabalho, onde a classe trabalhadora aceite sua condição de explorada e continue cumprindo seu papel social.

É possível inferir ainda, que o neodesenvolvimentismo oferece sustentação a mecanismos de cunho anti-neoliberais, porém objetiva, primordialmente, o desenvolvimento do capital nacional, o qual continua a aumentar o número de excluídos do mercado de trabalho, a desigualdade social, a exploração exacerbada da classe trabalhadora e o acúmulo da riqueza produzida nas mãos da burguesia.

Como o neodesenvolvimentismo preza, também, pela intervenção do Estado no campo social, os investimentos sociais aumentaram em todo o mundo, inclusive na região da América Latina. Contudo, ainda apresenta grandes disparidades de investimentos quando comparamos os países da região entre si.

A Cepal revela ainda que o nível dos gastos públicos sociais aumentou em 10% entre os anos de 2002 e 2003 e entre 2004 e 2005, atingindo US\$ 660 dólares *per capita*, a preços do ano 2000, mas há grandes disparidades de gastos entre os países analisados. O gasto por habitante é 15 vezes maior no país que mais investe neste tipo de programa social em relação ao que menos gasta. Dos 21 países analisados, 12 investem menos de US\$ 350 *per capita* ao ano; seis aplicam entre US\$ 550 e US\$ 870 *per capita*/ano e apenas dois superam a faixa de US\$ 1 mil anual por pessoa (GARSCHAGEN, 2007, p.39).

Esses gastos sociais públicos são investimentos canalizados principalmente para os Programas de Transferência de Renda Mínima que estão sendo implementados em grande escala pelos países da América Latina, como estratégias de combate à pobreza. O primeiro programa desta natureza foi criado em 1989 na Venezuela, atualmente, há presença de programas deste tipo em, no mínimo, 15 países da região.

A incidência destas estratégias aumentou por estarem sendo usadas como uma forma de compensação social, onde a pessoa ao invés de acessar uma vaga no mercado de trabalho, é oferecida uma pequena quantia monetária com o objetivo de suprir as necessidades mínimas do usuário, bem como pretendem causar uma diminuição na concentração de renda que é intensa na região.

Para alguns autores, a primeira transferência de renda surgiu, outrora, na Inglaterra no final do século XVIII, e foi chamada de Lei dos Pobres. Segundo Coggiola,

A “compensação social” foi sendo, nos últimos anos, associada à “transferência de renda”, uma espécie de tributo tardio pago ao igualitarismo socialista. Um relatório do Programa da ONU para o Desenvolvimento escandalizou o mundo quando afirmou que as três pessoas mais ricas do planeta, juntas, tinham ativos superiores ao PIB⁴⁸ dos 48 países mais pobres, onde viviam 600 milhões de pessoas. E pouco mais de 250 pessoas, cada uma delas com ativos maiores que US\$ 1 bilhão, detinham mais renda que 40% da humanidade abaixo da linha da pobreza, perto de 2,5 bilhões de pessoas (2010, p.2).

Ao que segue atestando:

⁴⁸ O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam, países, estados ou cidades), durante um determinado período.

Nesse escândalo, América Latina tinha (e continua tendo) um lugar privilegiado. Segundo a ONU, em relatório de 2005, o Brasil estava ainda entre os três países mais desiguais do mundo, detendo o recorde da região: os 10% mais abastados tinham uma renda equivalente a 32 vezes o que recebem os 40% mais pobres. Isto num quadro histórico em que a região também perdeu espaço na renda mundial. Em 1980, América Latina e o Caribe tinham uma renda per capita média de 18% dos rendimentos dos países mais ricos do mundo. Em 2001, os ganhos eram de só 12,8% dos obtidos nas nações centrais (COGGIOLA, 2010, p..2).

Na verdade a alta concentração de renda e a desigualdade da região são extremamente expressivas e crescentes, o fato das reformas acontecerem apenas de maneira pontual e não interferirem nas relações que constituem a exploração da classe trabalhadora, não provoca uma mudança concreta na realidade. Ao contrário, o que se estabelece é o desmonte dos direitos conquistados e uma ampliação dos Programas de Transferência de Renda Mínima (PTRM) que se caracterizam enquanto políticas compensatórias.

A partir da análise exposta, é possível afirmar que o principal objetivo do neodesenvolvimentismo é o acúmulo de capital, o progresso industrial e o fortalecimento dos mercados, que como no antigo nacional desenvolvimentismo, aparecem de forma precedente a quaisquer outros objetivos. Assim,

É necessário ressaltar que a realidade não indica possibilidade de êxito nesse processo porque não tem sido possível manter o crescimento econômico com socialização de riquezas ou uma maior e melhor distribuição de parte da riqueza. Mantém-se a concentração da riqueza e, na América Latina, em particular, constata-se que mais de 40% de sua população é pobre e entre 15% a 20% são indigentes; as desigualdades sociais aumentaram, porém, o que muda é a criação de outros meios de enfrentamento da pobreza através de políticas de inclusão, por cotas, ou, de mínimos sociais (AMARAL; MOTA; PERUZZO. 2010, p. 06).

Apesar dos investimentos no campo social, o neodesenvolvimentismo preza pelo investimento econômico, visto que o desenvolvimento dessa área é apontada como responsável pela retirada da população da situação de pobreza, desemprego e fome. “O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na ‘questão social’,

portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades” (CASTELO, 2010, p. 197).

Assim, as ações sociais desenvolvidas dentro desse projeto, analisam as pessoas individualmente e as colocam num patamar de igualdade, como se seu sucesso ou fracasso só dependesse delas, não se levando em consideração as condições econômicas, históricas e sociais a que estão submetidas, e fortalecendo o discurso de que o Estado oferece um ambiente de competição com igualdade de oportunidades.

A vista disto, é dever fundamental do Estado proporcionar às crianças e aos adolescentes uma educação básica de qualidade, comprometida com a formação e o investimento do capital humanonacional. Cada um dos nossos jovens cidadãos deve ter igualdade de oportunidades na busca por uma melhor inserção no mercado do trabalho, e a educação, apontam os social-liberais, é o melhor caminho para a promoção da equidade social (CASTELO, 2008, p.28-29).

A partir de uma análise crítica da realidade, podemos perceber que o Estado dirigido pelos interesses da minoria detentora do poder, a burguesia, garante a qualificação mínima necessária para que o mercado de trabalho tenha acesso a um excedente de força de trabalho qualificada. Desta forma, no neodesenvolvimentismo, o Estado continua como responsável por manter as condições de produção e reprodução dentro da ordem burguesa, mas se apresenta ideologicamente como um mediador das classes, que preza pelo bem coletivo, se colocando como o guardião das condições do desenvolvimento econômico e da equidade social.

É importante destacar que essa concepção de Estado, segue o viés analítico desenvolvido por Marx segundo o qual, nasce da divisão social do trabalho, como resultado da luta de classes, com o objetivo de sustentar a dominação burguesa reproduzindo os interesses das frações de classe na disputa pelo poder.

Em 1848, no Manifesto Comunista, afirma “[...] O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX & ENGELS, 1999, p. 42).

Ao que segue ratificando essa compreensão, em *As lutas de classe na França (1848-1850)* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1851-1852)*, de modo mais elaborada, inclusive superando a determinação hegeliana de Estado⁴⁹.

Esse Poder Executivo, com sua enorme organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar (MARX, 1997, p. 125).

No capitalismo contemporâneo e sua composição estatal, as contradições na esfera da luta de classes, acentua cada vez mais as alianças entre frações de classes, para manter determinados pactos políticos, que se reproduzem por meio do aparato de Estado, fortalecendo a hegemonia e a dominação das classes dirigentes.

Retomando o fio condutor da análise sobre o neodesenvolvimentismo, Reinaldo Gonçalves (2012) afirma que podemos constatar nesse período a intervenção estatal em nome da garantia de uma estabilização de mercado. Aponta ainda que esse processo não passa de mais uma fase do liberalismo, com a peculiar entrada do Estado como forte interventor da realidade social. O autor defende a tese de que o neodesenvolvimentismo, ao contrário do que alguns autores colocam, não tem origem e nem se baseia no nacional desenvolvimentismo, pois o próprio o nacional desenvolvimentismo (1950-1960) teve, na América Latina, sua estrutura e

⁴⁹ De acordo com GOMES (2013a, 19) "[...] na crítica ao Estado hegeliano, Marx quer mostrar o caráter aparente da comunidade política burguesa, assinalando para a contradição entre o Estado e a sociedade civil, entre o homem e o cidadão como resultado de uma abstração, assinalando para o fato de que na sociedade desenvolvida sob aquelas condições históricas determinadas, o Estado se afasta (abstrai) da vida do indivíduo e passa a existir como uma realização "imaginária" do ser genérico do homem. Portanto, o indivíduo que hipostasia seu ser genérico no Estado, é o indivíduo alienado da sua própria essência". Por isso, Marx diz que a sociedade burguesa "[...] completou a transformação das classes políticas em sociais, ou seja, fez das diferenças de classe da sociedade civil meras diferenças sociais, diferenças da vida privada que não têm significado algum na vida política" (s/d, p. 12).

projetos alterados, o que acabou por tornar esse processo uma cópia infiel do que aconteceu nos países de capitalismo central.

O principal fato a destacar é que as experiências de desenvolvimentismo na América Latina retiraram do trinômio do nacional-desenvolvimentismo (industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo) a questão da origem do capital-nacionalismo. Na realidade, o que se constata é que na região a industrialização substitutiva de importações *cum* forte intervencionismo estatal apoiou-se, em boa medida, no capital estrangeiro. É o capitalismo dependente fortemente associado ao capital estrangeiro (GONÇALVES, 2012, p. 653).

Para Gonçalves, “a diretriz estratégica básica do novo desenvolvimentismo é o crescimento econômico com menor desigualdade” (2012, p. 656). É perceptível a presença de mudanças realizadas com o objetivo de fortalecimento do Estado numa reconfiguração do seu papel, onde é aceitável inclusive uma intervenção no mercado, no sentido de manter as condições necessárias para que sejam mantidas as taxas de lucro. Nesse caso, o papel de um Estado forte é garantir a estabilização da economia e dos níveis de pobreza, desemprego e fome.

Assim, os Programas de Transferência de Renda se tornam a saída para o trato das expressões da questão social, pois ao distribuírem renda, fortalecem e estabilizam o mercado, mantendo a pobreza em níveis aceitáveis. No entanto, não distribuem riqueza, não produzem uma alteração no padrão de acumulação da sociedade capitalista, proporcionando continuidade ao quadro neoliberal: concessão das demandas dos setores dominantes e negligência à classe trabalhadora.

Ao tomar como base os estudos de Plínio Sampaio Jr., encontramos uma convergência com os outros autores estudados, já que estes não consideram o novo desenvolvimentismo uma continuidade ou uma réplica do nacional-desenvolvimentismo. Sampaio Jr. afirma que o novo desenvolvimentismo “não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial” (2012, p. 672).

Ao retratar a vivência do Nacional Desenvolvimentismo, o autor retrata que o mesmo não passou de um desejo não realizado da burguesia nacional da América

Latina. Acreditava-se que a partir da acumulação seria necessária apenas uma boa vontade política para domesticar o capitalismo e orientá-lo para o desenvolvimento interno, favorecendo a burguesia nacional. “Ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento” (ibid., idem, p.677).

Essa redução do conceito de desenvolvimento não traz benefícios para áreas como saúde, habitação, educação, etc., e o que acaba ocorrendo é um brutal desequilíbrio entre as condições de vida da classe burguesa e trabalhadora.

O autor define o neodesenvolvimentismo como a expressão usada para designar a nova fase dos países da América Latina, que buscam agora conciliar industrialização, modernização e aumento de investimentos em políticas econômicas com o objetivo de atingir a equidade social, mesclando características positivas do neoliberalismo com o antigo nacional desenvolvimentismo. Segundo ele,

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO Jr., 2012, p. 679).

É visível que é apenas uma combinação simbólica, visto que, como ideal basilar liberal, a propriedade privada estará sempre acima da equidade, assim, caso seja necessário, por exemplo, para a construção de uma equidade social, a desapropriação de terras, a mesma não acontecerá, visto que esta reforma contaria o princípio da propriedade privada. Desta forma, no neodesenvolvimentismo, os princípios neoliberais sempre estarão acima da construção da equidade. A análise da realidade feita pelos defensores do neodesenvolvimentismo, “reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas” (SAMPAIO Jr., 2012, p. 686).

Ao tratar da desigualdade na América Latina e da atual crise do capital mundial, Katz (2012) analisa o quadro latino americano e afirma que a região abarca uma grande reserva de capital, o que poderia deixá-la em uma situação privilegiada. No entanto, esta reserva não está sendo garantida para utilização na própria região, e sim para socorrer as economias de capitalismo central. Desta forma, a América Latina está sendo contemplada com a aplicação de capital estrangeiro já que oferece certa segurança, baseada nas suas reservas. Por outro lado, a região repassa seus lucros para o sistema financeiro mundial.

Segundo Katz (2012), o Brasil é o quinto maior possuidor de bonos do Tesouro estadunidense. Isso acontece a partir dos empréstimos que se realizam entre as nações, o que assegura suas posições financeiras no mercado internacional, bem como a participação de maneira influente em grupos como o G20.

Ao se reportar ao Brasil, o autor identifica o país como possuidor de 50% a 60% das reservas de capital da América Latina. Assim, o país passa a negociar diretamente com as potências mundiais (E.U.A e Europa). É perceptível que muitas vezes o Brasil deixa de negociar com os vizinhos latinos para realizar transações com países de capitalismo central, o que o coloca em posição de poder e dominação perante as demais nações da região.

Apesar dos avanços econômicos, a região ainda sofre fortes intervenções internacionais, o que não permite o desenvolvimento de uma independência plena e acaba por gerar grandes danos à população, visto que os preços dos alimentos, os investimentos estatais, a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento industrial são controlados por corporações internacionais, que não lançam olhar sobre a realidade da região.

A despeito do acúmulo de capital e dos investimentos internacionais que recebe, a América Latina permanece com os piores índices de desigualdade social. Segundo estudos realizados pela CEPAL e pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) (2006), a região produziu, em 2002, alimentos suficientes para 1,8 bilhão de pessoas, ou seja, três vezes a população da região. No entanto, mais de 52 milhões de pessoas continuam com uma alimentação insuficiente para levar uma vida ativa e saudável. É perceptível que o que coloca a América Latina em

seu atual quadro social é a má distribuição do que é produzido, visto que o que se produz, concentra-se em um pequeno percentual da população.

Com as mediações do neodesenvolvimentismo, é cobrado pelos organismos internacionais, que os Estados da região intercedam com o objetivo de melhorar seus índices sociais. Dessa forma, há um aumento de investimentos em políticas sociais, principalmente a partir dos mecanismos de Transferência de Renda. Os investimentos nestes programas variam de país a país, mas é possível verificar que eles estão presentes em grande parte dos países latino americanos.

En Argentina rige la asignación universal (0,40% del PIB), en Brasil la Bolsa Família (0,47%), en México el programa Oportunidades (0,51%), en Bolivia el Bono Juancito Pinto (0,33%), en Venezuela las Misiones (0,45%), en Ecuador el Bono de Desarrollo Humano (1,17%), en Chile el Plan Solidario (0,11%), en Colombia la Iniciativa Familias (0,39%) y en Perú el Proyecto Juntos (0,14%) (GONÇALVES apud KATZ, 2012, p. 718).

Assim, é perceptível que os investimentos ainda são baixos quando nos reportamos ao número de pessoas que ainda vivem na pobreza. Segundo o Panorama Social da América Latina 2012, construído pela CEPAL, era de 167 milhões o número de latino americanos em situação de pobreza, já o número de pessoas em extrema pobreza ou indigência chegava a 66 milhões.

No Brasil, o Programa Bolsa Família no ano de 2010 atingiu 100% do seu público alvo. A crise econômica de 2008 atingiu o país, mas não de maneira tão intensa quanto aos países de capitalismo central, e a justificativa para isso foi exatamente o fortalecimento do mercado interno a partir das transferências de renda, do aumento do salário mínimo e da ampliação do acesso ao crédito. Segundo Castelo,

Abriu-se assim, uma nova etapa da revolução passiva com acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes sob a égide da aristocracia operária que abandonou seus projetos de socialismo antes mesmo de assumir o governo (IASE, 2012), em um processo maciço de transformismo. Consequentemente, nos deparamos com uma nova fase do capitalismo dependente: sem rupturas, reafirmou-se o desenvolvimento desigual e combinado brasileiro (2012, p. 631).

O desenvolvimento, apesar de atingir minimamente a classe trabalhadora a partir das políticas sociais, ainda se mostra insuficiente para esta classe que se favorece de maneira lateral desse processo. Mesmo com os governantes investindo uma maior porcentagem do PIB em políticas sociais, o montante ainda é insuficiente. Para Fattorelli,

Quase a metade do orçamento federal do próximo ano, exatos 42%, está destinada ao pagamento da dívida pública brasileira. Dos 2,14 trilhões de reais, 900 bilhões serão gastos com o “pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto estão previstos, por exemplo, 71,7 bilhões para educação, 87,7 bilhões para a saúde, ou 5 bilhões para a reforma agrária (2012).

É visível que o valor investido no pagamento da dívida pública é imensamente maior que o investido em gastos sociais, isso acontece porque o foco do neodesenvolvimentismo continua sendo a economia e a indústria, o que mantém as políticas sociais em um segundo plano.

O foco do discurso dos novo-desenvolvimentistas tem sido, portanto, o aumento dos gastos sociais, é como se as políticas sociais fossem mudar o contexto de desigualdade e exploração que o capitalismo carrega em sua gênese. Essas políticas se sustentam na locução de duas coisas que nesse modo de produção, não podem ser atingidas simultaneamente: desenvolvimento econômico e equidade social.

Um levantamento feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, revela que ainda em 2016, a desigualdade na região da América Latina permanece com números preocupantes: a desigualdade latina é 65% maior que a encontrada em países ditos desenvolvidos, 36% maior que a dos países do Leste Asiático, superando também em 18% a desigualdade calculada na África subsaariana. Os números nos revelam que a desigualdade da região não admite dúvida; é alarmante.

O neodesenvolvimentismo é colocado por seus defensores como uma alternativa ao neoliberalismo, principalmente por defender e apelar pela intervenção estatal. No entanto, afirma Katz,

[...] Esas medidas no son concebidas en una dirección pos-capitalista, sino como acciones tendientes a remodelar el orden social vigente. Por eso implican no sólo acciones de regulación estatal, sino también flertes subsidios a los grupos empresarios que se desea promover como protagonistas de la vida económica” (KATZ, 2012, p. 720-721).

Desta forma, o novo desenvolvimentismo não se apresenta como alternativa real ao neoliberalismo, visto que a liberdade e a competitividade de mercado, bem como a busca desenfreada pelo o acúmulo de capital, são intocadas. Assim, o mesmo aparece mais como uma mudança no modo de produção capitalista dentro do modelo neoliberal, uma inflexão necessária para a manutenção da ordem burguesa. É possível inferir que as mudanças são pontuais, superficiais, a base da exploração capitalista de uma classe sob a outra, se mantém intacta.

Estas mudanças aparecem na América Latina, a partir da compreensão de Katz, como uma alternativa ao modelo socialista, como uma terceira via localizada entre o neoliberalismo e o socialismo. Desta forma, esta região que é historicamente marcada por lutas anti-imperialistas, passa por um momento onde a maioria de seus governos é de centro-direita ou centro-esquerda, o que acarreta numa diminuição da participação popular e aumento da despolitização, fazendo com que se encontre ainda mais distante a construção de uma resistência ao atual modo de produção.

Ao se colocar como uma terceira via, o neovdesenvolvimentismo oferece suporte a governos que fazem alianças entre trabalhadores e capitalistas, são governadores que não abandonam as políticas liberais, mas que buscam fortalecer a economia nacional e a indústria através da intervenção estatal, injetando capital em empresas e bancos e oferecendo regalias a corporações internacionais que se propõe a investir no “desenvolvimento” do país.

Uma análise dos estudos que Almeida realizou acerca da realidade brasileira, nos moldes do neodesenvolvimentismo, permite-nos destacar que o autor identifica uma diminuição da intervenção popular na política, uma passividade conservadora, uma despolitização da população. Esse quadro aparece, principalmente, nos governos Lula devido à sua popularidade e a origem “humilde” do ex-presidente.

Nesse período (2003-2011), o Brasil melhorou de maneira rápida e crescente os índices sociais. Segundo o Censo 2010 (IBGE), a taxa de analfabetismo na

população de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,63% em 2000, para 9,6% em 2010. Entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, a pobreza diminuiu 50,64%. No entanto, a pobreza extrema ainda atinge 16,2 milhões de brasileiros (IBGE, 2010).

Ao analisar o neodesenvolvimentismo no Brasil, Almeida, em consonância com Gonçalves, afirma que o que acontece no país é um “nacional-desenvolvimentismo às avessas.” Essa afirmativa parte do pressuposto que nos últimos onze anos não houve investimentos expressivos na indústria, nem diminuição de importações, pelo contrário, o que se observa no país é um alto investimento na agroindústria, que é a responsável pela produção e exportação de produtos primários.

Almeida não apresenta o neodesenvolvimentismo como uma continuação do nacional-desenvolvimentismo presente no Brasil no final da década de 1950, mas os identifica “como dois momentos muito bem sucedidos da dominação burguesa em uma formação social capitalista dependente, com regime liberal-democrático e políticas que se apresentam como desenvolvimentistas” (2012, p. 692).

Desta forma, o neodesenvolvimentismo tem o apoio da burguesia, da classe trabalhadora e do Estado, partindo do pressuposto que se todos trabalharem, todos vão colher, positivamente, os frutos desse trabalho. Nos dois mandatos do presidente (Lula) e no primeiro mandato da presidente (Dilma), se conseguiu a formação de uma aliança com a classe trabalhadora, conquistas sociais como o aumento do salário mínimo, a ampliação do acesso ao crédito e a massificação dos Programas de Transferência de Renda foram imprescindíveis nessa construção.

O neodesenvolvimentismo, como pode ser identificado até agora, é pauta de discussão de diversos estudiosos latino americanos, uns acreditam que ele seja a tábua de salvação, o meio pelo qual o capitalismo vai se humanizar; os críticos, os quais alguns foram tratados neste texto, analisam o mesmo como uma mudança dentro da ordem do modo de produção capitalista, que não exclui totalmente os princípios liberais, mas que camufla suas intenções, demonstrando um avanço superficial quando refere-se a intervenção estatal no trato da questão social, que vem sendo “combatida” com políticas sociais compensatórias, focalizadas e

excludentes, as quais são capazes de mudar a estatística da região, mas que escondem a situação real a que essa população é exposta.

Nesse sentido, a proposta do neodesenvolvimentismo mostra-se incompatível em sua gênese, pois busca unir desenvolvimento econômico e equidade social, o que é visivelmente contraditório e incompatível. É como se o capitalismo fosse capaz de atender as demandas sociais da classe trabalhadora e manter ao mesmo tempo a acumulação de capital, como se pudesse resolver o problema da desigualdade social, mantendo intacta a divisão de classes.

Este argumento, de humanização do capital, nega a tendência que o capitalismo aponta e a história comprova: no Modo de Produção Capitalista “A produção de riqueza é, simultaneamente, a produção da miséria material do trabalhador, mas, sobretudo, miséria humana” (MARX apud OLIVEIRA, E, 2010, p. 279). Logo, infere-se a contradição presente nos objetivos do neodesenvolvimentismo: a reprodução da miséria humana é inerente ao MPC e sem o combate direto a raiz do problema, não há superação possível da desigualdade dentro dos moldes capitalistas.

Com a aceitação dos moldes neodesenvolvimentistas e o abandono de um ideal revolucionário, os movimentos sociais passam a atentar para causas mais urgentes deixando em segundo plano o ideal da construção de uma sociedade pós-capitalista, lutando apenas por reformas dentro da ordem. É possível inferir assim, que para além do aumento dos gastos sociais, visualiza-se a manutenção da ordem e o amortecimento dos movimentos e das manifestações, através de uma suposta compensação social. Se a proposta do neodesenvolvimentismo é de melhorar o capitalismo através do aumento dos gastos sociais, Katz aponta que,

La propuesta de avanzar hacia la sociedad poscapitalista a través de un cronograma de etapas rigurosamente diferenciadas es reivindicada por algunos defensores de los gobiernos de Lula y Kirchner. Estimaron que estos mandatarios permitirán generar un modelo de capitalismo permeable a sucesivas transformaciones progresistas, que con el tiempo favoreceran un curso socialista. (2010, p. 104).

No entanto, o que se percebe é que as mudanças pautadas pelo neodesenvolvimentismo e colocadas em prática pelos governos de centro-esquerda tendem a garantir a rentabilidade dos capitalistas, não tendo como objetivo principal o atendimento das demandas populares. Assim, as necessidades mais urgentes e melhor atendidas são as da classe dominante. Prova disso, são as aprovações desses governos por parcela da burguesia nacional e internacional, as mesmas aparecem a todo o tempo em entrevistas, declarações e reportagens. O neodesenvolvimentismo tem se mostrado eficiente quando tomamos como exemplo o campo social, pois além de atender aos interesses burgueses, oferece melhorias pontuais aos trabalhadores que se tornam passivos diante de um governo que opera para os de cima, ludibriando os de baixo.

Ao nos reportarmos ao Brasil, notamos que o governo do presidente Lula foi marcado por medidas sociais que ampliaram alguns serviços e programas públicos, e decisões econômicas que tiveram a aprovação de figuras capitalistas importantes. Castelo exemplifica:

A nova fase do desenvolvimento capitalista inaugurada nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi comemorada pelas classes dominantes. Em 2006, Olavo de Setúbal, dono do Itaú, fez rasgados elogios à política econômica do governo Lula, que então mantinha intacta a herança dos governos Fernando Henrique Cardoso do tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante). Em novembro de 2009, a revista *The Economist* fez uma matéria de capa com o título “Brasil decola” (*Brazil takes off*), com a imagem do Cristo Redentor subindo aos céus como um moderno foguete. Em março de 2011, Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu que “estamos todos felizes com a nossa presidenta”, fazendo adendos críticos às políticas de câmbio e juros sobrevalorizados. E, em janeiro de 2012, o banqueiro Roberto de Setúbal, herdeiro de Olavo, declarou o seguinte a respeito da política econômica do governo Dilma: “Gosto de tudo o que tenho visto”. No interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos (Castelo, 2012, p. 614).

Como afirmado anteriormente, no neodesenvolvimentismo há uma suposta homogeneização entre os desejos dos burgueses e dos trabalhadores, e a

camuflagem usada pelos governantes faz com que pareça que todos estão sendo beneficiados pelas suas decisões. É possível compreender que as ações que vem sendo desenvolvidas pelos governos de centro-esquerda pautadas nos ideais do neodesenvolvimentismo estão surtindo os efeitos esperados: alimentando a continuidade do capitalismo e ludibriando a classe trabalhadora através de melhorias paulatinas. Assim, devemos ter claro que como afirma Katz, “acompañar las expectativas populares no es lo mismo que propiciarlas” (2010, p. 112).

2.2- NEODESENVOLVIMENTISMO E AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS NO CENÁRIO NACIONAL BRASILEIRO.

O Partido dos Trabalhadores assumiu o governo no Brasil nos últimos 12 anos, e estaria à frente do Estado ao menos até 2018, visto o período de quatro anos do último mandato de Dilma Rousseff. No entanto, em maio de 2016, uma articulação entre o PSDB e o PMDB, afastou a presidente da sua condição através de um golpe institucional⁵⁰ e político, que teve como principal objetivo barrar uma das maiores operações contra a corrupção que o país já viu, bem como realizar um ajuste fiscal com medidas neoliberais aprofundadas que oferta perdas diárias para a classe trabalhadora.

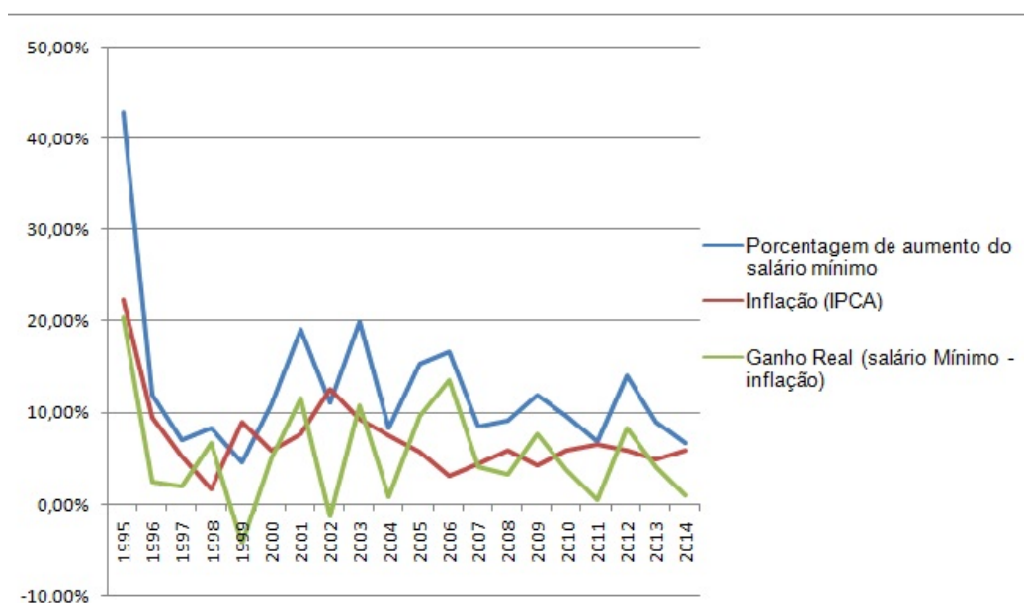
Todo esse processo é justificado ideologicamente como uma tentativa de saída de uma crise, onde inúmeros economistas apontam a ampliação dos gastos sociais realizados pelo PT como um dos motivos que teria colocado o país na bancarrota. De fato, ao lançarmos olhar sobre o período dos governos PT, nos deparamos com números que nos levam a pensar que vivenciamos uma época de muitos avanços, principalmente no que diz respeito ao campo social.

Ao aprofundarmos a análise das contradições desse momento, no que diz respeito ao salário mínimo, valor que serve como base de pagamento para a maioria dos trabalhadores, pode-se observar que houve um aumento real durante todos

⁵⁰ Estamos considerando Golpe, o processo de impeachment sofrido pela presidente Dilma, armado pelo o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, junto às lideranças do PMDB e PSDB.

esses anos. O gráfico 3 proporciona um comparativo do crescimento do salário mínimo nos de 1995 a 2014, e através dele podemos identificar que foi durante os governos Lula – 2002-2010, que o salário mínimo apresentou seu maior ganho real (98,32%), tendo apresentado sua maior taxa no ano de 2006 (13,52%).

Gráfico 3
Ganho Real do Salário Mínimo (1995/2014)



Fonte: IPCA. Elaborado por: Leonardo Rossatto Queiroz, 2014.

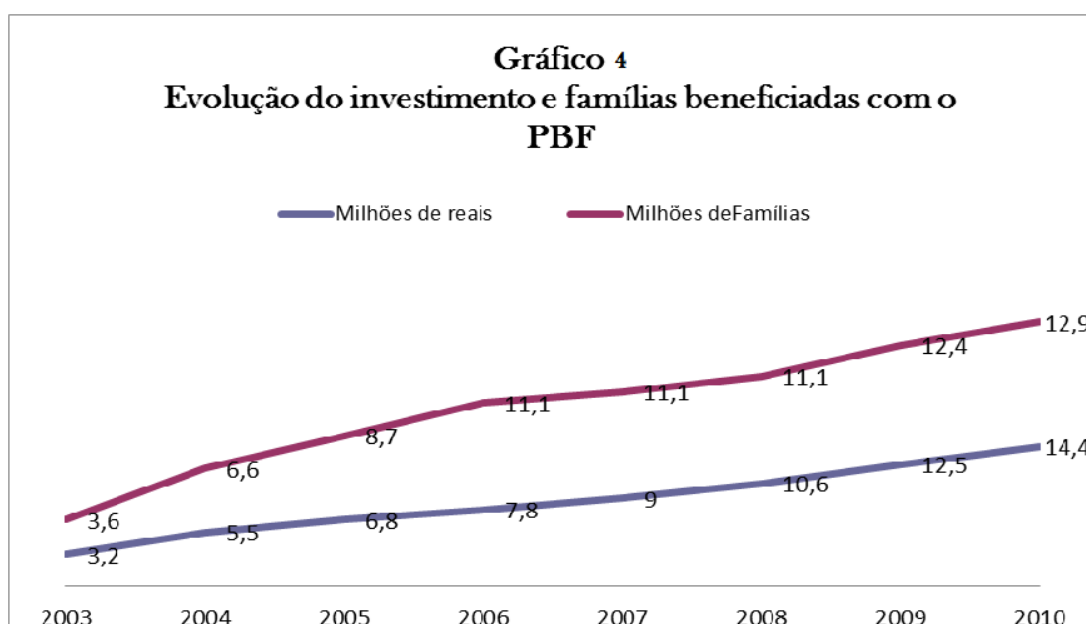
O governo Dilma manteve o crescimento do ganho real do salário mínimo, mas apresenta taxas mais baixas, tendo proporcionado um ganho real de apenas 15,44% nos últimos quatro anos de governo (2010-2014). Apesar desses ganhos, sabemos que o valor do salário mínimo ainda é baixíssimo, principalmente quando nos reportamos aos cálculos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, que apontam, por exemplo, que o valor necessário para satisfação das necessidades básicas do trabalhador em 2014 deveria ser R\$ 2. 861,55, valor muito acima da realidade ofertada pelo Estado que contabilizou a quantia de R\$ 724,00.

Ao nos analisarmos às políticas sociais, é possível perceber que os maiores investimentos se concentram nos pagamentos dos Programas de Transferência de Renda, tendo como principais representantes o Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Programa Bolsa Família é direcionado para famílias que apresentam renda mensal de até R\$154,00 reais *per capita*, já o Benefício de Prestação Continuada é destinado a idosos (pessoas com mais de 65 anos) que não contribuíram para a previdência social, e pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho.

Segundo o IPEA (2012), os gastos sociais nos últimos 16 anos cresceram 172%, passando de R\$ 234 bilhões para R\$ 638,5 bilhões, o que nos leva a crer que as políticas sociais estão de fato recebendo um maior investimento. A política da assistência, pela primeira vez ultrapassou os investimentos de menos de 1% do PIB, chegando, no ano de 2010, a absorver a cota de 1,07% do PIB.

De acordo com os dados do governo federal, em 2010 o Programa Bolsa Família (PBF) contemplava 12,9 milhões de famílias, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas, sendo o responsável pela retirada de 36 milhões de brasileiros da pobreza extrema. O Benefício de Prestação Continuada, em 2008 beneficiou quase 3 milhões de pessoas, contando com o investimento de quase 14 bilhões de reais. O alto orçamento se dá pelo fato do BPC ser o benefício de mais alto pago pelo Governo Federal, no valor de um salário mínimo. O gráfico abaixo mostra a evolução dos gastos com o PBF, bem como o número de famílias beneficiadas.



Fonte:MDS. Elaboração própria.

A leitura do gráfico 4 nos revela como o aumento no investimento da transferência de renda levou ao beneficiamento de milhões de famílias: o aumento

em oito anos de programa foi expressivo, segundo o MDS, em 2003 o investimento foi de 3,2 milhões de reais, quantia que beneficiava 3,6 milhões de famílias, já em 2010 foram investidos 14,4 milhões de reais beneficiando 12,9 milhões de famílias em todo o Brasil. A região nordeste é a que recebe a maior porcentagem de investimentos e possui o maior número de famílias beneficiadas. Em 2006 a região concentrava 53,44% dos beneficiários do programa.

Podemos notar que o aumento mais expressivo acontece a partir de 2006, justamente o ano em que identificamos uma maior aderência ao projeto neodesenvolvimentista dentro dos governos Lula, que se expressa por uma notória ampliação das transferências de renda, bem como um maior investimento em grandes obras de infraestrutura pelo país com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no ano de 2007, que buscou ainda atrelar a ideia de sustentabilidade ao desenvolvimento urbano.

Em se tratando das melhorias conquistadas nos governos do PT, somam-se aos Programas de Transferência de Renda, o acesso ao crédito consignado, à ampliação do ensino superior e o crescente consumo de bens duráveis. Outro indicador social que marca a era Lula é o alto índice de mobilidade social, que ocasionou um aumento da chamada classe C⁵¹, ou classe média, que como veremos a frente, foi classificada por Pochmann como nova classe trabalhadora.

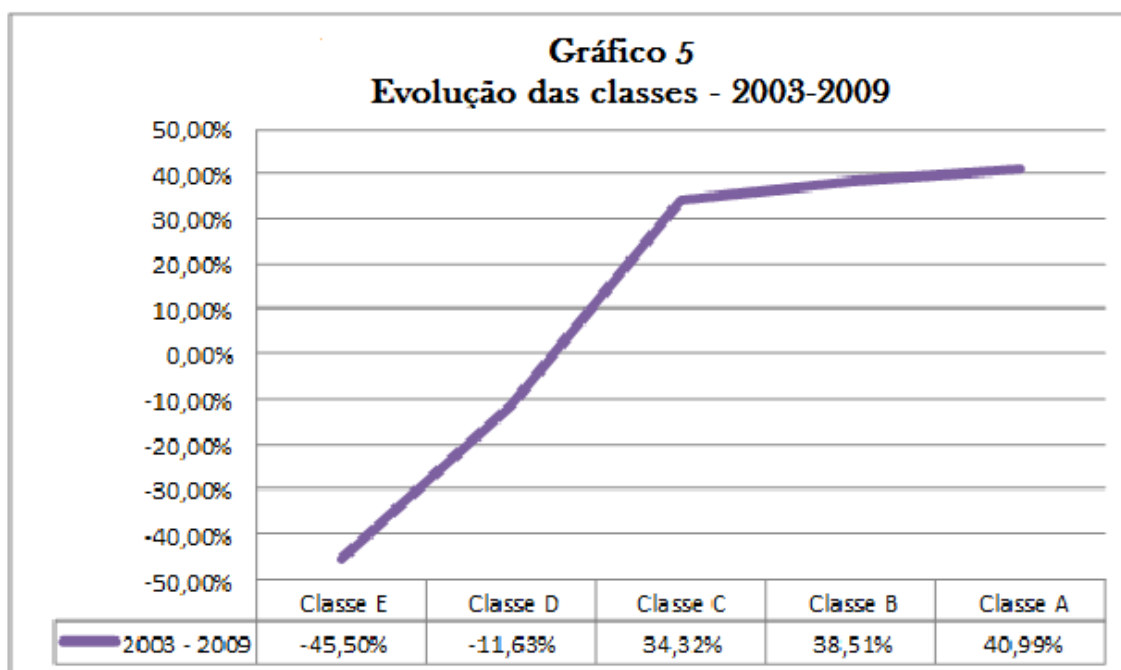
De acordo com a FGV, em 2008 53,8% dos brasileiros se encontravam na classe C, recebendo mensalmente entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Pochmann afirma que

As modificações recentes na estrutura social brasileira encontram-se diretamente relacionadas à recente trajetória de ascensão social. Somente entre 2001 e 2008, a renda *per capita* nacional cresceu 19,8% em termos reais, ao passo que 19,5 milhões de brasileiros registraram aumento real no seu rendimento individual acima da evolução da renda *per capita* nacional, o que correspondeu a 11,7% do total dos brasileiros com rendimentos crescendo acima da média da evolução da renda *per capita* do país (2012, p.70).

O gráfico 5 mostra como durante os governos de Lula as classes A, B e C apresentaram crescimento, enquanto as classes mais baixas (D e E) tiveram uma

⁵¹ Classificação feita pelo IBGE que divide a sociedade nas classes A, B, C, D e E, tomando como base sua renda, propriedades de bens móveis e imóveis, sua ocupação e nível de escolaridade.

diminuição. Além disso, a FGV⁵² aponta ainda que houve de 2003 a 2009 a retirada de mais de 20 milhões de brasileiros da pobreza. Em 2009 a classe C correspondia a 94,9 milhões de brasileiros, cerca de 50,5% da população, as classes A e B somavam 20 milhões (10,5% da população), as classes D e E sofreram uma redução de 96,2 milhões em 2003, para 73,2 milhões em 2009.



Fonte: FVG. Elaboração própria.

Se considerado o total da população com desempenho superior à renda média do conjunto dos brasileiros, nota-se ainda que 13,5 milhões (69,2%) ascenderam ao estrato de renda intermediária, enquanto 6 milhões (39,8%) passaram para o segmento de renda superior. Na passagem do primeiro para o segundo estrato de renda, registra-se que as regiões Sudeste (36,3%) e Nordeste (34,1%) responderam por quase 71% do movimento nacional de mudança na estrutura social na base da pirâmide brasileira. A região Sudeste registrou a inclusão de 4,9 milhões de indivíduos no segundo estrato da renda, enquanto a do Nordeste incluiu 4,6 milhões, seguido de 1,5 milhão da região Sul (11,1%), 1,4 milhão da região Norte (10,4%) e 1,1 milhão do Centro-Oeste (8,1%) (ibdi, idem).

Ao analisar o crescimento dessa nova classe média, Pochmann aponta que o aumento real do salário mínimo e a ampliação dos Programas de Transferência de renda foram os responsáveis pela mobilidade social.

⁵² A Fundação Getúlio Vargas classifica como pobre a pessoa que vive com até 144 reais por mês (números de 2012).

Deve-se ressaltar que isso se deveu fundamentalmente à política de aumento real do salário mínimo, capaz de injetar R\$ 1 trilhão na parcela salarial dos trabalhadores ocupados de base somente entre os anos de 2003 a 2010. Também não pairam dúvidas a respeito da importância da política de transferência direta de renda entre os diversos segmentos vulneráveis (idoso, portadores de necessidades especiais, desempregados e pobre) por meio do sistema de Previdência e de Assistência Social. Somente no período de 2002 a 2008, por exemplo, mediante esses programas, a transferência de renda para as famílias de baixa renda foi nominalmente multiplicada por 2,3 vezes, o que significou a passagem de R\$ 134,7 bilhões para R\$ 305,3 bilhões no mesmo período de tempo (POCHMANN, 2014, p.97).

O autor destaca que as rendas oriundas do trabalho são os principais propulsores para que ocorresse essa mudança social, por isso, classifica esse estrato como uma nova classe trabalhadora, que ao contrário da classe média tradicional brasileira, pois tem como principais características o pouco acesso a estudo e cultura, e ocupam principalmente as vagas no setor de serviços. Em consonância com as análises de Pochmann, Chaui indica que,

Em outras palavras, o crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento de classe média, e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência (2013, p.129).

Ao mesmo tempo, Pochmann afirma:

Trata-se, fundamentalmente, da recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo. Porém, diante do movimento geral de consolidação do capitalismo monopolista transnacional, em que cada país participa parcialmente das cadeias de produção, a estrutura social sofre modificações mais importantes ainda (2014, p.71).

Além disso, a nova classe trabalhadora foi colocada num patamar de consumo nunca antes visto com a formalização dos postos de trabalho e o acesso a bens de consumo duráveis como casas, carros e eletrônicos modernos, na

contramão de ainda vivenciarem a exploração no campo do trabalho e dividir o espaço das suas pequenas “conquistas” com desigualdades históricas que não diminuem, pelo contrário, são cada vez mais expressivas. Para Chauí, a classe trabalhadora confunde o acesso ao consumo com mobilidade social.

Em outras palavras, o consumo lhe parece como ascensão social em direção à classe dominante e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, ao ter acesso ao consumo de massa tende a tomar esse imaginário por realidade e a aderir a ele (POCHMANN, 2014, p. 132).

Essa mudança significativa na composição da classe trabalhadora durante os dois mandatos de Lula nos permite notar que as modificações no campo do trabalho, que se expressa nitidamente pelo aumento de ocupação de postos de trabalho no setor de serviços⁵³ com carteira assinada, incidem objetivamente nas condições de vida e de renda do trabalhador, levando-os a um patamar de consumo jamais vivenciado no Brasil.

Assim, compreende-se que após longo período em que a composição das ocupações não registrava significativas modificações, década de 2000 começaram a ser registradas alterações substanciais na estrutura dos postos de trabalho concentrados fundamentalmente na base da pirâmide social do país. O resultado disso foi a ampliação da renda absorvida pelo segmento populacional representado pelos 40% mais pobres dos brasileiros (POCHMANN, 2014, p.139).

Ao que segue afirmando:

Essa ampliação no nível do rendimento dos trabalhadores de menor rendimento permitiu ampliar o consumo, uma vez que esse segmento social dificilmente teria condições de poupar, dada a demanda reprimida historicamente. Com isso, a elevação no rendimento permitiu incluir, pelo consumo, parcela importante da sociedade, derivada dos movimentos positivo das ocupações e dos rendimentos dos trabalhadores de salários de base (POCHMANN, 2014, p.139).

⁵³ Pochmann faz uma análise detalhada da classe trabalhadora brasileira que identifica a participação da renda dos ocupados com rendimento no setor terciário e identifica como essa participação vem crescendo nos extratos de renda média. Conferir POCHMANN, Marcio. **O MITO DA GRANDE CLASSE MÉDIA**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

Outra face da ampliação do consumo das famílias e acesso a bens duráveis, é o endividamento das famílias, que cresceu juntamente com a ampliação de acesso ao crédito realizado durante os governos Lula. Ainda segundo Pochmann,

Por meio do endividamento, as famílias podem antecipar para o momento presente o poder aquisitivo necessário para a aquisição de bens e serviços, o que tornou possível a modernização no padrão de consumo. Entre os anos de 2002 e 2009, por exemplo, as operações de crédito no total do Produto Interno Bruto aumentaram em 86%, passando de 24,2% do PIB, em 2002, para 45%, em 2009. Assim, o volume de recursos de financiamento destinados às pessoas físicas foi multiplicado em mais de quatro vezes no mesmo período de tempo, enquanto o repasse de recursos à agricultura familiar aumentou de R\$ 2,4 bilhões, em 2003, para R\$ 10,8 bilhões, em 2009. Também no âmbito das operações de crédito destaca-se o avanço do financiamento voltado para a habitação, que subiu de R\$ 25,7 bilhões, em 2004, para R\$ 80 bilhões, em 2009 (2014, p.98).

Assim, a inserção pela via do consumo, e não de acesso a direitos sociais, proporcionou a falsa ilusão de que expressiva parcela da classe trabalhadora teria chegado ao patamar de classe média, no entanto, destacamos que a nova classe trabalhadora não tem acesso à educação e a cultura, nem hábito de leitura como a classe média tradicional. Em 2010, o IBGE contabilizou que o analfabetismo atingia 9,7% da população. Entre os que tinham mais de 15 anos, 14,1 milhões não sabiam ler ou escrever, sendo a região Nordeste a portadora da maior taxa de analfabetismo. No ano de 2014, de acordo com pesquisa da UNESCO⁵⁴, o Brasil era o 8º país com maior número de analfabetos do mundo, totalizando 14 milhões.

Em compensação a essa quantidade expressiva de analfabetos que temos no nosso país, durante os governos Lula houve uma ampliação incomparável do ensino superior. De 2003 a 2010 foram construídas 14 novas universidades públicas federais e mais de 100 novos *campis*; em 2007 implantou-se o programa REUNI⁵⁵ que aumentou o número de vagas nas universidades federais já existentes; em 2004 criou o ProUni⁵⁶ que possibilitou o acesso de estudantes “carentes” a cursos de

⁵⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

⁵⁵ Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

⁵⁶ Institucionalizado pela lei 11.096/2005.

graduação e sequenciais de formação específica, em instituições da rede privada de ensino.

Se levarmos em consideração os governos Lula e Dilma, foram construídos mais de 173 novos *campis*, 422 novas escolas técnicas, número que ultrapassa a soma de escolas técnicas construídas por todos os governos anteriores que construíram um total de 140 escolas. O número de matrículas no ensino superior aumentou de 3,5 milhões em 2002, para mais de 7,1 milhões em 2014. De acordo com dado do Inep- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (2012), da sua implantação, em 2007, até o ano de 2011, o REUNI conseguiu imprimir um aumento de 59,7% das matrículas anuais em universidades públicas federais, bem como o ingresso de mais de um milhão de novas matrículas.

Com a ampliação do acesso ao ensino superior, reforçou-se a crença de que a educação é responsável por nivelar o acesso às oportunidades, colocando no mesmo patamar pobres e ricos a partir do discurso da igualdade de oportunidades. No entanto, sabemos que o acesso ao ensino superior não garante uma vaga no mercado de trabalho, mas que essa massificação de diplomas permitiu um acirramento ainda maior na concorrência de postos de trabalho, criando um qualificado exército industrial de reserva.

A ampliação do acesso ao ensino superior se deu principalmente pela rede privada de ensino que conta historicamente com maior número de matrículas que a rede pública de ensino superior. Segundo o Ministério da Educação (MEC) em 2008 o número de matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas era de 1.273.965, enquanto as IES privadas contavam com 3.806.091 matrículas. Já no ano de 2010 as instituições privadas de ensino superior contavam com 74,24% das matrículas, o que representa mais de 6.500.000 alunos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o governo federal gasta cerca de 30% do orçamento total da educação com instituições privadas. Ao nos reportarmos a quantidade de IES que existiam no Brasil de acordo com o censo de 2010, fica clara a ampliação da rede privada de educação, que num total de 2.377 IES, contava com um percentual de 88,3%, ou seja, 2099 das IES eram da rede privada.

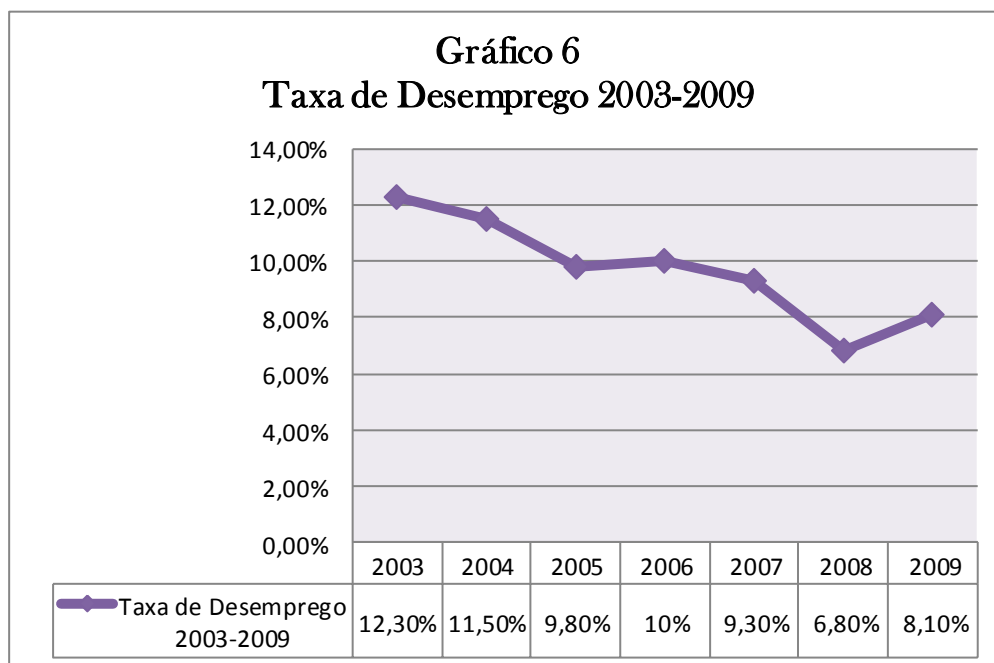
Apesar do aumento dos investimentos totais em educação, que passaram de 4,6% do PIB em 2003 para 5,8% em 2010, e nos anos posteriores afirmando tendência ao crescimento, é necessário destacar que o INEP divulga a ampliação dos gastos como Investimento Público em educação, não discriminando a porcentagem expressiva desses recursos que é aplicada na rede privada de educação.

Quanto ao acesso à tecnologia realizada no Brasil durante os governos Lula podemos perceber que ampliou-se o acesso a computadores e internet: em 2003, de acordo com a FGV, apenas 11,1% das pessoas com computador tinham acesso a internet, em 2009 esse índice passou para 28,4% de um total de 64 milhões de computadores que estavam em uso no país. Ao tratar do número de aparelhos celulares a mesma pesquisa revela um expressivo aumento: enquanto em 2003 somente 38,57% dos brasileiros tinham acesso a celular, em 2009 esse número chegou ao montante de 81,55% da população. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL desde o ano de 2010, o Brasil conta com mais de um aparelho celular por pessoa, a média era de 104,68 celulares a cada grupo de 100 pessoas.

Apesar da ampliação do acesso ao consumo, tecnologia e educação, percebemos que questões básicas como o acesso a rede de esgoto e coleta de lixo ainda continuam insuficientes, o que acarreta em danos diretos para a qualidade de vida da classe trabalhadora, bem como do meio ambiente. Ainda no ano de 2009, temos quase 50% da população brasileira sem acesso a rede de esgoto e essa questão se torna ainda mais crítica quando adicionamos a essa contagem o critério da renda. Segundo pesquisa da FGV (2009), enquanto a população que se encontra na classe AB tem mais de 70% de acesso a rede de esgoto, a classe C conta com pouco mais de 57% da sua população acessando esse serviço, na classe D 40,45% e na classe E apenas 30,65%.

Ao lançar olhar sobre a questão do emprego/desemprego durante os anos dos governos Lula, notamos uma melhora tanto no aumento da taxa de formalização do trabalho como uma diminuição na taxa de desemprego. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2003 a taxa de formalização do trabalho era de 43,8%, em 2009 aumentou para 50,5%. Quanto à taxa de

desemprego podemos notar pelo gráfico abaixo que durante quase todos os anos a tendência foi de queda, só em 2009 houve um pequeno aumento.



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

No ano de 2003 temos 12,3% de desemprego no Brasil, em 2008, ano da maior baixa, temos 6,8%, em 2009 houve um aumento para 8,1%. De 2003 a 2009, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais, foram gerados quase 12 milhões de novos postos de trabalho. É importante frisar que a maioria destes postos é em trabalhos de baixa remuneração, flexibilizados e precarizados. Outro fator peculiar da realidade do trabalho no Brasil é a rotatividade, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE em 2009, um terço (1/3) dos trabalhadores eram demitidos antes de completar um ano de serviço.

As conquistas no campo das políticas sociais foram expressivas e beneficiaram a classe trabalhadora em variados aspectos, no entanto não podemos fechar os olhos para tantas outras reformas⁵⁷ que poderiam ter sido realizadas, bem

⁵⁷ A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo”, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação

como direitos que poderiam ter sido garantidos e conquistados se a classe trabalhadora tivesse passado por um processo de organização e mobilização que causasse embate com as posições tomadas pelo governo.

No que diz respeito à categorização do conceito de reforma nessa quadra histórica, tomamos como referência a análise de Carlos Nelson Coutinho que define o neoliberalismo como uma contrarreforma. Explica o autor:

O sentido último da reforma proposta para pelo atual governo [FHC] não aponta para a transformação do Estado num espaço público democraticamente controlado, na instância decisiva da universalização dos direitos de cidadania, mas visa submetê-lo ainda mais profundamente à lógica do mercado. Trata-se, na verdade, de uma contrarreforma, que tem dois objetivos prioritários: por um lado, em nome da modernização, anular as poucas conquistas do povo brasileiro no terreno dos direitos sociais, e, por outro, em nome da privatização, desmontar os instrumentos de que ainda dispúnhamos para poder nos afirmar como nação soberana em face da nova fase do imperialismo, a da mundialização do capital (COUTINHO, 2000, p. 123).

Avaliação que será retomada pelo autor, para caracterizar o governo Lula, precisamente a partir de 2008, no artigo: *A época neoliberal – revolução passiva ou contrarreforma?*⁵⁸; ratificando de modo incisivo, que o PT aderiu ao projeto neoliberal ao manter a política econômica herdada dos governos FHC, em outro artigo intitulado, *A hegemonia da pequena política*⁵⁹

dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida (COUTINHO, 2008).

⁵⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma?* In: *Contra Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

⁵⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *A hegemonia da pequena política*. In: **Hegemonia às avessas**. Org. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek. São Paulo: Boitempo, 2010.

Infelizmente a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais, ou pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-coorporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010, p. 42).

Pois bem, ao nos reportarmos ao campo da política econômica, notamos como os ganhos foram mais expressivos no governo Lula; como o Estado tomou o partido do grande capital. Deparamo-nos com declarações de grandes empresários e banqueiros que afirmam nunca terem faturado tanto como nos anos de governos do PT, com destaque para os anos de 2006-2012. O que se gasta com o pagamento das dívidas interna e externa soma o equivalente a muitas décadas de investimento em políticas sociais. Chega a ser vergonhoso comparar os R\$ 14 bilhões consumidos no pagamento do BPC, em 2008, com os R\$ 282 bilhões⁶⁰ (30,57% dos recursos) gastos com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, se consideramos o refinanciamento da dívida, esse pagamento comprometeria o total de 47% dos recursos do Orçamento Geral da União.

Foi exatamente no ano de 2008 que o então presidente Lula anunciou que havia quitado a dívida externa, agregando-se a esse fato, que pela primeira vez em 508 anos o Brasil passou a ocupar o seletto posto de credor internacional. Apesar de a dívida externa ter sido “quitada”, nesse mesmo ano a dívida interna alcançou a inimaginável cifra de R\$ 1,4 trilhão, o que correspondia a 65% do PIB brasileiro. Podemos notar que ao mesmo tempo em que houve o pagamento da dívida externa, a interna cresceu demasiadamente.

Outro fato a ser destacado nos dois mandatos de Lula concerne aos lucros do sistema bancário, esse setor nunca ganhou tanto dinheiro quanto foi possível durante os governos do PT. Segundo dados do Banco Central, de 2003 a 2011 a renda dos bancos brasileiros cresceu 250%, enquanto a renda dos trabalhadores apenas 22,24% no mesmo período. Segundo o IBGE, a renda média do brasileiro

⁶⁰ Informações retiradas do Orçamento Geral da União. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi> Acesso: 10 de março de 2016.

subiu de R\$ 1.329, 69 em 2003, para R\$ 1.625,46 em 2011; Já o lucro dos bancos subiu de R\$ 16,97 bilhões em 2003, para 59,39 bilhões em 2011.

Ao nos debruçarmos sobre a realidade, percebemos que Lula governou na busca da construção de uma “harmonização” da sociedade, operando por meio das alianças, dos arranjos políticos e dos interesses das frações de classe no poder, por um lado, blindando a acumulação rentista dessas frações burguesas, e de outro, concedendo aos trabalhadores alguns benefícios pontuais no âmbito de determinadas políticas sociais, a exemplo da assistência social. com a ampliação dos programas de transferência de renda. O que os dados apontam é que não houve reformas que diminuíssem os ganhos para a alta burguesia, ao contrário, seus lucros atingiram níveis altíssimos.

A partir da observação dessas realidade podemos notar que o governo Lula instaurou no país, principalmente a partir de 2005, uma nova forma de governar, a partir da inflexão do modelo neoliberal, que convergiu para algumas melhorias sociais combinadas a expansão e desenvolvimento econômico, principalmente do agronegócio, retratado pela literatura como neodesenvolvimentismo.

Portanto, em nome de manter a governabilidade, o PT abriu mão de bandeiras históricas como a conscientização da classe trabalhadora, substituída por um processo de passivização⁶¹, onde a participação dos trabalhadores foi diminuída ao momento das eleições e reivindicações pontuais, quando não, manifestações em favor do governo, uma verdadeira manipulação das massas que tentam se agarrar num partido que promete sustentar as melhorias pontuais que foram conseguidas. Concordamos com a avaliação de Carlos Nelson quando afirma:

Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de transformismo, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o predomínio entre nós da hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010, p. 42).

⁶¹ Rodrigo Castelo (2012, p. 298) diz que “[...] de acordo com Carlos Nelson Coutinho, a adesão ao PT ao projeto neoliberal pode se lida a partir do transformismo, processo típico das revoluções passivas de cooptação de lideranças das classes subalternas ao bloco de poder dominante”.

Percebemos assim, que este projeto defendido durante os governos do PT, para além do objetivo de manter a governabilidade, é uma estratégia de classe que visa sustentar e oferecer as condições necessárias para a continuação do projeto burguês, bem como a hegemonia do grande capital, projeto esse que não rompe com o neoliberalismo, mas o coloca numa nova fase, fortalecendo sua capacidade de diminuir a força e organização da classe trabalhadora, que a partir do acesso a políticas sociais abre mão da luta por direitos.

CAPÍTULO 3

**Fim de um ciclo de desenvolvimento: a perda de
hegemonia de um projeto
neodesenvolvimentista pautado pela crise.**

CAPÍTULO 3 – Fim de um ciclo de desenvolvimento: a perda de hegemonia de um projeto neodesenvolvimentista pautado pela crise.

Neste capítulo encontra-se a nossa hipótese. Nos questionamos se as mudanças no cenário político, econômico e social que aconteceram no Brasil desde 2013 foram capazes de delinear o fim do ciclo de hegemonia constituído nos marcos do neodesenvolvimentismo e gerenciado pelos governos do PT. Para isso, tomamos como principais referências Gonzalo Rojas, Rodrigo Castelo e Reinaldo Gonçalves.

A base sobre a qual se manteve o neodesenvolvimentismo era muito frágil, contava com a conjuntura internacional e a alta dos preços das *commodities*, o que logo se revelou ser efêmero para a condição de continuidade desse projeto. No entanto, a blindagem garantida às frações da burguesia nacional e ao grande capital internacional foi mantida, mesmo em meio a um momento de crise.

A partir dessa formatação, identificamos que o novo modelo de desenvolvimento pautado no Brasil se conforma como uma inflexão neoliberal baseada na desindustrialização, reprimarização da economia e fortalecimento do capital financeiro, destacada por Gonçalves como um desenvolvimento às avessas.

O reflexo dessa nova configuração foi impactante no que concerne aos direitos do trabalho, visto que se apresentou como uma saída a favor do capital, estabelecendo um contrato viabilizado pelo Estado, operador de uma prática capaz de combinar, num mesmo pacote de medidas, a oferta de melhorias sociais e a retirada de direitos trabalhistas.

É importante destacar que não houve grande enfrentamento quanto às essas contrarreformas, devido à grande contradição na forma que se operou esse processo, conduzido por representantes de um partido que historicamente se colocou a favor da classe trabalhadora, o Partido dos Trabalhadores, e gerenciado, muitas vezes, por líderes cooptados dos movimentos sociais e sindicatos.

Em termos de exposição, o capítulo está dividido em duas subseções: a primeira trata da tese do fim de ciclo, tomando como referência os acontecimentos das jornadas de junho de 2013, a crise internacional e os indicadores econômicos e sociais para estabelecer uma relação de tendência ao encerramento da hegemonia

pautada pelo neodesenvolvimentismo nos governos do PT; a segunda apresenta os dados secundários da pesquisa, que ratifica como as melhorias sociais estabelecidas nesse projeto foram acompanhadas da constante retirada dos direitos do trabalho.

3.1 – FIM DE CICLO DE DESENVOLVIMENTO E PERDA DE HEGEMONIA DO PROJETO NEODESENVOLVIMENTISTA

Assim como delineamos no capítulo anterior, os governos Lula-Dilma no Brasil foram marcados por uma singularidade expressa numa forma de inflexão do modelo neoliberal, o que para muitos autores foi suficiente para traçar um modelo pós-neoliberal, enquanto que para outros estudiosos não passou de um incremento do neoliberalismo, uma reforma que pretendeu dar mais fôlego a um modelo que vinha mostrando demasiadamente mais fracassos do que sucesso, apontando um possível esgotamento, o que poderia aparecer como uma ameaça para a continuidade de determinadas frações de classe no bloco no poder.

Desta forma, foi necessário que se reorganizasse a forma como se apresentaria o neoliberalismo, que com uma aparência de enfrentamento, foi vestido com uma nova roupagem a fim de dar uma conotação de modernidade a uma velha forma, já gasta, de conduzir a economia e as políticas sociais de uma maneira geral. No Brasil, o responsável por conduzir essa transição, que traz mais do mesmo foi Luís Inácio Lula da Silva, então apresentado como Lulinha paz e amor.

À Carta ao Povo Brasileiro⁶², demonstrou que o futuro Presidente e administrador do país estava disposto a dar continuidade à política econômica que vinha sendo desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso. E durante os mandatos de Lula foi possível perceber que, além disso, ele conseguiu um feito que seu antecessor jamais imaginara, impetrou manejar a política e a economia de tal forma que criou um consenso entre as frações da burguesia brasileira, bem como uma

⁶² Carta elaborada por Lula da Silva em 22/06/2002. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> Acesso em 23/07/2016.

situação de apaziguamento na classe trabalhadora, ou seja, um ambiente harmonioso e profícuo para o desenvolvimento pleno do capital e manutenção do padrão da acumulação burguesa no país. Na avaliação de Marcos Nobre,

Na camisa de força estabelecida no período FHC, o PT estaria obrigado a fazer uma aliança sólida e duradoura não apenas com o PMDB, mas com o pemedebismo de maneira mais ampla, para conseguir governar, para alcançar a “governabilidade” (2013, p. 103)

Nesse sentido, o giro do PT à direita e o abandono de muitos dos seus ideais e valores mais compromissados com a classe trabalhadora, assim como alianças e acordos com partidos de centro-direita, foram essenciais para que uma figura como Lula chegasse a ocupar o posto de presidente da república. E para dar continuidade ao modelo vigente, os governos do PT tiveram que construir um discurso diferenciado, baseados na afirmativa de que estariam colocando em vigência, de maneira inovadora, o modelo neodesenvolvimentista ou pós-neoliberal. No entanto, as mudanças concretas são mínimas, e como afirma Castelo,

Pode-se perceber, em suma, que grande parte da agenda do novo desenvolvimentismo é, com ligeiras mudanças, uma apropriação consciente das antigas e desgastadas medidas neoliberais, destacando-se as garantias de reativação das taxas de lucro do grande capital e de transferência de quase metade dos recursos do orçamento público para as frações rentistas das classes dominantes (2013b, p.2).

A proposta lançado pelos governos do PT está entranhada no modelo neoliberal, não aponta rupturas significativas, apenas mudanças pontuais no que condiz a forma de intervenção estatal nas expressões mais intensas da questão social.

A reconfiguração do Estado, além de permitir uma massificação da intervenção social, dá aval para que o mesmo interfira na dinâmica do mercado, não no sentido de impor limites, mas de investir em empresas já falidas, usando dinheiro público com instituições privadas, atua também no investimento em infraestrutura no intuito de ofertar as melhores condições para o fortalecimento e desenvolvimento

das empresas e indústrias, atua ainda na forma de proteger e fomentar as práticas mais irregulares do capital financeirizado, no sentido em que não impõe limites ou barreiras para a especulação e sobrevalorização financeira.

Lula tinha como única tática visível olhar simultaneamente para os dois extremos sociais, mantendo uma política ortodoxa que favorecia os mais ricos, ao mesmo tempo em que introduzia importantes mudanças em favor dos mais pobres (NOBRE, 2013, p. 107).

Assim, apesar de indicarem uma mudança a partir de um rompimento com o neoliberalismo, o que percebemos é uma reafirmação desse modelo sob uma nova perspectiva. Ao contrário do que o governo argumenta ao falar do processo de industrialização, a indústria nacional não tem condições nem apoio estatal suficiente para competir com as transnacionais, os usineiros que aparecem durante esses governos como protagonistas da economia, principalmente pela elevação dos preços das *commodities*, demonstram uma verdadeira reprimarização⁶³ da economia nacional, que rebate diretamente na não realização da reforma agrária, visto que grandes latifúndios são necessários para a manutenção da produção no agronegócio.

Dados do Instituto de Economia Agrícola – IEA (2010) mostram que a participação dos produtos básicos⁶⁴ na exportação do Brasil passou de 29% em 1997, para 47% em 2010, o que demonstra claramente um retorno a produção de bens primários, em detrimento de produtos manufaturados. Esse patamar é o mais alto desde 1977, quando a participação de produtos básicos alcançou 57,4% de toda a exportação brasileira.

Apesar de se expressar principalmente como uma carapaça ideológica que tem a finalidade de encobrir a realidade de intensificação do modelo neoliberal, o neodesenvolvimentismo conseguiu adquirir alguma viabilidade. Tomamos como exemplo o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –

⁶³ Quando usamos o termo reprimarização, nos referimos ao processo de desindustrialização, onde há a ampliação da produção de produtos primários e serviços, ao mesmo tempo em que há uma redução na produção de produtos manufaturados que exigem industrialização.

⁶⁴ Produtos básico são produtos não elaborados como minério de ferro, petróleo e alimentos.

BNDES, que segundo Castelo é o principal meio de concretização desse projeto, ao afirmar que “[...] neste caso, a ideologia ganha materialidade e interfere, inclusive, no padrão de reprodução do capital, o que não é pouca coisa” (2013b, p.7).

A despeito da influência na economia do país ser relativa, o banco foi responsável por grandes cifras⁶⁵ de empréstimos a pequenos e grandes produtores, empresários e industriais durante os governos do PT, mas sempre priorizando o grande capital.

No que tange as intervenções que o Estado passa a fazer nas expressões mais emergenciais da questão social, podemos observar que os programas e políticas sociais desenvolvidos têm como base as intenções expressas num projeto social-liberal que toma como principal objetivo a criação de um ambiente com igualdade de oportunidades, priorizando o acesso à educação via cursos técnicos ou profissionalizantes capazes de inserir o cidadão no mercado de trabalho. Assim, o mercado é o portador da condição de igualdade, capaz de ofertar oportunidades para que as pessoas, por mérito próprio, alcancem seus objetivos por meios individuais. Como afirma Alves,

Governos pós-neoliberais, comprometidos programaticamente com o crescimento da economia e com a redistribuição de renda, preservaram e reforçaram nos últimos dez anos, os pilares do Estado neoliberal no Brasil. Na verdade, a persistência do Estado neoliberal no Brasil se contrasta com a perspectiva de mudança social alimentada pelo capitalismo neodesenvolvimentista (2013, s/p)⁶⁶.

Por essa razão, o neodesenvolvimentismo toma como base o discurso da equidade social pautado pelo social-liberalismo, e segue uma cartilha imposta pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial) tomando como principal ferramenta de combate à pobreza os Programas de Transferência de Renda Mínima – PTRM,

⁶⁵ Segundo o jornal Valor Econômico, “Desde 2008, quando o BNDES passou a receber aportes periódicos de recursos do Tesouro Nacional, da ordem de R\$ 400 bilhões, sua carteira de crédito saltou de 6,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para 10,6% do PIB”. Disponível em: www.valor.com.br Acesso em: 12/07/2016.

⁶⁶ ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil, 2013. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/> . Acesso em: 23/07/2016.

que além de conseguir melhorar em pouco tempo os índices de medição de pobreza, são temporários, visto que a qualquer momento, seja por descumprimento de condicionalidades, seja por mudanças nas regras de inclusão, o usuário pode perder o acesso ao benefício, pois esses programas não trabalham com a noção de direito adquirido, mas apontam para um processo de assistencialização dos serviços sociais.

Além de estratégias de combate à pobreza, os PTRM são funcionais a reprodução do MPC, já que ao mesmo tempo em que são capazes de “retirar” milhões de pessoas da pobreza, geram um consumo em massa para o mercado interno. É exatamente disso que estamos tratando, a saída da pobreza não ocorre via o acesso a direitos básicos como saúde, educação, transporte, saneamento, mas pela entrada num ciclo de consumo de mercadorias baratas, desta forma, não há transferência de riqueza, mas de uma renda mínima que praticamente de imediato é recolocada na esfera da circulação do capital.

O discurso oportunista que coloca os governos do PT enquanto neodesenvolvimentistas é baseado praticamente nas ações do Estado no que condiz a ampliação dos PTRM, na criação de novos postos de trabalho e no aumento do investimento em grandes obras de infraestrutura no país, no entanto, a realidade revela condições que demonstram como esse projeto não se concretiza, conforme aponta Castelo:

Mas ocultaram o essencial: o crescimento era efêmero e hoje exhibe taxas pífias, dignas dos governos FHC; os empregos tinham baixíssimos salários, condição alienante precarizada e a maior taxa de rotatividade do mundo; a dívida contraída nos crediários consome boa parte da renda dos trabalhadores, direcionando frações crescentes dos salários para os rentistas; e os recursos das políticas de transferência de renda não são capazes de atender necessidades humanas de forma humanista (2013b, p.8-9).

Assim sendo, visualizamos que os PTRM, apesar de causarem uma ampliação do consumo, não trazem uma efetiva melhoria da vida social, não oportuniza que seus usuários tenham sanadas nem as necessidades mais básicas, muito menos que sejam retirados da condição de miserabilidade em que vivem, visto

que continuam sendo trabalhadores precarizados, explorados e com acesso a moradia, alimentação, saúde, educação e transporte de má qualidade.

O discurso disseminado aos quatro cantos do mundo de que o PT acabou com a miséria do Brasil não passa de um processo ideológico, que baseado em ações de inserção ao consumo, busca mascarar a refuncionalização do Estado neoliberal, que mudou para continuar garantindo as melhores condições para a acumulação do capital, e que interfere somente nas expressões mais agudas da questão social. O Estado precisou acoplar mais funções, extrapolar o sentido de guardião da propriedade privada e garantidor das melhores condições pró-mercado, essa mudança aconteceu no sentido de conter as lutas de classes e promover um consenso, de forma que ocorrem antecipações estratégicas do próprio Estado. Nas palavras de Castelo,

[...] o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais (2013a, p.244).

As estratégias utilizadas para combater a pobreza pelo Estado no social-liberalismo são reflexo, além do processo de refuncionalização do Estado, da cooptação deste discurso por uma parcela de intelectuais burgueses que passaram a tratar a questão da pobreza como um mal a ser tratado pelo Estado em conjunto com o mercado e a sociedade civil.

Apesar de trazer ações positivas no que tange as ações desenvolvidas no intuito de melhorar a condição de vida das pessoas que vivem em condição de pobreza, essa nova forma de intervenção causou uma confusão dentro dos movimentos de esquerda, que viram seus ideais ser absorvidos por uma parcela da burguesia.

Com essa cooptação das bandeiras de luta da esquerda pela burguesia, muitos movimentos sociais acabam tendo a ilusão que direita e esquerda estariam do mesmo lado, lutando com os mesmo objetivos. Esse momento abriu espaço para

que uma parcela da esquerda abrisse mão de um ideário revolucionário e se detivesse em políticas programáticas de efeito imediato, como foi o caso da atuação dos governos Lula-Dilma, que mesmo com uma alternativa de reforma dentro da ordem, não conseguiram colocar em vigência o Projeto Democrático Popular. Diria com Nobre,

[...] toda a força característica de início de mandato foi utilizada para sustentar, contra seu eleitorado tradicional, contra sua aliança política histórica e, especialmente, contra o próprio PT, a manutenção de um importante conjunto de elementos de uma política econômica tipicamente neoliberal (2013, p. 106).

É verdade que o neodesenvolvimentismo, apesar de não romper com o neoliberalismo, não se apresenta como a doutrina ortodoxa imposta pelo modelo neoliberal do governo FHC, mas sim como uma inflexão deste modelo, capaz de criar alianças entre os que defendem a continuidade do capitalismo neoliberal, aqueles que já propuseram a constituição de um Estado de Bem-Estar Social ou uma social-democracia, e até os mais à esquerda reformista, que um dia traçaram no horizonte o rompimento com o capitalismo.

A carta na manga nessa situação é o argumento que afirma que durante os governos do PT foi exterminada a pobreza extrema e a miséria no Brasil, esse fato seria comprovado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2014) que indicaria que 36 milhões de brasileiros deixaram de viver com uma renda abaixo de R\$ 77,00 reais mensais⁶⁷.

No entanto, não se coloca em questão o fato de no Brasil 49,8% da população não ter acesso à rede de esgoto, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2014), muito menos se vangloriam pelo fato de só nas áreas urbanas 54,6 milhões⁶⁸ de brasileiros habitarem imóveis inadequados que muitas vezes não contam com energia elétrica e água encanada. Esse quadro pode ser identificado também por toda região da América Latina. Segundo Gonçalves,

⁶⁷ Quando a pessoa vive com uma renda de até R\$ 77,00 mensais, é classificada, pelas Nações Unidas, como inserido em situação de pobreza extrema.

⁶⁸ Dados do setor de Estudos Setoriais Urbanos do IPEA, 2009.

Apesar de haver queda da desigualdade na América Latina na primeira década do século XXI, os países da região continuam com os mais elevados indicadores de desigualdade de renda no mundo. Para ilustrar, em meados desta década, quatro entre os cinco países com maior desigualdade estão na região (Colômbia, Bolívia, Honduras e Brasil). No conjunto dos 10 países mais desiguais há oito países latino-americanos (GONÇALVES, 2013, p.157).

Entretanto, mesmo com dados capazes de desvelar a realidade que está para além da quantificação de renda, é a partir da falsa ideia de que os governos Lula-Dilma foram responsáveis por “erradicar” a miséria no Brasil, que o PT conseguiu unir frações de classes diferenciadas no entorno do seu projeto de governo, que não seguiu as linhas do sonhado Projeto Democrático Popular, mas tentou ideologizar a construção de um modelo pós-neoliberal.

Segundo Gonzalo Rojas, na América Latina alguns governos apontaram essa tendência de discurso que na prática mesclou medidas neoliberais com intervenções estatais no sentido de melhorar os índices de medição da pobreza, como foi o caso da Argentina com os governos dos Kirchner, da Venezuela com Hugo Chávez, da Bolívia com Evo Morales, e do Brasil com Lula. Conforme o autor,

Paralelamente, no plano social, em distinção das propostas políticas neoliberais ortodoxas, aplicam-se políticas compensatórias, ativas em matéria social. Existe uma mudança nas políticas públicas [...]. No caso brasileiro, estas políticas públicas compensatórias priorizam os setores populares desorganizados sobre os organizados, aos quais tenta esborear benefícios, como foi o caso da reforma previdenciária do governo Lula (2014, p. 18).

De fato, foi a partir da ampliação dos PTRM, do investimento em ações como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e de altos repasses para o pagamento das dívidas públicas, que o neodesenvolvimentismo conseguiu acoplar diferentes frações da burguesia e da classe trabalhadora, sob a ilusão de estar construindo um governo que buscava a soberania nacional e que agia em benefício dos trabalhadores.

No entanto, sabemos que essa constituição objetiva muito mais a continuidade de um modelo que mostrava falência, que elevou os índices de pobreza e desigualdade a um nível em que o mercado já não podia funcionar em

sua plenitude, e dessa forma, exigiu a reformulação das ações desenvolvidas pelo Estado, que passou a intervir diretamente nas expressões mais perversas da questão social.

Desta forma, identificamos o neodesenvolvimentismo, principalmente como uma estratégia de dominação de classe, que visa levar adiante, e até aprofundar o modelo neoliberal no Brasil, principalmente a partir de um jogo ideológico que falseia a realidade e formula um discurso público que apresenta a construção de um novo modelo de desenvolvimento pós-neoliberal, mas que sabemos, flexionou muito poucas características do original neoliberalismo, e quando o fez, foi exatamente no sentido de permanência e não de mudança. Consoante a esse pensamento, Ribeiro da Luz afirma que:

A grande criação da era Lula para o metabolismo da estrutura social brasileira, não se caracteriza como uma ruptura de época com o período governamental que o antecedeu. Trata-se, pelo contrário, de um aprofundamento em todos os matizes das determinantes sociometabólicas que marcaram o processo histórico de internalização do modelo de desenvolvimento neoliberal e o seu padrão de reprodução sob a lógica privatista e financeirizada, instalada no período anterior. Da mesma forma que a nova fase do capitalismo (neoliberalismo) representa uma reconfiguração sociometabólica do capitalismo para que ele continue sendo capitalismo; a era Lula representa uma reconfiguração da dinâmica interna do neoliberalismo para que ele permaneça enquanto tal (2016, p.83).

Podemos citar como exemplo o caso das privatizações. Parte importante do ideário neoliberal, que durante os governos do PT foram realizadas de maneira camuflada, a partir de concessões de serviços públicos a gestão por Organizações Sociais, que pelas parcerias público-privadas (PPP) transferem recursos públicos para uma instituição privada que disponibiliza recursos ou serviços a uma comunidade ou instituição pública. Nas PPPs o pagamento pode ser feito exclusivamente por recursos públicos, ou com pagamentos de algumas tarifas pelos usuários dos serviços concedidos, que tem como base as tarifas cobradas dos usuários nos serviços privados. Segundo Gonçalves,

O processo de privatização iniciou-se no Governo Collor, em 1990, e deu “salto triplo” durante o governo FHC, principalmente a partir de 1998 (BIONDI, 1999). Durante os Governos Lula e Dilma, esse processo continuou via mecanismos de concessão de exploração de serviços de utilidade pública pelo setor privado (GONÇALVES, 2013, p.57).

É visível que os governos do PT não romperam com a prática das privatizações, indicadas pelo ideário neoliberal, que a qualquer preço busca remontar a desresponsabilização do Estado na prestação de serviços sociais públicos. Como afirmado anteriormente, acreditamos que o neodesenvolvimentismo foi um apelo ideológico para a continuação do ideário neoliberal na realidade brasileira.

Segundo Gonçalves o que nós temos no Brasil, desde o governo Collor, é o Modelo Liberal Periférico - MLP composto principalmente pela dominação financeira, liberalismo econômico e expressiva vulnerabilidade externa, o que pra ele se torna uma “cópia infiel” do neoliberalismo desenvolvido nos países de capitalismo central.

Não obstante, é preciso levar em consideração que os modelos de gestão do Estado, desenvolvidos nos países de capitalismo central sempre vão expressar peculiaridades nos países periféricos, visto que a formação socioeconômica e histórica dessas nações possui diferenças cruciais, que em um comparativo as colocam sempre num patamar de dependência, subdesenvolvimento e dependência.

Ao contrário de alguns autores que traçam semelhanças do neodesenvolvimentismo com o antigo Nacional Desenvolvimentismo, Reinaldo Gonçalves, ao elencar o MLP como vigente desde o governo Collor, aponta como esse modelo se desenvolveu no Brasil e traça como ele difere do antigo Nacional Desenvolvimentismo. Nas palavras do autor:

O MLP iniciou-se de forma truncada em 1990 com o Governo Collor; entretanto o MLP só deslançaria efetivamente com o Governo FHC, a partir de 1995, e se consolidaria com o Governo Lula na primeira década do século XXI. O MLP envolveu mudanças estruturais que permitem a caracterização de um modelo de desenvolvimento diferente daquele que predominou na Era Desenvolvimentista. O confronto dos eixos estruturantes destes modelos mostra claramente as diferenças. Por um lado, o Nacional-Desenvolvimentismo assentava-se no trinômio industrialização substitutiva de importações – planejamento e intervenção estatal – preferência revelada pelo capital nacional. Por outro, o MLP tem como pilares: liberalismo econômico, vulnerabilidade externa estrutural; e dominação financeira. O contraste é evidente quando se considera a diretriz antiliberal do ND com o liberalismo econômico vigente no MLP. No ND, o antiliberalismo era evidenciado pelo protecionismo, regulação, planejamento e papel-chave das empresas estatais. No MLP, o liberalismo econômico tem como principais marcos a liberalização comercial, financeira e produtiva, desregulamentação e privatização (GONÇALVES, 2013, p.61-62).

Dessa forma, podemos notar como o neodesenvolvimentismo foi uma estratégia para encobrir a permanência de demandas neoliberais. Apesar de se falar de um contentamento da burguesia interna, percebemos que a fração contemplada nas ações dos governos do PT são o agronegócio e a burguesia nacional que é diretamente atrelada ao capital estrangeiro. Apesar de programas como o PAC que objetiva a retomada de investimentos em setores estruturantes do país, o que ocorre é a dominação do capital financeiro internacional em detrimento do fortalecimento de uma burguesia nacional, principalmente via o pagamento das dívidas públicas, que é priorizado no orçamento público absorvendo sempre a maior fatia na divisão de pagamentos. Segundo Gonçalves,

No Governo Lula verificou-se a dominação financeira, que repercutiu diretamente na política macroeconômica e na vulnerabilidade externa estrutural do país. A dominação financeira pode ser entendida como a ascendência do setor financeiro, inclusive sobre os outros setores dominantes, e tem expressão concreta na apropriação do excedente econômico. Para ilustrar, a taxa média de rentabilidade (lucro, patrimônio líquido) dos 50 maiores bancos foi sempre superior à das 500 maiores empresas em todos os anos do período 2003-2010. Nesse período a taxa média de rentabilidade das maiores empresas foi 11%, enquanto a taxa dos bancos foi de 17,5% (2013, p.107).

É visível que os governos do PT deram preferência a custear os ganhos da burguesia, bem como manter a dominação do capital financeiro internacional no país. Outro fato que nos chama bastante atenção é o fato do PT ter abandonado propostas históricas como a reforma agrária, que foi praticamente nula durante os seus mandatos. Segundo dados levantados por Gonçalves (2013) podemos notar que houve uma concentração de terras com o aumento da grande propriedade rural que aumentou de 52% no ano de 2003, para 56% no ano de 2010, diante da área total dos imóveis rurais no Brasil.

O que aconteceu foi a concentração de terras para o desenvolvimento do agronegócio que foi visto como o grande herói dos governos do PT, responsável pela maior parte das exportações num momento em que os preços dos seus produtos tiveram um *boom* no cenário internacional, trazendo grandes rendimentos para o país. Esse fato é classificado por Gonçalves como um processo de reprimarização da economia nacional que foi capaz de aumentar ainda mais a relação de dependência do Brasil com os países de capitalismo central.

Na Era Desenvolvimentista, a mudança do padrão de comércio significou menor dependência em relação às exportações de *commodities*. No MLP, durante o governo Lula, ocorreu exatamente o oposto. A participação dos produtos manufaturados no valor das exportações (média móvel de 4 anos) mostrou clara e forte tendência de queda (56,8%, em 2002, e 38,5% em 2010). Por outro lado, houve tendência igualmente clara e forte de aumento da participação dos produtos básicos (25,5%, em 2002, e 38,5% em 2010). A reprimarização foi determinada, em boa medida, pelo *boom* de preços das *commodities* na maior parte do período em análise (2013, p.92).

Podemos então caracterizar as melhorias vivenciadas nos governos do PT, como um reflexo do cenário mundial marcado pela ampliação da comercialização entre o Brasil e a China, o alto preço das *commodities*, bem como um cenário mundial que até 2008 se configurava como positivo para o desenvolvimento capitalista.

Além disso, os organismos multilaterais colocaram o combate à pobreza em discussão, como citamos acima, e a miséria que tomava conta do cenário brasileiro

e latino-americano exigia uma intervenção estatal, que veio através dos PTRM e da ampliação de políticas sociais.

A reprimarização da economia foi crucial na inserção do Brasil nessa conjuntura internacional, pois em anos de neoliberalismo as *commodities* nunca haviam alcançado um aumento de preços nesse patamar. Baseados nessas condições conjunturais é que foram possíveis os ganhos conquistados no neodesenvolvimentismo.

No entanto, com uma crise mundial instalada e seu aprofundamento iminente, esse quadro deu indícios de esgotamento desde meados do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), que como saída à crise vinha apresentando o recrudescimento de medidas neoliberais.

Os ajustes feitos no sentido de contornar a crise vão sempre no sentido de diminuir direitos trabalhistas, reduzir o acesso a serviços públicos, reduzir ainda mais o financiamento de direitos sociais que não chegam a custar sequer 1% do total do PIB no Brasil, como é o caso do Programa Bolsa Família, ou sequer 10% como são o caso da saúde e educação, que apesar de serem direitos garantidos em Constituição e deveres do Estado, não atendem as necessidades mínimas da população usuária.

Compreendemos, ao lançar olhar sobre a realidade, que a falta de investimento se reverte na privatização dos serviços sociais públicos, expressa nas parcerias público-privadas, na ampliação sem precedentes dos planos provados de saúde, da transferência de recursos públicos a instituições privadas de educação, a transferência dos serviços ofertados pela assistência social pública ao terceiro setor, que também implica na transferência de recursos públicos a instituições privadas, ou seja, o Estado se isenta quase que totalmente da oferta de políticas sociais, transferindo ao mercado e a sociedade civil essa tarefa.

Em 2013 tivemos no Brasil a eclosão de movimentos sociais desorganizados, convocados principalmente por redes sociais e que não se identificavam com nenhum partido, foram movimentos que basicamente pediam mais Estado, isso é, reivindicavam por melhorias nos transportes públicos, - o preço das passagens foi o ápice dessas manifestações, por melhorias na saúde, maior porcentagem do pré-

sal⁶⁹ para a educação, enfim, contestavam maiores orçamentos para políticas sociais públicas e uma melhor qualidade na prestação desses serviços.

Numa avaliação realizada por Gonçalves, essas manifestações foram reflexo não só da falta de investimento em políticas sociais e qualidade dos serviços, mas consequência de uma crise sistêmica com raízes estruturais e dimensões econômica, social, ética, política e institucional, causada prioritariamente pelo esgotamento do MLP e pela crise de legitimidade enfrentada pelo governo Dilma.

A causa desse esgotamento foram as mudanças pontuais e superficiais realizadas pelos governos do PT que prezaram pela preservação das garantias de sustentação do grande capital.

As três causas principais da crise pela qual passa o Brasil, são apontadas por Gonçalves como: a) o Brasil invertebrado, b) o Brasil negativado, c) e o movimento de transformismo realizado pelo PT. O Brasil invertebrado se refere à perda de identificação da sociedade civil com as instituições representativas do Estado, pelo fato das práticas de corrupção, patrimonialismo e clientelismo tão presentes em todas as esferas do poder público. O Brasil negativado se refere ao aumento das dívidas públicas e privadas que estão cada vez maiores, bem como ao aumento da inadimplência via a ampliação de acesso ao crédito, e juros abusivos praticados pelo sistema bancário.

A terceira causa da crise é identificada como o transformismo do PT, que mesmo antes de chegar à presidência com Lula, já dava indicativos de que não ia romper com a herança deixada por FHC. No entanto, havia ainda bastante esperança que com a chegada do ex-metalúrgico algumas mudanças estruturais fossem realizadas, o que para a frustração de muitos que depositaram seu voto de confiança nessa mudança, não se concretizou.

O que o PT fez foi dar continuidade ao MLP, com uma base popular sustentada por transferência de renda e políticas assistencialistas. Segundo Gonçalves, todo esse conjunto desembocaria no que ele chama de desenvolvimento às avessas. Nas palavras do autor,

⁶⁹ “O “pré-sal” é uma área de reservas petrolíferas encontrada sob uma profunda camada de rocha salina, que forma uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho, que podem ter uma reserva de mais de 30 bilhões de barris de petróleo”. Disponível em: <https://diariodopresal.wordpress.com/o-que-e-o-pre-sal/> Acesso em: 10/07/2016

A consolidação do MLP e a maior degradação das estruturas, relações e processos políticos geram o Desenvolvimento às Avesas. Esta trajetória de desenvolvimento é marcada, na dimensão econômica, por: fraco desempenho; crescente vulnerabilidade externa estrutural; transformações estruturais que fragilizam e implicam volta ao passado; e ausência de mudanças ou reformas que sejam eixos estruturantes do desenvolvimento de longo prazo. Ademais, observa-se o invertebramento da sociedade, a deterioração do *ethos*, a degradação das instituições e a consolidação, a ampliação e o aprofundamento do sistema político corrupto e clientelista (GONÇALVES, 2013b, p. 6).

Para justificar a classificação de desenvolvimento às avessas para o período em que esteve em vigência o MLP (1990 – até os dias atuais), Gonçalves faz uso de dados macroeconômicos que revelam como o Brasil tem alcançado baixas taxas de crescimento e desenvolvimento, principalmente quando comparado à época do Nacional Desenvolvimentismo. Para o autor,

A fase do MLP é a segunda pior da história do país. Todos os indicadores comparam-se desfavoravelmente em relação à média e mediana seculares. Talvez a única exceção seja a taxa de inflação (12,5%), que é maior do que a mediana secular (11,5%), porém menor do que a média secular descontando-se o período de alta inflação em 1981-1994 (13,9%). No MLP, a taxa de inflação é, de fato, o único indicador macroeconômico que merece algum destaque positivo no conjunto dos indicadores examinados. A taxa média anual do crescimento do PIB real (3,2%) ficou bem abaixo da média secular (4,5%). O hiato de produto é praticamente nulo (0,03%), ou seja, nesta fase o Brasil não conseguiu diminuir a distância entre seu nível de renda *per capita* e o nível médio de renda *per capita* do mundo (a economia brasileira “andou de lado”, nem para frente nem para trás). O endividamento externo tem níveis elevados pelos padrões históricos brasileiros. O nível de endividamento público, por seu turno, é o mais elevado de toda a história econômica brasileira (GONÇALVES, 2013, p.72).

Um dos argumentos utilizados pelo governo para justificar um novo ciclo de desenvolvimento seria o fato de terem feito um maior investimento em obras de infraestrutura por meio dos PAC. Gonçalves discorda dessa afirmativa e aponta o programa como uma coletânea de projetos desorganizados, os quais foram selecionados com o intuito de liberação de recursos públicos para projetos que identificavam mais interesses políticos, do que crescimento para o país. Além disso, destacamos a importância desse programa para o lançamento da então futura

presidente Dilma Rousseff, que no lançamento desse projeto era ministra-chefe da Casa Civil.

Ao tratar do governo Dilma (1º mandato), Gonçalves o classifica como a “apoteose da mediocridade”, baseando-se na taxa média de crescimento do PIB que durante o seu governo foi de 2%. Ao comparar o mandato da presidente com todos os outros presidentes do Brasil, Dilma estaria na terceira pior colocação, perdendo apenas para Fernando Collor e Floriano Peixoto. Além disso, ela está entre “Os governos que atingiram a apoteose da mediocridade, que são – além dos governos com queda do PIB durante os mandatos, Fernando Collor (-1,3%) e Floriano Peixoto (-7,5%) -, Venceslau Brás (2,1%) e Dilma Rousseff (2,0%)” (idem, 2013b, p.5).

Também ao fazer uma análise do período dos governos PT, Gonzalo Rojas identifica que foi feito o uso de um discurso ideológico que lança a ideia de governo pós-neoliberal, mas afirma que isso não passou de uma tentativa de falsear a realidade, que na verdade é marcada pelo fortalecimento da burguesia interna, sem a retirada da hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional, portanto, não há mudança de modelo de desenvolvimento no país, mas uma mudança que serve de princípio para a reprodução do modelo neoliberal. Conforme aponta o autor,

Na bibliografia geral, afirma-se que nos discursos desses governos existe uma mudança na retórica frente ao modelo neoliberal, o que é um elemento ideológico e político significativo, mas não substantivo. No Brasil, isto está expresso na formulação da necessidade de erradicar a fome, no apelo aos pobres, inclusive na crítica as privatizações; [...] (ROJAS, 2014, p.22).

Ao lançar olhar sobre a realidade fica evidente que o rompimento com o neoliberalismo é pura retórica, visto que as PPPs estão presentes em diversos serviços como a saúde e a educação. O projeto defendido pelos governos do PT, como citado anteriormente, mostra seu esgotamento a partir do aprofundamento da crise que se inicia em 2008, e assim como esse discurso pós-neoliberal se espalhou por algumas nações latino-americanas, seu fim também vai afetar os países que aderiram ao neodesenvolvimentismo.

A crise do capitalismo afeta diretamente a forma de se governar, pois os administradores do Estado são obrigados a gerenciar suas nações de uma maneira em que seja retardado ao máximo os reflexos da crise em seus mercados para que a burguesia interna e o capital internacional não vejam suas taxas de lucros diminuídas.

Dessa forma, os trabalhadores são os primeiros a sentir os efeitos da crise, pois para a manutenção do bom funcionamento do mercado, os direitos dos trabalhadores são os primeiros a serem afetados.

No caso do Brasil, podemos notar o esgotamento do neodesenvolvimentismo, primeiramente pela estagnação dos investimentos sociais e do salário mínimo, uma ampliação do desemprego, alta da inflação, redução do consumo, diminuição de acesso ao crédito, etc. Percebemos o fim de um ciclo baseado no consumo e na restrição de direitos, se limitando a retirada de direitos dos trabalhadores.

Rojas nota esta tendência desde o primeiro mandato do governo Dilma, e independente do resultado que tenhamos visto nas urnas, o autor indica o esgotamento do Projeto Democrático-Popular (PDP), defendido ideologicamente pelo PT, mas que não conseguiu materializar muitas propostas. Assim afirma,

Assistimos ao esgotamento do projeto conhecido historicamente como democrático popular, de base operário e popular hegemônico pelas frações burguesas vinculados ao capital financeiro nacional e internacional e às grandes burguesias internas brasileiras num país como o Brasil, que não coloca em questão a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo e que se nega a assumir sua situação de semicolônia, o que permitiria sob a direção da classe trabalhadora empreender uma luta anti-imperialista e socialista consequente (2014b, p. 2).

Mesmo sendo um projeto de cunho democrático, o PDP não conseguiu de materializar durante os governos do PT, a burguesia brasileira é tão conservadora que sequer suporta medidas democráticas, e no primeiro sinal de crise exige ajuste fiscal e retirada de direitos por parte do Estado, o que demonstra claramente que os limites do capitalismo brasileiro em decorrência da conjuntura internacional e da tomada de medidas dos governos do PT imprimiu limitações que impediram uma transformação social no Brasil, mesmo que de cunho democrático.

Em consonância com Rojas, identificamos que esse seja um movimento mais geral que atinge também outros países da América Latina que optaram por uma inflexão do modelo neoliberal, uns com medidas mais exitosas que outros.

O projeto de governo hegemonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) se esgotou em termos políticos. Mas estamos assistindo a um fenômeno político mais geral na América Latina que poderíamos chamar de início do fim do ciclo de um conjunto heterogêneo de governos que se apresentavam com alguns elementos discursivos, em maior ou em menor medida, como críticos do neoliberalismo, sejam em versões autodenominadas “neodesenvolvimentistas”, como no Brasil e na Argentina, ou “nacionalistas”, como nos casos da Venezuela, Bolívia ou Equador. Essa é uma tendência geral, reconhecendo que cada um desses governos tem especificidades expressadas pela particular relação entre as alianças de classes e frações de classes no bloco no poder em suas respectivas formações econômico-sociais (ROJAS, 2014b, p.1).

Mesmo com reformas pontuais, na iminência da crise, os governos do PT, que enfrentam a junção de uma crise econômica com uma crise política, apontam num fim de ciclo, não uma estratégia de articulação e levante da classe trabalhadora, mas aponta uma saída à direita, com tomadas de decisões que aprofundam e fortalecem o neoliberalismo.

O fim do ciclo neodesenvolvimentista é marcado pelo aprofundamento do desemprego, a estagnação dos índices de pobreza, a contenção do valor do salário mínimo e a alta da inflação, deste modo, todas as melhorias alcançadas durante os governos do PT pela classe trabalhadora foram detonadas em nome da contenção de gastos e da manutenção dos lucros para o mercado.

A preferência por defender os ganhos da burguesia em detrimento dos ganhos dos trabalhadores está presente no PT desde a sua guinada à direita. Prova disso foi seu “pacto acima das classes” realizado com o PMDB e outras bancadas, em nome de uma boa governança, que acabou por enfraquecer toda a esquerda brasileira e ampliar o conservadorismo e patrimonialismo impresso na política brasileira.

O PT cavou a própria cova, além de se aliar ao coveiro (PMDB), ofereceu os instrumentos para que construíssem o seu túmulo⁷⁰: não realizou a reforma midiática, não fez reforma política, e ainda ofereceu grande isenção de impostos a emissoras que, por exemplo, haviam apoiado a ditadura militar, como é o caso da rede globo de televisão.

O processo de mudanças pelo qual passou o PT, apesar de ter ocorrido também por influências externas, contou principalmente com o desencontro interno dos seus valores fundamentais, bem como pela preferência dos representantes do partido em ocupar cargos e posições de destaque na política, em detrimento de realizar um processo sério de politização e construção de uma base popular para o partido.

Ao contrário disso, como indicamos anteriormente os governos do PT fizeram uso de um discurso que visava não só esconder a realidade, mas convencer a população de que o partido continuava a atuar no campo da esquerda, enquanto realizava uma prática em defesa do neoliberalismo, o que garantiu sua continuidade à frente do Estado brasileiro. Nas palavras de Ribeiro da Luz,

O lulismo – como fenômeno hegemônico gerido pelo lulo-petismo, dirigido pelo grande capital e respaldado por políticas sociais compensatórias que lograram a fiança eleitoral e aprovativa das classes subalternas – foi uma forma de adesão simpática à esquerda sem politização. No entanto, opera politicamente ao centro e à direita. Quando fala de si mesmo, mostra-se apenas como reflexo de um espelho invertido. A hegemonia lulista foi a forma política de internalização e generalização molecular do regime de acumulação neoliberal. [...] Enquanto tiverem direitos e ganhos históricos para se destruir, as políticas sociais que marcaram o lulismo seguem cumprindo papel fundamental de apassivamento social. Além do mais, custam muito pouco ao Estado e ao capital (2016, p. 72-73).

Desta forma, fica claro que a partir das ações dos governos do PT foi possível realizar um aprofundamento das medidas neoliberais sem nenhum enfrentamento de classes, visto que com a estratégia ideológica de falsear a realidade, principalmente

⁷⁰ Referimo-nos aqui ao processo de Impeachment realizado contra a presidente Dilma, idealizado pelo PMDB e PSDB, os quais receberam apoio da rede Globo no sentido de oferecer informações seletivas e manipuladas aos espectadores no que se referia ao processo de investigação da Operação Lava-Jato, bem como do processo de investigação das “pedaladas” realizadas durante o mandato de Dilma.

pela melhoria dos índices de medição da pobreza, através dos PTRM, o partido conseguiu manter a calma nos movimentos sociais e completar com maestria a instauração do modelo neoliberal no Brasil, realizando exatamente o oposto do que um dia esperaram seus apoiadores.

O discurso ideológico foi à base de sustentação dos governos do PT que tiveram como apoio a classe trabalhadora desorganizada e despolitizada. Inclusive, ao tratar de organização de base popular, o PT não realizou nenhuma ação no sentido de politizar sua base de eleitores, ou de organizá-la no sentido de tomada de consciência, ao contrário, assistimos a um processo de despolitização que foi capaz de fortalecer movimentos de direita e conservadores. O PT manteve sua base de apoio à custa da política do pão e circo, com os PTRM manteve um amplo apoio de uma base de trabalhadores passivizados.

Nesse sentido, entendemos que enquanto estratégia de dominação de classe, o neodesenvolvimentismo permitiu aos governos do PT fazer uma auto maquiagem, principalmente no que tange as questões de combate a desigualdade, nas quais o partido se apoiou e fez questão de publicizar, sem levantar, em nenhum momento, a questão fundamental da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, ou sequer de incluir no debate uma questão mais simples como a taxa de grandes fortunas, o partido optou pela via mais fácil e mais tradicional: angariar votos a partir de políticas compensatórias e pela manipulação popular, ou como diria Gramsci optou pela “linha de menor resistência”. De acordo com Ribeiro da Luz,

As expressões periféricas da desigualdade social são então, o martelo pelo qual o PT finca todas as estacas propagandistas, mesmo quando sua forma de governar alimenta e aprofunda a desigualdade social. O petismo só pode ser mantido e alimentado pela constante atualização dos aspectos falseadores criados em torno da desigualdade (2015, p.74).

Em sua pesquisa Ribeiro da Luz levanta uma questão interessante e bastante fundamentada: no Brasil teríamos presenciado a redução da desigualdade de renda, com um concomitante aumento da desigualdade social? É instigante analisar a realidade por essa linha de pensamento, visto que a contrarreforma efetuada pelo

PT inseriram a classe trabalhadora na lógica do mercado via a lógica do consumo, sem tocar no que concerne minimamente à constituição de direitos sociais.

Desde que o PT chegou ao poder, não vimos sequer à realização de ações de reforma agrária, não assistimos a efetivação dos direitos garantidos na Constituição de 1988, ao contrário, os pouco diretos antes conquistados foram reduzidos a práticas assistenciais ou massacrados pouco a pouco por um governo intitulado de esquerda, mas que na sua concretude trabalha duro para a manutenção e aprofundamento de um modelo que reafirma o massacre a vida dos trabalhadores: o neoliberalismo.

Como foi apontado anteriormente, a lógica do consumo serviu de interface entre o PT e sua base. O consumo foi estendido às camadas mais pobres da população, de forma que desde o interior do nordeste, aos municípios do extremo norte era possível que os trabalhadores precarizados acessassem a uma renda financiada pelo Estado, fosse pelos PTRM, fosse por empréstimos ou redução de impostos em bens de consumo duráveis.

Ao contrair empréstimos, ou compras parceladas, ou seja, ao se endividarem, os trabalhadores usuários dessas políticas de expansão de consumo, se inserem numa lógica onde são obrigados a se submeter de maneira mais exponenciada as formas de exploração de trabalho, visto que contraem dívidas que demoram anos a ser pagas e que comprometem boa parte dos seus salários. Assim, os trabalhadores se veem obrigados a aceitar quaisquer formas de exploração de sua força de trabalho.

Como sinalizamos no primeiro capítulo, no neoliberalismo o capitalismo potencializa as formas de exploração da força de trabalho e extração da mais-valia, principalmente pelas formas de administração da força de trabalho. O toyotismo foi o modelo de administração e gestão da força de trabalho que se associou perfeitamente ao neoliberalismo, tanto pela otimização do tempo gasto com trabalho que permite uma produção mais rápida e eficiente, como pela flexibilidade exigida nas formas de contratação da força de trabalho, o que diminui os gastos com direitos trabalhistas e sociais.

Esse modelo de produção oferece variações nos modelos e nas cores dos objetos produzidos, trabalha com a produção *just-in-time* que objetiva a não

formação de estoques, se utilizava de sinais luminosos que determinam a intensidade e a forma como o trabalho deve ser executado, o trabalhador passa a ser multifuncional, ficando responsável pelo desenvolvimento de várias atividades, inclusive a de fiscalizar o trabalho dos colegas de setor. A lógica do toyotismo foi baseada no conceito de *lean production*, ou seja, buscou “enxugar” ao máximo o número de funcionários, sem causar prejuízos na produção.

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2006, p.53).

A inserção da produção num modelo flexível, permitiu também a flexibilização dos contratos de trabalho, a redução de direitos trabalhistas e de postos de trabalho.

A velocidade que consumimos é a mesma em que nos endividamos. O neodesenvolvimentismo a partir da ampliação do acesso ao crédito e aos PTRM permitiram que a lógica do consumo desenfreado fosse espalhados por todos os cantos do Brasil. Ao mesmo em tempo em que temos uma melhora da situação de vida via o acesso ao consumo, percebemos uma maior precarização da vida social e uma maior intensidade nas formas de exploração do trabalho.

Apesar de custarem pouco para o Estado, as singelas reformas realizadas pelos governos do PT mostram seu esgotamento diante da crise. A superexploração, a precarização e a redução da vida social ao espaço de trabalho continuam, mas o acesso ao consumo, ao emprego, e as políticas sociais está cada vez mais reduzido, numa conjuntura em que líderes declaradamente de direita e conservadores⁷¹ assumem a direção do Estado e diariamente anunciam cortes de direitos sociais.

Retificamos que enquanto uma falácia utilizada para a manutenção do modelo neoliberal, o neodesenvolvimentismo cumpriu o seu papel, pois diante de uma

⁷¹ Referimo-nos aqui a Michel Temer e Cia, que como apontado no capítulo anterior, destituíram a presidente Dilma dessa condição no dia 12/05/2016, a partir de um golpe institucional e político planejado, principalmente, pelos partidos PMDB e PSDB.

proposta de novo modelo de desenvolvimento, de uma mudança, conseguiu conservar a essência neoliberal e garantir sua permanência, mesmo que isso tenha custado um preço alto a ser pago pelo PT e pelos próprios trabalhadores que entraram nessa empreitada sem ao menos imaginar que ao final de tudo estariam com déficits no lugar de ganhos.

No entanto, desde 2013, notamos uma tendência ao fim desse programa gerido pelos governos do PT com o apoio de frações da burguesia e da classe trabalhadora desorganizada. O golpe institucional e político realizado pelos partidos do PMDB e PSDB com a clara intenção de interromper a autonomia das investigações da Operação Lava-Jato e de completar o ajuste fiscal iniciado pela presidente Dilma, marca nitidamente o fim do neodesenvolvimentismo a partir do recrudescimento do neoliberalismo.

A questão a ser levantada é: se ainda estivesse no poder, Dilma teria articulação e força política o suficiente para abrandar as medidas neoliberais que amplia os retrocessos no campo do trabalho? O PT conseguiria articular os trabalhadores numa frente que exigisse, minimamente, que se mantivessem os direitos conquistados?

Tais questionamentos nos levaram ao caminho de construção teórica-metodológica do nosso objeto de pesquisa. Ao problematizar como os governos do PT nunca deixaram de retirar direitos da classe trabalhadora, mas atrelavam isso a melhorias como o aumento do salário mínimo, dos programas sociais e a ampliação do consumo, o que atualmente foi substituído por um quadro de evidentes retrocessos, aumento do desemprego, estagnação do valor do salário mínimo e dos gastos sociais, redução do consumo via o aumento da inflação, redução do acesso aos PTRM e ao crédito.

Neste sentido, o nosso problema de pesquisa consiste em indagar à realidade sobre os fundamentos econômicos que reivindica a subsunção e passivização dos trabalhadores sob o governo Lula-Dilma e investigar este fenômeno enquanto parte da dinâmica política no bloco social neoliberal.

Assim, com base na análise das determinações reais, podemos inferir um retorno às bases do neoliberalismo ortodoxo mais puro, sem intervenções do Estado no que concerne às expressões da questão social. O PT preparou o terreno para o

golpe, mas são os trabalhadores que pagam a conta, pois o ciclo que se inicia com o fim do dito neodesenvolvimentismo, já dá provas que será uma época de inúmeros retrocessos e perda de direitos sociais, um projeto administrado pela direita mais conservadora que já começa com um ataque intenso ao que restou dos direitos do trabalho.

3.2 O OUTRO LADO DA MOEDA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, DIMINUIÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS.

A flexibilização dos direitos do trabalho é uma realidade que acompanha a história do nosso país, aqui no Brasil quase sempre foi possível comprar força de trabalho por fora da legislação, por fora dos acordos coletivos, à falta de rigidez no que concerne as leis do trabalho, de um jeito ou de outro, prevalece nos contratos de trabalho, na forma de pagamento de salários e na forma de prestação de trabalho.

O argumento de que a legislação que protege o trabalho acarreta problemas na hora de se contratar força de trabalho também é usual no nosso cotidiano, é fácil encontrar um empresário que diga que um trabalhador custa muito caro e que se os impostos que ele paga fossem investidos em aumento de salário ou empregado em novas formas de produção, lhe renderia muito mais.

A discussão da flexibilização dos direitos no campo do trabalho é constante, e aparece de maneira mais intensa em momentos de crise, quando a culpa nunca é do sistema capitalista, mas sempre dos encargos do trabalho, dos investimentos sociais, do gasto com o funcionalismo público.

Seguindo essa linha de raciocínio, desde que os direitos do trabalho passaram a vigorar – nos países de capitalismo central desde o século XIX, por exemplo em 1802 na Inglaterra, temos uma lei que trata da regulação da jornada de trabalho. Aqui no Brasil as leis trabalhistas datam do final do século XIX e em momentos de crise eles sofrem a investida do capital no sentido da flexibilização.

Desta forma, cada país foi construindo sua legislação trabalhista conforme a organização dos trabalhadores, e é importante frisar: sem a intervenção dos

sindicatos e da classe trabalhadora organizada, não teríamos direitos e regulação trabalhista, pois ao capitalismo não interessa reduzir jornadas e aumentar salários, mas buscar formas de ampliar a extração da mais-valia, pagando o mínimo para que o trabalhador possa voltar e trabalhar no outro dia.

Em 1919, como parte do Tratado de Versalhes foi criada a Organização Internacional do Trabalho – OIT que instaurou direitos do trabalho em âmbito internacional, no intuito de reduzir os atritos entre a classe trabalhadora e os capitalistas, que foram vistos como causa do desequilíbrio econômico da época.

Como apontado anteriormente, nos momentos de crise é sempre usual que as leis que protegem o direito ao trabalho⁷² sofram investidas no sentido de serem flexibilizadas, e atualmente não é diferente, pela conjuntura que estamos vivenciando no Brasil percebemos que diariamente o trabalho sofre investidas no sentido de termos direitos conquistados a duras lutas sendo diluídos em nome da salvação do capital.

No entanto, a flexibilização e a retirada de direitos dos trabalhos não foi uma realidade exclusiva do governo FHC, é um fato que observamos mais fortemente nos anos 1990, mas que teve continuidade durante os governos do PT tanto nos governos de Lula, como nos de Dilma.

Isso deixa claro que o nosso objeto de pesquisa se coloca no centro da contradição que se apresenta nas relações entre o Estado na gerencia do PT e as frações de classe do bloco no poder, os quais jogam um papel decisivo na ofensiva contra os trabalhadores, e que só pode ser explicado através do transformismo que as forças progressistas comandadas pelo governo Lula implantou, como resultante

⁷² No Brasil desde 1888 com a abolição da escravidão e a vinda dos imigrantes europeus foi que começou a se falar em regulação do trabalho livre. Em 1891 foi promulgado o primeiro decreto que tratava sobre o trabalho de menores de 12 a 18 anos, mas só na Constituição de 1934 é que encontramos o trato aos direitos do trabalho no que se refere à jornada de trabalho de oito horas, fixação de salário mínimo, liberdade sindical, férias anuais remuneradas e disposições específicas sobre o trabalho feminino e infantil. Em 1º de maio de 1943 é criada a lei que reúne todas as disposições legais acerca dos direitos e deveres do trabalhador, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que regulamenta as relações de trabalho no espaço urbano e rural e vigora até hoje, mas que já comporta muitas mudanças em relação à versão original.

de uma “[...] unidade eclética do receituário-ideal do neoliberalismo com a consciência acrítica da socialdemocracia contemporânea” (CASTELO, 2012, 317).

Em termos mais concretos, faremos a apresentação de algumas contrarreformas no campo legal, que desde 2003 incidem diretamente nos direitos do trabalho e que foram conduzidas pelos governos do PT.

A flexibilização dos direitos do trabalho, desde a década de 1990 sofre uma intensificação com a chegada do neoliberalismo, que prega a saída do Estado nas regulações de contrato de força de trabalho. Desde então, o Brasil vem vivenciando, momentos de retrocessos no que concerne aos direitos do trabalho. Diante das medidas neoliberais tomadas por FHC nos anos 1990, Lula não fez por menos e tornou a década de 2000 também um momento de retrocessos de direitos sociais.

Nunca é demais lembrar que durante um longo período, mais especificamente na fase pós-ditadura, o Partido dos Trabalhadores (PT) representou a conjugação das forças progressistas nacionais em torno de um projeto político que indicava a ruptura com a histórica desigualdade social e a reprodução da heteronomia econômica na sociedade brasileira. Da mesma forma, no período dos dois mandatos de FHC, o PT liderou a oposição parlamentar e a resistência social aos ajustes estruturais na economias e às políticas neoliberais de privatização e de ajustes do Estado (MARANHÃO, 2014, p. 324).

Indo de encontro ao conjunto de ideias que defendeu, já no início do primeiro mandato, no ano de 2003, acompanhando as determinações do FMI, Lula conseguiu aprovar a reforma previdenciária, proposta ainda no governo FHC, mas que há muito vinha sendo barrada pelos próprios integrantes do PT dentro do parlamento. Segundo Fatorelli os principais objetivos da reforma previdenciária eram:

Privatizar a Previdência do setor público; Transformar o Regime de Solidariedade para um Regime de Financeirização sujeito a regras de mercado; Instituir imposto para os inativos – aposentados e pensionistas - sob a roupagem de “Contribuição”; Estabelecer idade mínima para aposentadoria; Reduzir o valor das pensões; Quebrar a paridade e a integralidade (FATORELLI, 2013, p.1).

No que concerne aos contratos de trabalho, a lei 11.196/2005 permite que sejam realizados contratos de “pessoa jurídica”, no qual o empregador tem muitas

vantagens como não pagar FGTS, INSS, férias, e não precisam assumir riscos por acidentes de trabalho, desta forma permite grande flexibilização nos contratos de trabalho, retirando do trabalhador garantias veladas pela CLT. Ao tratar da ofensiva do governo Lula aos direitos do trabalho, Boito Jr explica:

O governo Lula está mantendo a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais. Com efeito, o atual governo permite o desrespeito à legislação trabalhista, graças à política da omissão da fiscalização do trabalho, mantém os trabalhadores sem política salarial de reposição das perdas, realizou uma nova contra-reforma da Previdência que apenas retirou direitos dos trabalhadores, aprovou uma nova Lei de Falência que, a partir de certo montante, obriga a empresa, em processo falimentar, priorizar o pagamento de dívidas bancárias em detrimento do pagamento dos débitos com os trabalhadores, apresentou um projeto de Reforma Universitária que consagra o sistema superior privado e lhe concede novas vantagens financeiras e legais e depositou no Congresso Nacional um projeto de Reforma Trabalhista e Sindical que, ao mesmo tempo, mantém a estrutura sindical corporativa de Estado e flexibiliza o direito do trabalho (BOITO Jr., 2006, p.241).

São muitos os trabalhadores que estão submetidos à lógica da flexibilização, subcontratação e precarização do trabalho. São trabalhadores que tem suas condições de vida cada vez mais precarizadas e se encontram cada vez mais desprotegidos.

Ruy Braga (2012) nomeou estes trabalhadores de “precariado”⁷³, isto é, o proletariado precarizado”. O autor ainda aponta que esta precarização do trabalho não é um dado atual, mas uma realidade que os países periféricos já experimentam há um bom tempo.

Se a precariedade parece estar se transformando em um “registro ‘regular’ da organização” (Castel), ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais nos países capitalistas avançados, a verdade é que ela nunca deixou de ser regra na periferia do sistema (BRAGA, 2012, p. 19).

⁷³ “Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa” (BRAGA, 2012, p. 18).

Outro fato a ser destacado é que a precarização junto à flexibilização dos contratos de trabalho causam um aumento na taxa de rotatividade do trabalho, visto que o empregador pode demitir o empregado sem ônus algum. De acordo com pesquisa do DIEESE (2012), as taxas de rotatividade no Brasil foram de 46,6% em 2004, 52,5% em 2008 e 53,8% em 2010. Em estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2014), a taxa de rotatividade do trabalho chegou a 64% no ano de 2012.

Segundo Alves, os dados comprovam que “[...] o crescimento persistente das taxas de rotatividade do trabalho no Brasil demonstra a flexibilidade estrutural da força de trabalho no país” (2014, p.67).

Com o governo Dilma o desmonte continuou. Prova disso foram às novas regras de seguro desemprego que exigem maior número de meses trabalhados para liberação do benefício e pagamentos de parcelas proporcionais aos meses trabalhados e número de vezes de solicitação do benefício. As novas regras atingem também os pensionistas.

A partir de cálculos de proporção realizados com base no quantitativo de beneficiados do seguro desemprego no ano de 2014, é possível afirmar que em 2015 mais de dois milhões de trabalhadores ficaram sem acessar o benefício. O governo calculava que a economia com a retirada do pagamento dos benefícios seria na ordem dos 18 bilhões, só no ano de 2015.

Outra medida que está em proposta e esteve em votação no legislativo foi o Projeto de Lei 4330 de 2014, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Este Projeto de Lei vai permitir o avanço das relações terceirizadas de trabalho, bem como a subcontratação e por consequência, aprofundar ainda mais a precarização e as péssimas condições de trabalho. Vai ainda anular uma súmula que atualmente protege e garante ganhos a muitos trabalhadores. Segundo os sindicatos dos bancários e financeiros do estado de São Paulo,

Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considera ilegal a terceirização na atividade-fim do empregador, permitindo-a apenas nas atividades consideradas meio, ou seja, aquelas que, apesar de necessárias, não são inerentes ao objetivo principal da empresa. Se o PL 4330 for aprovado pelo Congresso Nacional, o entendimento do TST não mais valerá e cairá a Súmula 331, hoje única defesa contra a terceirização sem limites (2015, n/p.)⁷⁴.

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o salário de trabalhadores terceirizados é 24,7% menor do que os contratados diretamente; especificamente no setor bancário, essa diferença chega a ser de 2/3, e a taxa de rotatividade chega a ser o dobro dos trabalhadores contratados diretamente pelas empresas. Ainda segundo os dados do MTE, entre os anos de 2010 e 2014, 90% dos casos registrados de trabalho em condição análoga a de escravidão ocorreram com empresas terceirizadas.

Segundo Alves, as transformações que ocorrem no capitalismo e, principalmente, pelas mudanças na forma de gerenciamento e exploração da força de trabalho, que perpassam as condições de dominação e controle a todo o espectro da vida social. Dessa forma, o trabalhador passa a ter um modo de vida cada vez mais estranhado, mais precarizado, sem acesso a direitos trabalhistas e sociais. Nas palavras do autor,

Ao alterar-se o significado de *trabalho precário*, que tornou-se *trabalho atípico*, trabalho sem direitos, instaurou-se o que denominamos *segunda geração da precarização do trabalho* onde precarização do trabalho significa corrosão do estatuto salarial regulado. Assim, precarização do trabalho passou a significar o “retorno” à condição originária da exploração capitalista como precariedade salarial extrema. Entretanto, a rigor, não ocorreu um “retorno”: a precariedade salarial extrema nas condições do capitalismo desenvolvido é uma condição mais degradante do que as primeiras modalidades históricas de exploração do trabalho, tendo em vista o patamar de desenvolvimento civilizatório e o alto grau de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. O estranhamento social tornou-se mais agudo e profundo no século XXI, na medida em que precarização salarial nas condições do capitalismo mais desenvolvido, ocorreu numa etapa histórica de altíssima produtividade do trabalho (ALVES, 2014, p.43).

⁷⁴ Disponível em: <http://www.spbancarios.com.br/Pagina.aspx?id=357>. Acesso em 20/05/2015.

A prezarização das condições de trabalho continua, mesmo com um marco civilizatório no capitalismo. A retirada de direitos estão na ordem do dia e nos possibilitam inferir que não há limites para a ofensiva do capital sobre o trabalho. No que diz respeito ao movimento de contra-reforma, iniciado por Collor e aprofundado por FHC, os governos do PT não deixaram por menos. Gomes afirma que,

O saldo do balanço do governo Lula no primeiro mandato (2003/2006) não se diferenciou da estupidez política comandada pelo presidente Cardoso. O governo petista não programou nenhuma política para dificultar a livre movimentação de capital estrangeiro no país. Ao contrário, os fluxos de investimentos diretos em aplicações em títulos da dívida pública e bolsa de valores, com destaque para a aquisição de empresas nacionais e estatais, ascenderam a um patamar elevado até o final do primeiro período do governo (2013a, p. 111).

Ao que segue afirmando:

Na conjuntura da América Latina, o governo Lula (2002-2010) não assumiu posições antimperialistas nem anticapitalista; ao contrário, favoreceu a expansão da acumulação capitalista, o que demonstra o giro à direita que o Partido dos Trabalhadores (PT) veio dando ao longo de sua trajetória (2013a, p. 110).

A proposição das mudanças realizadas durante os governos Dilma é possível afirmar que a então presidente seguiu o mesmo curso do governo Lula, não rompeu com o ideário neoliberal. Foi elementar indagar como seria o término do segundo mandato da presidente Dilma e se haveria ainda mais desmontes para com a já reduzida lista de direitos do trabalho. Além do enfrentamento de uma forte crise de representação política, o PT teve que enfrentar uma crise internacional do capitalismo, o que para alguns estudiosos (OLIVEIRA, COUTINHO, ROJAS) marcou o fim de um ciclo, a finalização do neodesenvolvimentismo do PT à frente do Brasil; o que ratifica o nosso objeto de estudo.

O que aconteceu no Brasil durante os anos de governo do PT foi o que Chico de Oliveira denominou de *hegemonia às avessas*, na qual um representante de um projeto democrático e popular toma a direção do Estado, como aparência, mas na verdade, as decisões conduzidas não são em favor da classe trabalhadora,

ao contrário, defenderam a continuação da hegemonia burguesa e neoliberal. Nas palavras do autor:

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. [...] Não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA C., 2010, p. 26-27).

Também Carlos Nelson aponta, que durante as eleições no Brasil em 2002 (PT x PSDB), não estavam em confronto dois projetos diferentes de hegemonia, a disputa se concentrou entre dois partidos que não apresentam propostas diferentes de Estado, mas sim que trazem diferenças na forma de fazer da pequena política. Dessa forma durante os governos PT o que esteve em vigência foi à hegemonia da pequena política. Segundo Coutinho,

A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas (2010, p.30-31)

Contudo, apesar da hegemonia que o PT apresentou na última década, para alguns estudiosos há indícios que esse ciclo está chegando ao fim. Na avaliação de Gonzallo Rojas (2014), foram quatro os motivos que levaram a crer que estávamos vivenciando a decadência do PT e do projeto de desenvolvimento colocado em pauta durante esses mais de doze anos. De maneira resumida:

1) [...] A tentativa de uma democratização sem ruptura do Estado no marco de um programa democrático popular, se esgotou nos limites estruturais das possibilidades de ação política nos marcos do Estado burguês e da governabilidade. 2) [...] A dificuldade do Partido dos Trabalhadores (PT) de manter seus patamares históricos em termos de votação e seu afundamento como força política no Estado de São Paulo, centralmente em seus bastiões operários fundacionais. 3) [...] A subestimação do impacto eleitoral das jornadas de junho de 2013 e sua pauta progressiva que não foi resolvida, que continua em aberto. O PT em junho de 2013 perdeu o monopólio das ruas. 4) [...] As direções sindicais governistas estão sendo fortemente questionadas nas lutas concretas, o que dificulta o papel assumido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos últimos anos como contenção e distorção das lutas entre os trabalhadores para a defesa da política dos governos petistas no interior da classe trabalhadora (ROJAS, 2014, p. 2-3).

Quanto ao fenômeno das jornadas de junho de 2013, Jaldes Meneses já fazia análises que apontavam a derrocada da presidente Dilma, caso ela não retomasse uma política nitidamente de esquerda. Em suas palavras:

Há dias que valem anos. Mais de um milhão de pessoas já foram às ruas de norte a sul, e nada disso acontece impunemente. Em duas semanas, a sociedade nas ruas mudou a correlação de forças políticas no Brasil. Basta ver o conteúdo das reivindicações, com uma nítida inflexão à esquerda. Ainda mais: ou Dilma faz uma inflexão também a esquerda, ou irá ao buraco com Collor, Sarney, Renan e outro cadáveres políticos que lhe dão sustentação (MENESES, 2013, n/p⁷⁵).

Ao contrário do que Meneses sugeriu, o Estado brasileiro colocou em pauta medidas de recrudescimento do modelo neoliberal. Nesse sentido, podemos dizer que o Brasil está passando por uma fase em que se percebe algo além de uma crise política, crise econômica e institucional. Em se tratando de economia, o ano de 2015 já iniciou registrando o maior índice de inflação dos últimos 12 anos, mais um argumento que pode estar comprovando o fechamento do ciclo do PT, além do afastamento da presidente Dilma, que teve sua aprovação rebaixada. Segundo pesquisa da Datafolha, realizada em fevereiro de 2015,

⁷⁵ A lógica do protesto. Jaldes Reis de Meneses. 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://jaldes-campodeensaio.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2013-07-12T22:05:00-07:00&max-results=37&start=16&by-date=false> Acesso em: 25/06/2016

No início do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) atingiu seu pior índice de aprovação desde que tomou posse, em janeiro de 2011. Atualmente, 23% dos brasileiros adultos avaliam a gestão da petista como ótima ou boa, enquanto 44% a consideram ruim ou péssima. Há ainda 33% que avaliam o governo Dilma como regular, e 1% não opinou. Na comparação com dezembro de 2014, houve queda expressiva na taxa de aprovação da presidente (à época, 42% consideravam seu governo ótimo ou bom), e alta na reprovação (24% de ruim ou péssimo, 20 pontos a menos do que atualmente). Na série histórica de avaliações do governo Dilma, seu pior índice de aprovação, até então, havia sido registrado no final de julho de 2013 (30%), e o seu melhor índice, em março do mesmo ano (65%) (Datafolha, 09/02/2015).

Em agosto de 2015 o Datafolha divulgou uma pesquisa de opinião que mostrava que 71% dos brasileiros entrevistados julgavam o governo da então presidente Dilma, como ruim ou péssimo. Em março de 2016, no calor das manifestações pró-impeachment esse número era de 69%, já os eleitores que aprovaram o impeachment estavam entre 60% e 65% do total de entrevistados entre março e abril de 2016.

Em abril de 2016 o Datafolha realizou outra pesquisa entre manifestantes pró e contra o impeachment, e conseguiu quantificar que nenhum dos dois lados apoiava a tomada de poder por Michel Temer (2016 até o momento), visto que 66% dos entrevistados defendiam o afastamento de Michel Temer do seu cargo de vice-presidente, o que o coloca num patamar de rejeição tal qual o de Dilma.

Fica claro até aqui que o país está num momento complexo e cheio de possibilidades. Por enquanto o que presenciamos é uma saída à direita, mas a história não acabou e a próxima alternativa escolhida depende da luta de classes e dos sujeitos envolvidos nesta trama, além do cenário político e econômico no qual estaremos inseridos; o golpe traçado pela direita brasileira não é o fim da história.

Temer continua o desmonte dos direitos do trabalho. Durante pouco mais de dois meses assistimos ao arrefecimento do neoliberalismo e a indicações de contrarreformas que nos lembram de como era vendida a força de trabalho antes de qualquer regulamentação. No dia 08 de julho deste ano, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga, indicou o aumento da

jornada de trabalho para 80 horas⁷⁶ semanais baseado na mensagem que o então presidente Temer, ao assumir esse posto, mandou imprimir em ônibus e outdoors por todo o Brasil: “não fale em crise, trabalhe!”.

É ainda no sentido de diminuir os gastos com trabalho que foi implementada a MP 739, aprovada em 8 de junho de 2016, responsável por determinar mudanças no sistema previdenciário no intuito de restringir novos acessos a benefícios ofertados por incapacidade como é o caso do Benefício de Prestação Continuada – BPC, como também de cancelar o benefício de usuários que já o recebem por invalidez ou como auxílio-doença.

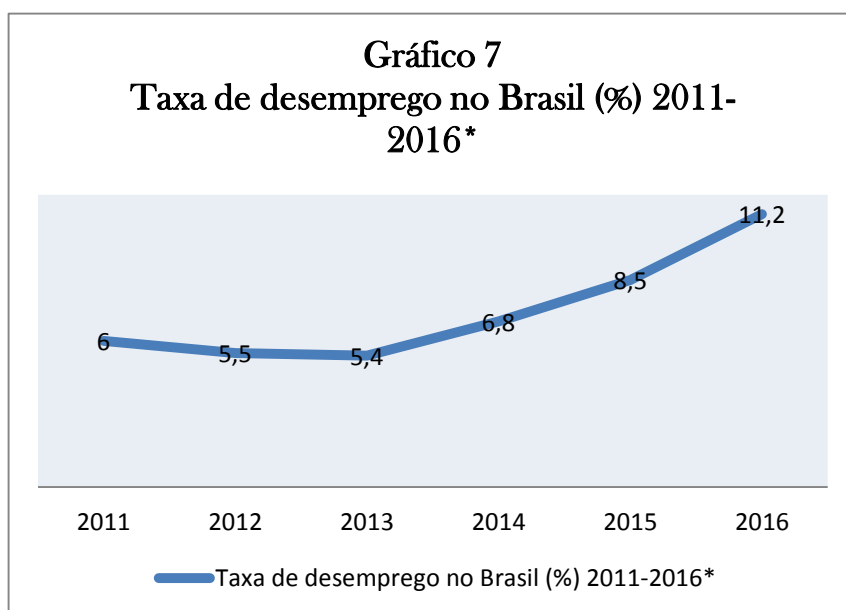
A MP 739 aumentou o tempo de carência para três tipos de benefício: para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença, o tempo mínimo de carência que era de quatro meses, foi ampliado para 12 meses; para as mulheres que precisam de licença-maternidade, o período de contribuição exigido era de três meses, e agora passa a ser de no mínimo 10 meses.

Ao tratarmos dos gastos sociais, desde a entrada de Temer há a tentativa de desviar uma porcentagem ainda maior do orçamento público para o pagamento da dívida, que já consome quase 50% desse orçamento. A antecipação da votação da PEC 241 ilustra isso muito bem, chamada de novo regime fiscal, visa congelar os gastos públicos nos próximos 20 anos, mas ao mesmo tempo possibilita que a DRU – Desvinculação da Receita da União suba de 20% para 30%, o que impacta diretamente no orçamento da seguridade social. Tal medida só tende a reduzir os gastos com políticas sociais e com o funcionalismo público e ampliar a quantia direcionada para pagar a dívida pública.

O que consta é que até aqui o PT, assim como os outros partidos que chegaram à presidência, tem se colocado como o gerente terceirizado do capital, tentando garantir de todas as formas que os ganhos obtidos pela elite nestes mais de doze anos à frente do país não sejam diminuídos. Por outro lado, salta a vista o fato de que os direitos que condizem ao trabalho são os primeiros a serem reduzidos ou mesmo anulados.

⁷⁶ Notícia Indústria sugere mudar leis trabalhistas e cita jornada de 80 horas por semana. <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/08/industria-defende-novas-leis-trabalhistas-e-cita-jornada-de-80h-por-semana.htm> Acesso em: 10/07/2016

Uma das questões orientadoras dessa pesquisa está justamente problematizada em torno dessa perspectiva. Ao apontarmos a tendência do fim de um ciclo que proveu algumas melhorias aos trabalhadores, percebemos como são esses os primeiros a serem retirados diante de uma conjuntura de crise. O desemprego vem mostrando uma alta que desde que os governos do PT assumiram em 2003 não era vista. É a quebra de um ciclo de dez anos. O gráfico 7 mostra a tendência crescente da taxa de desemprego desde o ano de 2014, encerramento do primeiro mandato de Dilma.



Fonte: IBGE. *Primeiro trimestre de 2016

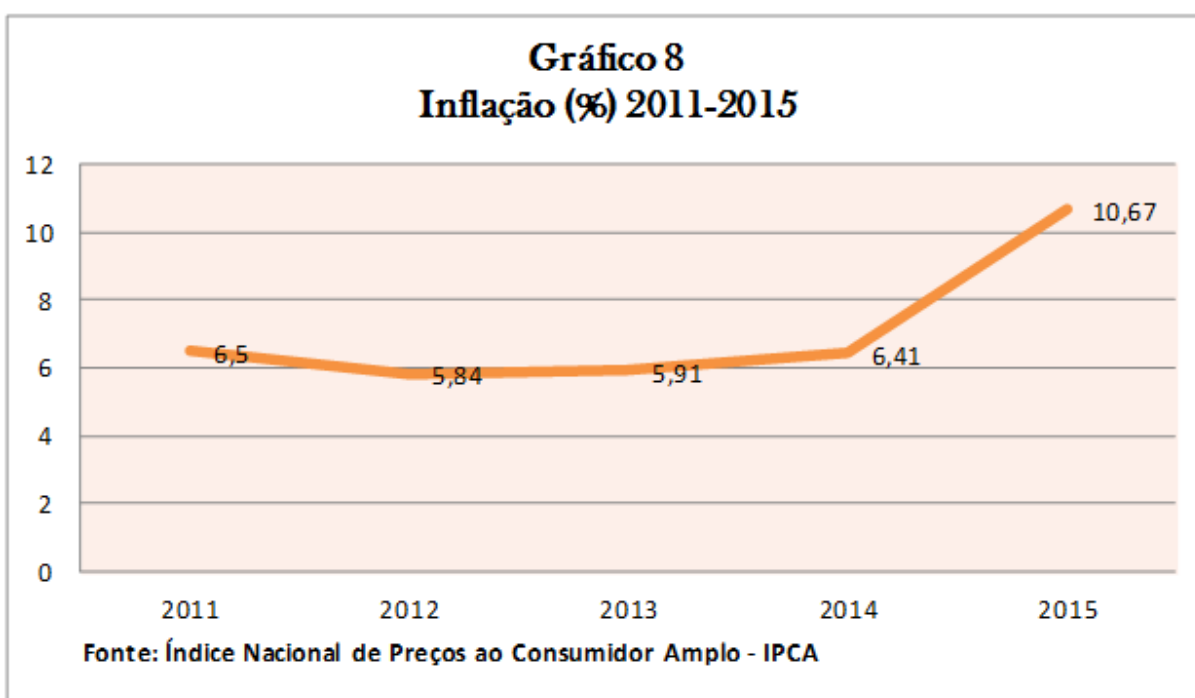
Podemos identificar, a partir do gráfico 8, que entre 2014 e 2016 a taxa de desemprego quase dobrou. Segundo o IBGE no primeiro trimestre temos 11,4 milhões de brasileiros desempregados, reflexo de uma conjuntura internacional de crise e também da crise política pela qual passamos, quadro que também reflete no comércio e indústria. Segundo Meneses,

Mais além de a nossa crise ser simplesmente do governo Dilma, do lulismo ou do PT, estamos no limiar de uma das mais graves crises da história econômica do Brasil: trata-se da exaustão do modelo da economia política das commodities, ou seja, do próprio conteúdo vigente de inserção do Brasil no comércio mundial, cujos resultados, agora revelados, foram a desindustrialização, o estímulo da demanda interna e uma nova economia agroexportadora de commodities minerais e agrícolas (2015, n/p⁷⁷).

⁷⁷ Meneses. 27 de agosto de 2015. Disponível em: <http://jaldes->

Essa crise reflete diretamente na diminuição do consumo. De acordo com os estudos de um economista da Fundação Getúlio Vargas – FGV, só o comércio deixou de movimentar mais de R\$ 12 bilhões por cada mês de 2016 devido à falta de compradores. A redução da massa de trabalhadores empregados aprofunda ainda mais o quadro de crise econômica.

A inflação também preocupa por demonstrar uma tendência de ascensão e por alcançar cifras que nos últimos dez anos, eram inimagináveis, a tendência a queda do consumo é reflexo também desse aumento que opera diretamente na mudança de preços dos produtos que chegam ao consumidor. O gráfico 8 abaixo demonstra como desde o ano de 2013 a tendência é de alta.



A redução do consumo pela alta da inflação traz implicações diretas ao setor da produção e dos serviços, pois se há uma redução do consumo diretamente haverá uma redução da produção e da quantidade necessária de funcionários para prestar serviço.

A falta de postos de trabalho aumenta os gastos do Estado com benefícios sociais, como é o caso do seguro desemprego e dos PTRM. É visível que os gastos sociais aumentaram durante os governos do PT, tomando como referência os dados

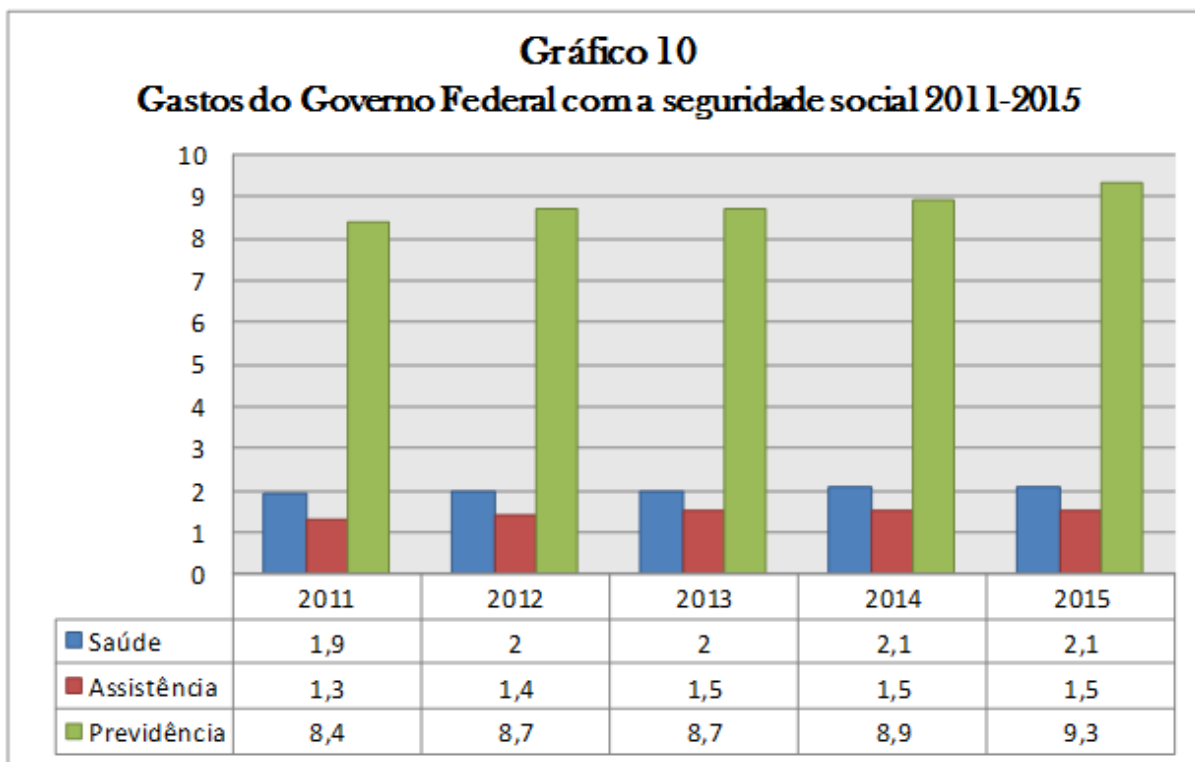
disponíveis no documento: “Gasto Social do Governo Central 2002-2015”⁷⁸, mas como veremos com os gráficos abaixo, esse orçamento ainda é limitado.



A linha crescente comprova que os investimentos se ampliaram, mas indica também que o aumento foi ínfimo em relação a outros investimentos, como veremos mais à frente.

⁷⁸ Todos os dados apresentados nos próximos quatro gráficos foram feitos com os dados presentes no documento “Gasto Social do Governo Central 2002-2015” Disponível em: www.tesouro.gov.br. Acesso em 02/07/2016.

No gráfico 10 podemos perceber como esse orçamento é distribuído pelas áreas da seguridade social⁷⁹, e como é pouca a quantia que o governo federal gasta com essas políticas sociais.



Apesar do aumento constante, ao analisarmos a realidade percebemos que as políticas sociais estão cada vez mais absorvendo um caráter focalizado e clientelista. O Programa Bolsa Família, por exemplo, até 2014 tinha como critério de seleção uma renda diretamente vinculada ao salário mínimo: a renda *per capita* da família tinha o teto máximo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

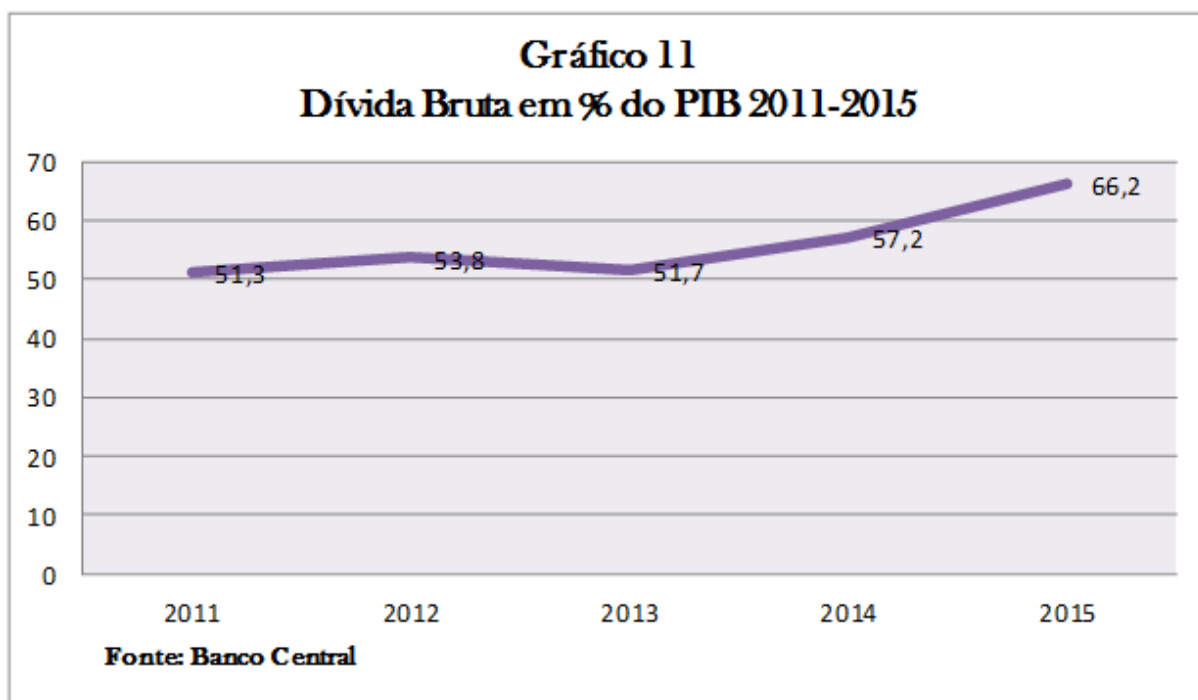
Atualmente, o valor máximo da renda *per capita* da família é de R\$154,00, o que focaliza ainda mais o programa, visto que se levasse em consideração o valor do salário mínimo, o teto estaria no valor de R\$ 220,00 e teria uma abrangência maior entre os usuários que precisam da assistência social.

Se fizermos um comparativo entre os gastos sociais e o gasto com o pagamento da dívida, teremos uma noção de como é absurda a diferença entre os dois investimentos. Por exemplo, em 2015 o governo federal investiu R\$ 109,1 bilhões nos gastos sociais, enquanto para o pagamento da dívida pública foi

⁷⁹ A seguridade social é composta pelas políticas da saúde, assistência social e previdência social.

destinado a quantia de R\$ 1,356 trilhão, e a maior contradição disso tudo é que a dívida pública nunca diminui, a cada ano que passa ela ocupa uma porcentagem maior do valor do PIB brasileiro.

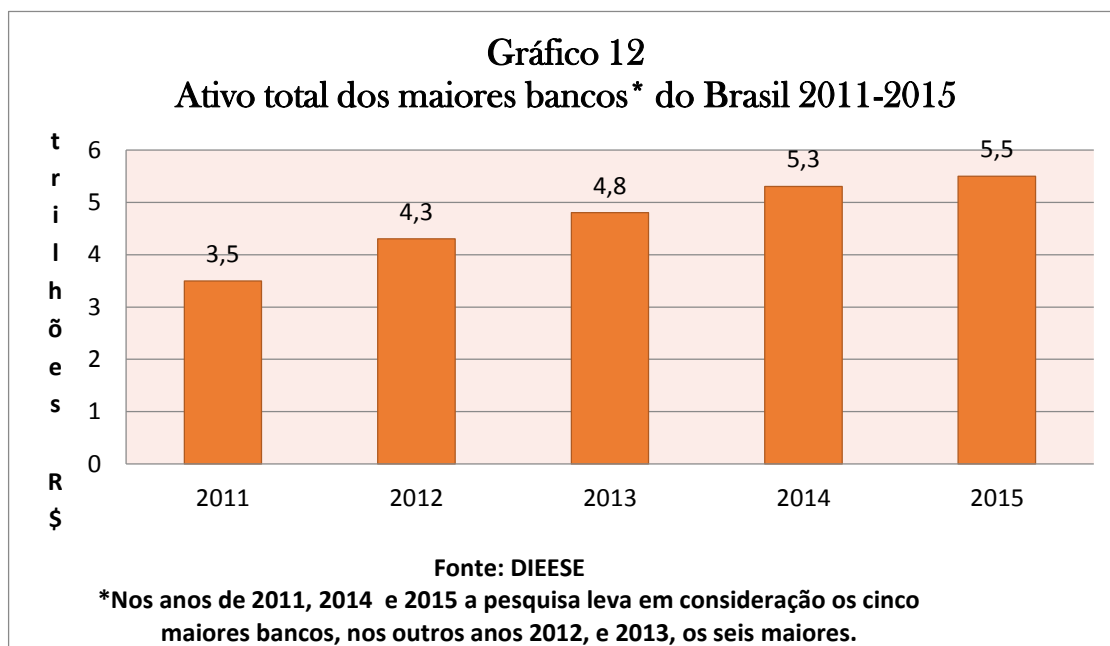
O gráfico abaixo demonstra como apesar do altíssimo investimento, a dívida parece não ter fim, e a cada ano consome uma maior porcentagem do orçamento.



Outro fato relevante que nos faz pensar para onde vai o dinheiro público é que enquanto estamos em crise, inclusive econômica, os bancos não param de aumentar seus rendimentos. Segundo uma matéria do Jornal Brasil⁸⁰, do dia 28 de janeiro deste ano, enquanto a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, divulgou que 2015 foi o terceiro ano consecutivo com queda no faturamento, e que somente neste setor, 45 mil postos de trabalho foram fechados, o banco Santander tornou público o seu balanço anual também de 2015, o qual mostrou que seu lucro na América Latina cresceu 10%, quantificando US\$ 3,47 bilhões. Especificamente no Brasil, o mesmo banco faturou US\$ 1,77 bilhão, uma alta de 13,5% em relação ao período anterior.

No gráfico 12 podemos ver como mesmo em momentos de crise o valor dos ativos dos maiores bancos do Brasil cresceu.

⁸⁰ “Bancos aumentam seus lucros enquanto Brasil registra recordes de desemprego”. Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em 05/07/2016.



Quando algum grande banco chega próximo à falência, é o Estado quem o “socorre”. Por diversas vezes o Estado comprou ações de bancos e de empresas no intuito de mantê-las ativas no mercado, uma contradição impressa no neoliberalismo, que preza pela desresponsabilização estatal, mas que nos maus momentos aceita toda forma de intervenção que reduza os prejuízos dos capitalistas.

Por toda a exposição feita até aqui, parece claro que o Estado conduzido pelos governos do PT não rompeu com o modelo neoliberal, mas ofertou algumas melhorias a classe trabalhadora, mesmo que em troca do fortalecimento do mercado interno, a partir da inserção do consumo, bem como pela passivização que os programas sociais causaram na classe trabalhadora.

A crise em que se encontra o país, não só coloca o Brasil numa conjuntura internacional complicada, mas marca o fim de um período marcado por altas taxas de emprego, baixa inflação e ampliação dos PTRM. Cenário contrário ao que vemos agora, no qual todos os indicadores apontam aumento do desemprego, alta da inflação e o anuncio de cortes no campo das políticas sociais, o que ratifica nossa hipótese de trabalho de que o neodesenvolvimentismo chegou ao fim e deixou o PT esfacelado, numa conjuntura de grande crise política, onde a maioria dos trabalhadores e do povo brasileiro não acredita mais nas instituições públicas, na política e ainda menos nos políticos.

Estamos num momento decisivo para as lutas de classes, a ofensiva do capital sobre os direitos do trabalho, nesse fim de ciclo, a cada dia se aprofunda e se intensifica, e a saída apresentada pelo Estado é o recrudescimento das medidas neoliberais. A organização dos trabalhadores pede emergência diante de tantos retrocessos, exige uma alternativa diante desse quadro, apesar da difícil configuração em que se encontram as instituições representativas dos trabalhadores como os partidos e os sindicatos.

Que alternativa teremos adiante, ainda não é possível de apontar, mas reiteramos que apesar da dinâmica da realidade não nos permitir agora tirar conclusões, nos indica o essencial: a construção de uma unidade de luta em torno da busca de novos direitos, bem como na manutenção daqueles que estão a ponto de serem retirados. Desta forma, afirmamos a necessidade da continuidade de análises sobre esse momento crucial para a organização e luta de classes no Brasil, os estudos acerca do tema tem relevância pela própria dinâmica conjuntural, que diariamente oferece novos elementos de análise.

Considerações finais

O objetivo desta dissertação foi fazer uma análise da realidade brasileira durante os governos do PT, partindo da categoria de crise, base das nossas análises, fundamentando-se no conceito do neoliberalismo, modelo apontado como melhor e única saída da crise dos anos 1980 e que está em vigência até os dias atuais.

Na pesquisa, verificamos como o neoliberalismo incidiu fortemente no escopo de direitos do trabalho que havia sido construído durante a Era de ouro do capital, tanto pela resistente organização da classe trabalhadora, como pelo papel atuante do Estado no que concerne aos direitos sociais. Desta forma, uma das primeiras medidas instauradas pelo neoliberalismo foi fragmentar e reduzir os sindicatos e movimentos sociais, para posteriormente flexibilizar e desregular os direitos do trabalho.

De início as estratégias neoliberais foram apontadas como a melhor saída para a crise, e apesar de não ter conseguido retomar as taxas de crescimento, o capitalismo conseguiu eliminar a opção de uma saída que não fosse uma reforma do próprio sistema. A década de 1990 foi intensamente marcada por medidas neoliberais por todo o mundo, aqui no Brasil o ápice do neoliberalismo aconteceu durante os dois mandatos de FHC.

Posteriormente, durante os governos do PT, houve uma inflexão desse modelo, no sentido de torna-lo mais “humanizado”, é o que identificamos como a estratégia neodesenvolvimentista, iniciada nos governos Lula com continuação nos mandatos de Dilma, mas que desde 2013 dá indícios de que encontrou os limites dentro do MPC.

O neodesenvolvimentismo, enquanto uma inflexão neoliberal propôs a construção de um desenvolvimento em conjunto com a construção da equidade social, para isso reconfigurou o papel do Estado que intervém na economia em momentos necessários, como nas crises, como também nas expressões mais significativas da questão social, por meio das políticas sociais e, principalmente, pelos mecanismos de transferência de renda.

O neodesenvolvimentismo foi apresentado como uma nova forma de administrar o Estado, como uma alternativa ao neoliberalismo, focando potencializar o desenvolvimento das potencialidades industriais e econômicas, sobretudo sem esquecer-se do campo social, assim, propondo assim uma melhoria dentro da ordem, sem reformas estruturais.

Fica claro durante a nossa exposição que o neodesenvolvimentismo divide opiniões entre os estudiosos, pois ao mesmo tempo em que há quem defenda que o conceito é uma alternativa ao neoliberalismo, há também quem exponha esse modelo como mais uma estratégia de revestimento das mazelas do capitalismo, em específico do modelo neoliberal, sendo identificada como uma prática ideológica que visa esconder a ofensiva realizada contra os direitos do trabalho.

Quando analisamos a gerência estatal nos países neodesenvolvimentistas, notamos que houve um aumento, mesmo que ínfimo, nos investimentos sociais, mas esses recursos foram principalmente alocados em Programas de Transferência de Renda⁸¹, que realizam uma transferência monetária do governo, diretamente para o usuário. Os programas têm condicionalidades para se inserir e se manter como usuário do benefício, como o acompanhamento nos serviços de saúde e educação.

Apesar dessa melhoria no campo social, o que se percebe é que essa renda transferida tem sido usada como um guindaste para melhorar os índices sociais dos países que aderiram a essa estratégia, que são estimuladas e financiadas pelo Banco Mundial. Estes mecanismos tem proporcionado uma ampliação na capacidade de consumo, um acesso mínimo ao mercado, sem, no entanto retirar seus usuários da condição de explorados a que são submetidos, e nem mesmo da condição de pobreza.

É importante frisar que apesar do argumento de que o PT acabou com a miséria no Brasil, o quadro de desigualdade no país ainda é extremo. Segundo o IBGE, em 2010 havia 16,27 milhões de brasileiros na pobreza extrema, o que demonstra que esses programas, apesar de se converterem em um complemento de renda, não tem a capacidade de retirar realmente as pessoas da condição de

⁸¹ Além do Bolsa Família no Brasil, temos o Progreso no México, o Bono Madre na Bolívia, etc. Constatamos a presença dos mecanismos de transferência de renda em 17 países da América Latina.

pobreza. Prova disso é que ao assumir a presidência, em 2011, Dilma Rousseff criou o Brasil Sem Miséria, programa que visa atender pessoas com uma renda *per capita* ainda menor que a dos usuários do Bolsa Família (renda inferior a R\$70,00 *per capita*). Assim, se o primeiro programa fosse realmente tão bem sucedido, esse critério de renda deveria aumentar e não diminuir.

A partir dos estudos realizados, pudemos identificamos ainda, que no Brasil a cooptação dos movimentos sociais esteve muito presente durante os governos do PT, principalmente pelas muitas expectativas criadas em torno da figura de Lula, um representante da classe trabalhadora que chegou a presidência. No entanto, com a cooptação de lideranças sindicais e dos movimentos sociais, o máximo alcançado por essas lideranças foi ocupar um cargo no governo, e ver suas principais lutas serem retiradas da pauta de atuação do governo.

Em consequência a essa cooptação, assistimos ao enfraquecimento dos movimentos sociais, a um processo de despolitização da classe trabalhadora, a desconstrução de uma base que poderia ter apoiado o PT em mudanças estruturais, mas, ao contrário, presenciamos o PT fortalecer uma base pragmática e desorganizada, que tinha como principal meio de troca os programas de transferência de renda, massificados pelos governos do PT.

Portanto, o momento em que se constitui a formação do neodesenvolvimentismo é marcado por mudanças pontuais que não tocam em questões históricas, como por exemplo, a reforma agrária, uma bandeira histórica defendida pelo Partido dos Trabalhadores, mas não realizada durante os governos Lula. Ao lançar olhar sobre alguns dados que se reportam a essa questão, podemos notar como a proposta de reforma agrária foi esquecida. De acordo com o IBGE, ao compararmos a realidade de 1950 com a de 2006, passadas mais de cinco décadas, podemos ver como a concentração de terra sofreu aumento na realidade brasileira, o índice de concentração passou de 0,84 para 0,854⁸².

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2010) só durante os governos Lula (2003-2010), os latifúndios⁸³ ganharam 100 milhões de hectares. Em 2010, as terras improdutivas ocupavam 40% das

⁸² Quanto mais esse índice se aproxima de 1 (um), maior a concentração de terras.

⁸³ Grandes propriedades rurais improdutivas.

grandes propriedades rurais no Brasil, ao todo eram 228 (em 2003 eram 133) milhões de hectares inutilizados, isso é, sem função social, disponíveis para reforma agrária de acordo com a Constituição, mas que não foram desapropriados pelo governo.

Durante os governos do PT o neodesenvolvimentismo mostra seu momento áureo onde a burguesia brasileira gozou de alto padrão de acumulação por “permitir” ao governo lançar mão de programas sociais de massa que constituíssem uma homogeneização das classes pela via do consumo, no entanto, em 2013, no primeiro mandato da presidente Dilma, notamos que a base de apoio do PT havia se esgotado, uma massa de trabalhadores, mesmo que sem direção, foi as ruas gritar as péssimas condições, o caos em que se encontravam as grandes cidades brasileiras, denunciando a falta de investimentos do Estado em políticas como a de transporte, saúde e educação.

Em 2014, vemos a explosão midiática de uma investigação que vinha sendo realizada desde 2009, contra doleiros, empreiteiros e políticos, todos ligados a um grande esquema de corrupção que já havia desviado bilhões dos cofres públicos. Em consequência dessa operação, em 2015, vemos novamente uma massa tomar as ruas em forma de protesto, dessa vez, não pede uma presença maior do Estado, mas a saída da presidente Dilma, uma classe média tradicional conservadora e raivosa, gritava imperiosa que queria Dilma fora do comando do Estado.

Diante de tantas denúncias, de tantos políticos presos e investigados, a presidente Dilma que já não tinha uma base aliada tão forte começa a perder aliados importantes na composição da sua base de governo. No ano de 2016, ocorre o impeachment da presidente, a partir de um golpe institucional articulado, principalmente, pelos partidos PMDB e PSDB, com o objetivo de barrar as investigações de corrupção, e implantar mais duramente o ajuste fiscal que propõe o recrudescimento das medidas neoliberais.

Diante do exposto, argumentamos que desde 2013 o neodesenvolvimentismo apresenta tendências que levam ao fim do ciclo gerenciado pelos governos do PT. Além dos fatos apontados acima, temos como comprovação dessa tendência a alta taxa de inflação, o aumento do desemprego, a restrição do acesso aos PTRM e a

estagnação dos gastos sociais, que sofrem sério risco de serem reduzidos pelo atual governo Temer.

Esse fim de ciclo aponta como saída uma retomada das medidas neoliberais mais ortodoxas, levando a outra configuração do Estado que castiga fortemente a classe trabalhadora, seja pela flexibilização e deterioração das condições de trabalho, seja pela desregulamentação de leis que eram fonte de garantia de direitos trabalhistas. Entramos numa época de retrocessos escancarados, onde, a cada dia, garantias são diminuídas ou retiradas, da já restrita lista de direitos do trabalho.

Portanto, identificamos que o fim desse ciclo estreita ainda mais as conquistas dos trabalhadores, não só isso, fortalece abertamente o neoliberalismo a partir da terceirização, da venda de estatais, privatizações e abertura financeira. O avanço de medidas reacionárias é tanta, que chegamos a ouvir do presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, a sugestão de aumentar a jornada de trabalho para 80 horas semanais.

A realidade é dinâmica e pode mudar a todo o momento, mas a tendência que se aponta é de um recrudescimento das medidas neoliberais, o que implica piores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora. No entanto, sabemos que há ainda a possibilidade de luta no horizonte, está em aberto à saída dessa conjuntura, trabalhemos então para que seja aproveitada para o fortalecimento da organização da classe trabalhadora.

A contrarreforma que está em vigência vem sendo realizada desde os governos Lula e Dilma, mas foi aligeirada e aprofundada nos últimos anos de Dilma e agora por Temer. É difícil afirmar que se Dilma continuasse no poder estaríamos vivenciando um momento diferenciado, visto que ela já estava no seu limite quanto às articulações políticas e o ajuste que está sendo feito é exigência não só da burguesia nacional, mas dos organismos multilaterais e do capital financeiro internacional, tudo no intuito de tentar manter as taxas de lucro do capital.

O neodesenvolvimentismo enquanto estratégia de dominação de classe mostrou seu esgotamento diante da junção de uma crise política e uma crise econômica internacional, que traz como reflexo a estagnação dos índices de redução de pobreza, o aumento do desemprego e a alta da inflação, ou seja,

assistimos hoje ao desmoronamento das melhorias sociais que foram a base dos governos do PT.

Este programa encontrou os limites impostos dentro das barreiras do desenvolvimento capitalista, a dinâmica desse modo de produção permite ganhos à classe trabalhadora até o momento em que é conveniente, quando esses ganhos forma mesmo que um espectro de ameaça aos lucros, são rechaçados, reduzidos, esquecidos, e vivenciamos o recrudescimento da ofensiva do capital sobre o trabalho.

Assim, percebemos como a lógica do capitalismo é destruidora, pois apesar das melhorias terem sido baseadas no acesso ao consumo e não a direitos sociais, apesar de termos vivenciado apenas uma mudança superficial, o PT não conseguiu manter os ralos ganhos sociais, esses que foram os responsáveis por projetar a manutenção de um altíssimo padrão de acumulação vivenciado pela alta burguesia entre os anos de 2004-2010.

Referências

ALVES, Giovanni. **TRABALHO E NEODESENVOLVIMENTISMO**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

_____. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil, 2013. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/> . Acesso em: 23/07/2016.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 689-709, out/dez. 2012.

AMARAL, Ângela; MOTA, Ana Elizabete M. e PERUZZO, Juliane F. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). **As Ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOITO Jr, Armando. A burguesia no governo Lula. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BRAGA, Ruy. **A política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A economia e a política do Plano Real**. Revista de Economia Política. v 12, nº 4 (56), out/dez 1994.

_____. **A Reforma do Estado dos anos 1990**: lógica e mecanismos de controle. Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. Brasília – DF, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo-desenvolvimentismo na América Latina. In: **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria Conceição Tavares**. Luiz Carlos Delorme Prado (org.) Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. **A taxa de câmbio no centro da teoria de desenvolvimento**. Escola de Economia de São Paulo, FGV, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8503/TD+297+-+Luiz+Bresser+Pereira.pdf?sequence=1> Acesso em: 12/05/2016

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. THEUER, Daniela. **Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?** Revista Economia e Sociedade. Campinas, v. 21, número especial, p. 811-829, dez. 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradição e possibilidades**. Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, 2011.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A ideologia persistente do desenvolvimento**. Entrevista por Silene de Maraes Freire e Mariel Nathalia Becher. Revista Em Pauta, v 11, n. 31, 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino americano. In: **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Org.: Rodrigo Castelo; tradução dos textos em espanhol Diego Al Faro; tradução do texto em francês Wanda Brant. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. **A “questão social” e o social liberalismo brasileiro**: contribuição à crítica da noção de desenvolvimento econômico com equidade. *Emancipação*, Ponta Grossa, v 8, p. 21-35, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao> Acesso em: 02/05/2016

_____. **A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.17, n. 2, p. 389 393, jul./dez. 2013b.

_____. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out/dez. 2012.

CASTELO, Rodrigo. Carlos Nelson Coutinho e a controvérsia sobre o neoliberalismo. In: Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. Marcelo Braz (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHAGAS, Juary. **Nem classe trabalhadora, nem socialismo**: o PT das origens aos dias atuais. São Paulo: Editora Sudermann, 2014.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: Emir Sader (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Sob o império do dólar**. Entrevista por Antônia Martins. Revista Adusp. Jul 1998. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/14/r14a05.pdf> Acesso em: 23/02/2016.

COGGIOLA, Osvaldo. **Fome, Capitalismo, e programas sociais compensatórios**: histórico e análise comparada da experiência brasileira. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://d.yimg.com/kq/groups/1163516/1890314512/name/OC+PBF.pdf> Acesso em: 07/05/2012

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. A dinâmica institucional da reforma do Estado: um balanço do período FHC. In: **O Estado numa era de reformas**: os anos FHC, parte 2. Fernando Luiz Abrucio, Maria Rita Loureiro (org.). Brasília: MP, SEGES, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: **Hegemonia às avessas**. Org. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? In: **Contra Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O governo Cardoso e a contrarreforma do Estado brasileiro. In: **Contra Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im) possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1997.

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

FATORELLI, Maria Lucia. **É nula a reforma da previdência de Lula**. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/02/E-NULA-a-Reforma-da-Previdencia-de-Lula.pdf> Acesso em: 02/03/2015

_____. **A crise da dívida nos Estados Unidos**. 11 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cadtm.org/A-crise-da-divida-nos-Estados> Acesso em: 04/03/2016

_____. **Orçamento federal de 2013: 42% vai para a dívida pública**. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli. 17 de setembro de 2012. IHU – Online. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513556-orcamento-federal-de-2013-42-vai-para-a-divida-publica-entrevista-especial-com-maria-lucia-fattorelli>. Acesso em 01/08/2013.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: **Neoliberalismo y Sectores Dominantes**: tendencias globales e experiencias nacionales. Eduardo M. Basualdo e Enrique Arceo (org.). Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101023845/basualdo.pdf> Acesso em: 29/11/2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. André Bojikian Calixtre, André Martins Biancarelli, Marcos Antonio Macedo Cintra (editores). Brasília: IPEA, 2014.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Trad. de Luciana Carli. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Disponível em: www.portalconservador.com/livros/Milton-Friedman-Capitalismo-e-Liberdade.pdf Acesso em: 18/05/2016.

GARSCHAGEN, Sérgio. Transferência de Renda: resgate social. In **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, p. 32-39, dezembro de 2007. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 13/09/2012.

GOMES, Cláudia Maria Costa. **Em busca do consenso**: tendências contemporâneas no Serviço Social. Radicalidade democrática e afirmação de direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013a.

_____. **A centralidade do direito na cultura política contemporânea**: tendências presentes no Serviço Social. Tese de doutorado. Recife – Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

GOMES, Cláudia Maria Costa. A luta defensiva por direitos de cidadania no contexto da crise mundializada do capital. In: **Intermitências da crise e questão social**: uma interpretação marxista. Maria Augusta Tavares, Cláudia Gomes (org.). João Pessoa: Editora UFPB, 2013b.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out/dez. 2012.

_____. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRANEMANN, Sara. **Necessidades da Acumulação Capitalista**. Revista Inscrita, Ano VI, nº IX, p.29-32, 2004.

GRESPLAN, Jorge. Uma teoria para as crises. In. **O Capitalismo em Crise** – a natureza econômica mundial. São Paulo: Sudermann, 2009.

_____. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. **Breve História do Neoliberalismo**, 2007. Disponível em: <http://invexped.udistrital.edu.co:8080/documents/40587/88535/Breve+Historia+del+N+eoliberalismo> Acesso em: 14/07/2015.

Hegemonia às avessas. Org. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibeles Rizek. São Paulo: Boitempo, 2010.

HOBBSBORN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KATZ, Claudio. **Las disyuntivas de La izquierda em América Latina**. Cuba: editorial de ciencias sociales, 2010.

KATZ, Claudio. Los atolladeros de la economía latino-americana. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 711-728, out/dez. 2012.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Tradução de Sandra Trabuço Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

LATINOAMERICANA: **Enciclopédia Contemporânea Da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: Ana Elizabete Mota (org). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____. A ideologia neodesenvolvimentista: crise do capital, novas estratégias e velhas promessas da classe dominante brasileira. In: **O CANTO DA SEREIA**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. Carlos Montañó (org.). São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social**: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume V. Tradução Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **O capital**: crítica da economia política, livro II. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008b.

_____. **Introdução à crítica da economia política**. In: Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Carlos Bruni (et al). 2 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978. (Coleção os Pensadores).

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã, em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Striner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENESES, Jaldes Reis de. A lógica do protesto. 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://jaldes-campodeensaio.blogspot.com.br/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2013-07-12T22:05:00-07:00&max-results=37&start=16&by-date=false> Acesso em: 25/06/2016

_____. A economia política das commodities. (Prebisch, você venceu!). 27 de agosto de 2015. Disponível em: <http://jaldes-campodeensaio.blogspot.com.br/search?updated-min=2015-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2016-01-01T00:00:00-08:00&max-results=33> Acesso em: 28/06/2016.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo, et al. 2 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. De S. - O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo, 1996. 269p.

MIRANDA, Flávio Ferreira de. **A crise do capital fictício**: elementos para o debate. In: XXXVII Encontro Nacional de Economia ANPEC 2010. Salvador – Bahia. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2010/.../000-dacf914e0b9139ea4c01217a957828cb.pdf Acesso em: 13/04/2016.

NAKATANI, Paulo. HERRERA, Rémy. **Crise financeira ou de superprodução?** Março de 2011. Disponível em: <http://vermelho.org.br/noticia/149806-1> Acesso em 25/01/2016.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Revista Lutas Sociais, PUC/SP. nº 1, 1996. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/l/article/download/18809/13991 Acesso em: 27/11/2015

NETO, José Batista de Queirós. **O bloco no poder no Brasil durante o governo Lula (2003-2010)**. Dissertação. Campina Grande – UFCG, 2015.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e serviço social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da redemocratização ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Chico de. Hegemonia às avessas. In: **Hegemonia às avessas**. Org. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibebe Rizek. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Chico de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **Superpopulação relativa e “nova questão social”**: um convite as categorias marxianas. Revista Katal. V.13 n.2 p. 276-283. Jul/dez 2010. Florianópolis.

POCHMANN, Marcio. **O MITO DA GRANDE CLASSE MÉDIA**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Nova Classe Média?** O trabalho na base da pirâmide brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012. **Salário Mínimo no Brasil – ganho real entre 1995-2014**. Leonardo Rossatto Queiroz, 2014. Disponível em: <https://poucodeprosa.wordpress.com/2014/02/19/salario-minimo-no-brasil-ganho-real-entre-1995-e-2013/> Acesso em: 20/04/2016

QUEIROZ, Leonardo Rossatto. **Salário Mínimo no Brasil – ganho real entre 1995-2014**. 2014. Disponível em: <https://poucodeprosa.wordpress.com/2014/02/19/salario-minimo-no-brasil-ganho-real-entre-1995-e-2013/> Acesso em: 20/04/2016

Relatório Gasto Social do Governo Central 2002-2015. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec> Acesso em 20/06/2016.

RIBEIRO DA LUZ, Luiz Fernando. **Hegemonia Neoliberal Lulista**. Dissertação. João Pessoa – UFPB, 2015.

ROJAS, Gonzalo Adrián. Fim do ciclo petista, as esquerdas no processo eleitoral e sua construção política. In: **Dossiê esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira**. Setembro de 2014a. Disponível em: marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Gonzalo-Rojas-dossie.pdf Acesso: 20/05/2016.

_____. **A crítica da razão populista: bonapartismo e democracia nos governos “pós-neoliberais” latino-americanos?** IX Encontro da ABCP. Brasília – DF, 04 a 07 de agosto de 2014b. Disponível em: http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749023_ARQUIVO_rojasufcgabcp2014.pdf Acesso em: 26/06/2016.

_____. **Os socialistas na Argentina (1880-1980)**: um século de ação política. Tese de doutorado. São Paulo – USP, 2006.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Brasil no fim de Ciclo dos governos “pós-neoliberais” latino-americanos**. Jornal Esquerda Diário 16 de maio de 2015. Disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=movil-nota&id_article=971 Acesso em: 20/05/2015.

SAAD-FILHO, Alfredo. MORAIS, Lecio. **Da Economia Política à Política Econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de Paula. MICHEL, Renaut. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

SILVA, Luís Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível. Entrevista por Emir Sader e Pablo Gentili. In: **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). São Paulo: Boi tempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, Marcelo Lira. O projeto de governança do Partido dos Trabalhadores e sua identidade com o projeto de modernização conservadora (2003-2015). Marx e o marxismo 2015. Rio de Janeiro – RJ, 24 a 28 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc68/Tc684.pdf> Acesso em: 10/07/2016.

SINGER, André Vitor. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.